

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ANTROPOLOGIA
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA

**OS SURDOS DE ARACAJU: observação do discurso cultural e
identitário dentro do contexto social ouvinte**

SÃO CRISTÓVÃO
2012

DAISY MARA MOREIRA DE OLIVEIRA

**OS SURDOS DE ARACAJU: observação do discurso cultural e
identitário dentro do contexto social ouvinte**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a
obtenção de título de Mestre, pelo Núcleo de Pós-
Graduação e Pesquisa em Antropologia da Universidade
Federal de Sergipe.

Orientador: Dr. Hippolyte Brice Sogbossi

SÃO CRISTÓVÃO
2012

O48s OLIVEIRA, Daisy Mara Moreira de
Os surdos de Aracaju : observação do discurso
cultural e identitário dentro do contexto social ouvinte / Daisy
Mara Moreira de Oliveira ; orientador Hippolyte Brice Sogbossi.
– São Cristóvão, 2012.
110 f. ; il.

Dissertação (Mestrado em Antropologia)–
Universidade Federal de Sergipe, 2012.

1. Antropologia social. 2. Cultura. 3. Surdos. 4.
Identidade. 5. Aracaju, SE. I. Sogbossi, Hippolyte Brice,
orient. II. Título

CDU: 572.028-056.263

*Dedico este trabalho aos surdos de Aracaju e a todos que
contribuíram para sua construção.*

AGRADECIMENTOS

Saber ser grato foi uma das grandes virtudes que aprendi na infância no seio da família, por isto começo a agradecer aos meus pais por todo ensinamento, dedicação e amor.

Agradeço ao meu esposo Derli e as minhas filhas Débora e Daniele pela presença constante, por me ajudarem a canalizar todas as tensões da maneira mais divertida possível. Presentes de Deus na minha vida!

Agradeço ao Prof. Brice por aceitar o desafio de orientar uma pedagoga que tinha como objeto de pesquisa algo muito diferente de sua área de atuação.

Agradeço ao Prof. Frank pelas contribuições pertinentes na qualificação, e que mais uma vez se dispõe a atuar na defesa.

Agradeço a Profa. Verônica pela prontidão em aceitar o convite para compor a mesa.

Agradeço a todos os surdos de Aracaju que participaram das entrevistas, pela paciência em ensinar a língua de sinais, sempre corrigindo os meus erros com respeito e sem críticas.

E por fim, agradeço ao único que é digno de toda a glória e louvor. Obrigado meu Deus por nunca me deixar só. Obrigado por me levantar todas as vezes que desanimei. Obrigado por plantar a fé no meu coração. Obrigado por partilhar do seu Reino e da cultura do céu. Sempre soube e saberei que para ti não há impossíveis.

RESUMO GERAL

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de campo com os surdos de Aracaju, partindo da observação do discurso dos líderes da capital, onde surgem exaustivamente dois termos que são amplamente discutidos na antropologia, quer sejam, cultura e identidade. Diante disto, levantamos as seguintes questões norteadoras: qual a origem deste discurso comum produzido nos círculos sociais dos surdos sergipanos? Qual o lugar e o sentido que a língua de sinais ocupa no que denominam “cultura e identidade surda”? Uma vez que se constatou que este discurso provinha de um âmbito maior, propomos o seguinte objetivo: à luz da antropologia observar os surdos de Aracaju a fim de averiguar como estes vêm aderindo ao discurso cultural e identitário de âmbito nacional e vêm se posicionando frente à sociedade envolvente. Assim, no primeiro capítulo, procuramos averiguar como surgiu a utilização dos dois termos na trajetória desta minoria, nos apropriando da historiografia por entendermos que muitas imagens são esculpidas através da literatura e por isto podem se perpetuar até mesmo fora das fronteiras nacionais. Utilizamos da interdisciplinaridade com autores de áreas afins, tanto surdos como ouvintes, que vêm reproduzindo na literatura um retrato do surdo. No segundo capítulo procuramos identificar como os termos cultura e identidade são abordados por antropólogos, e se eram ou não utilizados de forma adequada pela comunidade pesquisada. E no terceiro capítulo, utilizando da etnografia, procuramos registrar os movimentos, espaços de encontro e as práticas sociais desse sujeito, onde se averiguou o destaque dado a língua de sinais como maior marca identitária. O que podemos concluir desta pesquisa é que, devido ao tratamento estereotipado desse indivíduo no percurso histórico foi projetada, socialmente falando, uma imagem de incapaz. E que este sujeito, não aceitando os rótulos dados, irmanaram-se em prol da reversão desta imagem. Assim criaram vínculos, reproduziram termos que os distinguiam da sociedade ouvinte, e através do atributo lingüístico distinto demonstraram sua marca identitária. Entendemos também que além da distinção lingüística, os surdos possuem elementos culturais diferenciados de nós ouvintes, como a forma de nomear seus indivíduos. E que pela própria condição de incomunicabilidade, quando nascem em famílias que não utilizam a Libras, perdem muito do que se é transmitido pela via oral, ou seja, há um prejuízo de transmissão cultural do grupo no qual está inserido. Mas, uma vez juntos aos seus pares há uma identificação e fortalecimento. Poderíamos dizer que os surdos não têm uma cultura e identidade, mas culturas e identidades. **Palavras-chave:** identidade, cultura, surdo.

OVERVIEW

This work is a field research with the deaf in Aracaju, from the observation of the speech of the leaders of the capital, where there are two terms that are thoroughly discussed extensively in anthropology, whether, culture and identity. Given this, we raise the following questions: what is the origin of this common discourse produced in the social circles of Sergipe deaf? What the place and meaning that the sign language occupies in what they call "culture and deaf identity" '. Once it was realized that this speech came from a larger context, we propose the following objective: the light of anthropology to observe the deaf from Aracaju to ascertain how they are adhering to the cultural discourse and national identity and are positioning themselves ahead of surrounding society. Thus, in the first chapter, we came to find out how to use the two terms in the trajectory of this minority, in appropriating the historiography because we believe that many images are carved through the literature and this can perpetuate itself even beyond national borders. Use of interdisciplinary areas related to authors, both deaf and hearing, are playing in the literature that a portrait of the deaf. In the second chapter we sought to identify the terms culture and identity are addressed by anthropologists, and whether or not they were used properly investigated by the community. And in the third chapter, using ethnography, we record the movements, meeting spaces and social practices that subject, where the emphasis was learned sign language as a major brand identity. What can we conclude from this research is that, due to the stereotypical treatment of this individual in the historical course was designed, socially speaking, an image of helpless. And this subject, not accepting the data labels, teamed up in favor of the reversal of this image. So have forged, reproduced terms that distinguished them from hearing society, and through the linguistic attribute demonstrated their distinct brand identity. We also understand that beyond the distinction between language and the deaf have different cultural elements of us listeners, such as how to name your subjects. And by that very condition of solitary confinement, when they are born into families that do not use pounds, lose much of that is transmitted orally, ie, there is a loss of cultural transmission in which the group is inserted. But once together with their peers is an identification and strengthening. We could say that the deaf not have a culture and identity, but cultures and identities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 - COMO FOI HISTORICAMENTE PRODUZIDO O DISCURSO SURDO DE CULTURA E IDENTIDADE.....	25
1.1. O Movimento Surdo No Brasil.....	30
1.2. A História Dos Surdos No Meio Social Sergipano.....	32
1.3. A Identidade Surda Marcada Pela Diferença.....	34
1.4. Como Os Surdos Utilizam O Argumento De História Comum Para Marcar Sua Identidade.....	38
CAPÍTULO 2 – O DISCURSO IDENTITÁRIO SURDO À LUZ DA ANTROPOLOGIA.....	44
2.1. O Identitário Surdo Na Categoria Nominação.....	52
2.2. A Língua Brasileira De Sinais: como maior marca de identidade surda.....	60
2.2.1. Origens das línguas de sinais e a Língua Brasileira De Sinais – LIBRAS.....	61
2.2.2. Contribuição da sociolinguística no estudo da relação entre língua e identidade.....	65
2.2.3. Contribuição da antropologia no estudo da relação entre língua, identidade e cultura.....	69
CAPÍTULO 3 – IDENTIDADE SURDA: MOVIMENTOS, ESPAÇOS DE ENCONTRO, PRÁTICAS SOCIAIS DOS SURDOS EM ARACAJU.....	77
3.1. A Identidade Nas Fronteiras Simbólicas Dos Surdos De Aracaju.....	77
3.1.1. Estação Rodoviária Fernando Sávio, espaço dos surdos sergipanos.....	81
3.1.2. Quadra de esporte da AV. Beira Mar e Shopping Jardins.....	84
3.2. Movimento Dos Surdos De Aracaju.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICES.....	108
ANEXOS.....	109

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desta pesquisa se deu em duas etapas distintas. A primeira quando conhecemos um colega de turma surdo enquanto cursávamos o quarto período de graduação, em Pedagogia na cidade do Rio de Janeiro. Foi o primeiro contato mais próximo que tivemos com um indivíduo surdo. O nosso comportamento, o do colega surdo¹, bem como dos outros estudantes da turma, era de estranhamento e desconforto, pois observávamos que dia após dia o colega surdo entrava na sala sem cumprimentar ou ser cumprimentado, não esboçava nenhum interesse em interagir conosco e vice-versa.

A postura de afastamento de ambas as partes, a nosso ver, não se configurava em preconceito, mas sim que nos sentíamos constrangidos ao perceber que não sabíamos como nos comunicar em língua de sinais, e o colega por não oralizar. Além disto, quando a universidade não oferecia o acompanhamento de um intérprete, aquele aluno entrava na sala e recusava-se a olhar para os professores que ministravam os conteúdos, conservando seus olhos fixos no caderno no tempo decorrido da aula. Atitude que nos parecia radical naquela época, pois pensávamos que na impossibilidade de ouvir, ele poderia, com a visão, tentar captar algo do que estava sendo transmitido.

Somente hoje, podemos entender que sua atitude não se configurava em descaso ou desrespeito, mas de protesto por ver seus direitos sendo desrespeitados ao não lhe concederem o atendimento do intérprete em sua própria língua, por ser este o único meio de absorção do que estava sendo repassado. Poderíamos enquadrar esta atitude como uma resistência à língua oralizada, aceita e legitimada socialmente como língua padrão em âmbito nacional. Sobre esta resistência ao Português, a linguista Quadros (2005, p. 30,31) se posiciona da seguinte forma:

Os surdos têm razão em assumir uma postura defensiva diante do português uma vez que esta língua foi dita (ainda é dita) como a língua melhor, a língua oficial, a língua superior em oposição à língua de sinais brasileira representada como uma opção, como um instrumento caso o aluno surdo não tenha conseguido acessar a língua (entende-se língua aqui, como a língua portuguesa e, portanto, os sinais como não língua).

¹ Cabe aqui ressaltar que a nomenclatura “surdo” não condiz com o que pensa o senso comum como sendo um termo depreciativo, pelo contrário, como bem coloca Sá (2002, p. 48) “os surdos enquanto grupo organizado comunitária/culturalmente, não se definem como “deficientes auditivos”, ou seja, para eles o importante não é frisar a atenção sobre a falta/deficiência da audição – os surdos se definem cultural e linguisticamente.

O posicionamento defensivo deste colega de graduação, além de, como diz a autora citada, “ter lá suas razões”, também mostrava aos presentes que, ao negar o português, o aluno afirmava o status lingüístico da LIBRAS para sua comunidade. O aluno surdo que tanto nos inquietou com sua postura “radical”, aos nossos olhos naquela época, hoje, torna-se a mola propulsora que alimentou a nossa curiosidade de investigação, e de certa maneira, impulsionou a nossa formação acadêmica na linha de pesquisa sobre a surdez.

O segundo momento em que nos deparamos com a surdez foi em fevereiro do ano de 2004, na cidade de Aracaju - SE, ocasião em que trabalhávamos numa instituição que cedia algumas de suas dependências para abrigar uma ONG – Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo (IPAESE). Esta última Instituição ofertava o ensino desde a Educação Infantil até o Fundamental Completo para crianças e adolescentes surdos. Como incentivo aos pais dos alunos e à sociedade como um todo, ofereciam o curso básico da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. A sede de comunicação que ficou insaciada no passado brotou mais uma vez e fizemos o nosso primeiro curso de LIBRAS. Desde então já concluímos dois outros cursos e uma Pós-Graduação em Educação Especial em LIBRAS. Com bem coloca Evans-Pritchard (2005, p. 312), “Evidentemente, a coisa mais importante para o antropólogo, em suas pesquisas, é um profundo conhecimento da linguagem do povo que está estudando”.

Como o interesse por esta minoria crescia a cada dia, passamos a observar como estes indivíduos se comportavam em sociedade. Em uma de suas manifestações públicas, no dia 26 de setembro de 2009, data comemorativa ao Dia Nacional dos Surdos, os surdos da capital juntaram-se aos do interior do Estado, organizando uma passeata na cidade de Itabaiana. Esta passeata tinha como objetivo, segundo fala de alguns líderes organizadores do evento, o intuito de divulgar à sociedade a identidade e cultura surda, e a busca de respeito às suas particularidades.

No discurso destes líderes foi utilizado por diversas vezes o sinal/palavra “identidade” e “cultura surda”. Em uma das falas do surdo G² percebemos o objetivo da passeata:

² Por questões de preservação da identidade dos surdos que colaboraram nesta pesquisa, optamos por utilizar apenas a primeira letra do nome dos entrevistados. Caso haja choque nas iniciais, utilizaremos a primeira letra mais a inicial do sobrenome. O discurso de G pode ser acessado em Vídeo no youtube. Acesso em: 26/09/2009. G concluiu o ensino médio/técnico no Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo - IPAESE (a única escola de Aracaju que oferece o ensino bilíngüe), prestou vestibular em 2012 numa Universidade particular em Aracaju, e foi aprovado. Trabalha como técnico em informática na LOGIN na capital do Estado. Também é um dos líderes no movimento surdo em Aracaju.

É importante este movimento para mostrar a cultura surda à sociedade, e para os ouvintes virem a perceber que nós existimos, pois os surdos sempre vêm insistindo em lutar por seus direitos. A passeata serve para avisar a toda a população sobre nossa história. E vamos continuar sempre a fazer isto.

Esse posicionamento dos surdos nos impulsionou a desenvolver esta pesquisa, a fim de verificar se este discurso de identidade e cultura surda era algo novo, que partia desta minoria local, ou se já existia em âmbito nacional, portanto sendo disseminado e reproduzido pelos surdos aqui de Aracaju. Além de momentos de destaque como este, o tema é também abordado em reuniões que os surdos realizam em outros locais da cidade, os quais serão identificados no decorrer da pesquisa.

Cabe ressaltar que os surdos que são abordados nesta pesquisa são os indivíduos que se auto-identificam como surdos e não como deficientes auditivos. Para melhor esclarecimento da diferença estabelecida entre surdos e deficientes auditivos, recorreremos à explicação dada por pesquisadores da área.

Encontramos na *Revista Ciranda da Inclusão* (2011, p. 4), na coluna Especial, a seguinte definição: “A deficiência auditiva se caracteriza pela diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, apresentando uma audição funcional com ou sem o uso de prótese. Já a surdez se caracteriza pela incapacidade de perceber os sons normais”. Esta diferença é detectada por fonoaudiólogos à partir da perda auditiva medida por decibéis. Assim é considerado deficiente auditivo aquele que tem uma perda leve ou moderada, que pode chegar até 70 decibéis. E surdo, o indivíduo que tem perda severa ou profunda, que ocorre a partir de 90 decibéis.

No decreto Nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, encontramos no Art. 2º a seguinte definição:

Ar. 2º Para os fins deste decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2000Hz e 3.000Hz.

Percebe-se que esta distinção já é reconhecida legalmente e, além disto, observa-se a ênfase que é dada à LIBRAS como o canal pelo qual o surdo pode manifestar a sua cultura.

Magnani (2007, p. 2) foi convidado pela USP no ano de 2002, para integrar um grupo de pesquisa composto de historiadores e lingüistas a fim de desenvolverem uma pesquisa sobre os surdos moradores de São Paulo. Seu papel seria o de contribuir com o enfoque antropológico “identificando a rede de sociabilidade dos surdos na cidade, a partir das categorias de pedaço, mancha, trajeto e circuito, utilizadas em pesquisas do Núcleo de Antropologia Urbana”. Observamos, na leitura desta pesquisa, que Magnani faz referência a esta distinção entre deficientes auditivos e surdos, ao dizer:

Assim, ainda que no senso comum "deficiente auditivo" e "surdo" sejam tomados como sinônimos ou como índices de grau, eles apontam para campos de reflexão, atuação e atitudes diferentes. Se na área das ciências da saúde, por exemplo, esta condição é predominantemente encarada como uma falta, nas ciências humanas e sociais (lingüística, história, antropologia, pedagogia, ciências cognitivas e da mente) a tendência é encará-la sob o ângulo de uma marca distintiva, geradora de formas de comunicação, relações, valores, práticas e comportamentos específicos. Essa dicotomia atravessa todo o campo - estudo, pesquisa e atuação - abrangendo os mais diferentes atores (inclusive os próprios surdos) e instituições voltadas para tratamento e ensino, políticas públicas, legislação, produção e comercialização de equipamentos, etc. e sugere a necessidade de, inicialmente, buscar estabelecer mais claramente as necessárias distinções. (MAGNANI, 2007, p. 2)

Verificamos assim que, esta diferenciação entre surdos e deficientes auditivos, como esclarece o autor citado, ultrapassa questões clínicas, pois é geradora de uma marca que distingue as duas categorias no que concerne a questões de preferências na comunicação (oral ou gestual-visual), de relacionamento e até de valores e comportamentos distintos. Por outro lado, percebemos que esta classificação no meio da comunidade surda gera, de certa maneira, preconceito entre os pares. Alguns chegam a afirmar esta diferenciação utilizando na escrita um “S” maiúsculo para o indivíduo com perda severa profunda, e o contrário para o de perda moderada e leve. Falcão (2007, p. 107) faz uma crítica severa à utilização do “S” maiúsculo por entender que esta foi uma iniciativa que não partiu da comunidade surda, e sim, de ouvintes pesquisadores na área da surdez, e que esta iniciativa faz parte de uma política afirmativa e ideológica. Diz o autor a respeito da denominada “cultura Surda” e “Mundo dos Surdos”:

[...] a política afirmativa e ideológica chamada de “cultura Surda” e “mundo dos surdos” é frágil e preconceituosa, defende-se na nomenclatura um registro nominal que nem os surdos conseguem compreender a diferença

entre a letra “s”, minúscula ou maiúscula, de um modelo metafórico e subjetivo. Esta identidade na comunidade surda se representaria com a letra “s” escrita em maiúscula, e a todos os demais surdos que não estiverem envolvidos e engajados na luta política em defesa dos direitos sociais, estariam escritos com letras minúsculas ou até mesmo, seriam considerados “não aceitos” por fazerem uso do aparelho reabilitador auditivo [...].

Embora o autor citado pareça atribuir aos ouvintes a distinção de categoria entre os surdos, outros autores como Gesser (2009) diz ter percebido esta diferenciação no depoimento destes próprios sujeitos. Assim, não é possível um posicionamento da gênese desta categorização.

Independentemente desta distinção ter sido criada por surdos ou ouvintes, o que se constata é que ela existe nos registros dos escritores que estão engajados na defesa dos termos, sejam eles surdos ou ouvintes. Na impossibilidade de encontrarmos outros registros que tratem sobre o assunto, uma vez que o material na área é escasso, é de fundamental importância a clareza na distinção entre os dois termos, pois o nosso objeto de pesquisa é o indivíduo que se reconhece como surdo e não deficiente auditivo. Para tanto verificamos que, o que caracteriza o indivíduo surdo além da perda severa é o fato deste sujeito já nascer surdo, logo, não considera que possui alguma deficiência, já que esta palavra traz embutido um sentido de déficit/falta de algo que “o outro tem e eu não tenho”, pois na realidade não se perde o que nunca se teve.

Assim, para o indivíduo que se auto-identifica surdo, o fato de não ouvir é natural. Junto a estes fatores, o surdo recusa a utilização de aparelhos auditivos e a oralidade, sendo defensor e usuário da língua de sinais. Além destes aspectos, são surdos que se mobilizam em formar comunidades, associações e federações com o objetivo de reivindicarem seus direitos, como a exemplo, a utilização da língua de sinais, e promulgam o que esta pesquisa se destina a observar: como se reproduz o discurso de cultura e identidade surda, procedente de um âmbito nacional, mas que vem se reproduzindo na fala dos surdos sergipanos.

Cabe ressaltar ainda que a pesquisa foi realizada com surdos na faixa etária entre 18 e 30 anos, moradores do município de Aracaju, e que estavam cursando o ensino médio e/ou graduação. A preferência desta faixa etária se deu pelo fato deste grupo já possuir maioria, e conseqüentemente, independência de locomoção e maior influência em termos de liderança surda, já que é este grupo que organiza os movimentos surdos na região. Uma vez que optamos por focar nos líderes do movimento surdo em Aracaju, deixamos claro que os depoimentos destes sujeitos, certamente, não retratam a voz da maioria surda da capital. Uma vez que esta é composta de surdos oralizados, implantados, dentre outros. Mas que revelam a

existência de uma mobilização em prol desta minoria lingüística que vem partindo destes líderes, portanto, importante de ser registrada.

Buscando a raiz deste discurso identitário e cultural surdo, observamos em livros produzidos por escritores surdos entre os anos de 1998 e 2008, a afirmação da existência de uma “cultura surda”³ e reivindicação do reconhecimento desta pelos ouvintes, como também, uma identidade surda que tem como destaque, dentre outros aspectos, a diferença lingüística e visual.

Ainda observamos a declaração que, embora os surdos nasçam inseridos em uma determinada cultura, como no caso do surdo brasileiro, estes alegam que, por não poderem interagir com o meio nos quais se inserem (ouvintista⁴), e devido ao fato da incomunicabilidade, que é próprio da surdez, não conseguem receber através da oralidade o repasse cultural, uma vez que uma das vias de maior repasse cultural é a língua. “Embora nominalmente membros de uma cultura dominante que os circunda, eles – alguns, mas não todos – vêem a si mesmos como separados dela e como membros de uma cultura surda especificamente nativa” (Sá, *apud* Wrigley, 1996, p. 32-34).

É interessante notar o termo utilizado por Sá, que define a cultura surda como uma cultura nativa. A palavra “nativa” tem como sinônimo o sentido de natural, originária, procedente, oriundo de algo, ou seja, o surdo seria também considerado nativo uma vez que pertence a uma cultura nativa. Perguntaríamos: de que maneira a cultura surda é especificamente nativa, uma vez que na maioria dos casos estes indivíduos nascem isoladamente em famílias oralizadas, e que estas estão dentro de um contexto cultural maior?

³ Em Strobel (2008,p.24) encontramos a seguinte definição de “cultura surda”: Cultura surda é o jeito de o surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se tornar acessível e habitável ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das suas identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas Isto significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes os hábitos de um povo surdo”.

⁴ Ressaltamos que a nomenclatura “ouvintista” está sendo utilizada como verificamos em SILVA (2001, p. 18): “Por ouvintismo entende-se uma forma particular e específica, própria de uma sociedade de ouvinte, de ver o surdo, o que inclui representações e dispositivos pedagógicos carregados de uma significação de inferioridade, de primitividade.” E em BOTELHO (2005, p. 51,52) sobre o “discurso ouvintista, que se caracteriza como um “conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”, onde aprendem que falar é a única forma de se equiparar aos ouvintes e onde ser ouvinte passa a ser meta para muitos surdos. Colonizadores, tais discursos permeiam relações de poder entre surdos e ouvintes”.

E mais, estes indivíduos só vão encontrar os seus pares quando alcançam certa idade e conseguem através de associações, clubes, escolas, dentre outros, uma maior interação.

Ainda sobre o termo “nativo”, fomos buscar a reflexão que Castro (2002, p. 113) faz sobre este, quando diz: “O nativo não precisa ser especialmente selvagem, ou tradicionalista, tampouco natural do lugar onde o antropólogo o encontra; o antropólogo não carece ser excessivamente civilizado, ou modernista, sequer estrangeiro ao povo sobre o qual discorre”. O que nos leva a concluir que esta pureza anteriormente atribuída à palavra, hoje já vem ganhando um novo sentido na antropologia, o sentido de que rompe com a noção de pureza de origem, tanto do nativo quanto do pesquisador, permitindo a aproximação e análise do antropólogo, mesmo que este faça parte do mesmo espaço geográfico.

Na tentativa de entendermos este discurso, recorreremos à seguinte lógica: sabemos que através da interação o ser humano transmite suas crenças, valores morais e religiosos, bem como a própria língua, sendo estes atributos culturais construídos socialmente. Abro espaço para esclarecer que, não há nenhuma desordem em confundir língua com cultura, pois entendemos que a língua é o veículo por meio do qual os seres humanos “se integram com o universo cultural de que fazem parte, associando o símbolo linguístico ao que ele representa” (MARCONI, 2009, p. 297). Porém, como um surdo que nasce numa família em que seus membros se comunicam oralmente pode receber toda esta transmissão cultural se um dos veículos de maior repasse dos conhecimentos de uma sociedade é por via oral e isto é vedado ao surdo? Desta maneira, levantaríamos o seguinte questionamento: seria o fator língua o propulsor de um entendimento de mundo diferenciado, já que o campo visual do surdo é a forma de apreensão do mundo que os rodeia, e por isto estaria este grupo criando valores, normas, costumes diferenciados do ouvinte quando conseguem interagir com seus pares?

A partir do entendimento da impossibilidade da comunicação oral entre ouvinte/surdo, da intenção de divulgarem o que denominam de “cultura surda” e “identidade surda”, os escritores surdos vêm tomando a iniciativa de, através da literatura, divulgar para toda a sociedade um posicionamento diferenciado ao se identificarem como diferentes dos ouvintes em alguns aspectos, dentre estes, a diferença linguística.

Neste discurso fica claro que, não é o fato da falta da audição (diferença fisiológica) que marca a diferença entre surdos e ouvintes, mas as diferenças de história entre as partes, de língua específica, de visão diferenciada de mundo, da transmissão do modo próprio de agir que vem perpassando nos encontros dos surdos em toda a história de vida deste grupo minoritário. Assim, podemos concordar quando Schwarcz (1999, p. 296) diz: “A identidade é

construída pela tomada de consciência das diferenças e não pelas diferenças em si”. Desta forma, os surdos vêm declarando o que denominam de “identidade surda”.

Para Falcão (2007, p. 107) a

[...] identidade de uma pessoa está relacionada ao conjunto de características e circunstâncias que a distinguem como pessoa única e indivisível, constituída de valores culturais e sociais. É dinâmica e cumulativa, não responde a padrões universais, mas segundo valores, crenças e atitudes fruto dos registros do dia-a-dia entre o ser e o não ser, o que se é o que gostaria de ser e ainda, ao que se é representada pelo outro como modelo e espelho da própria alma. Este modelo de identidade é dinâmico, aprendiz e valorativo das relações, do outro, da vida.

O autor define algumas características próprias da identidade de um sujeito: primeiramente, por ser individual – quando representada pelo conjunto de características do ser como único; por ser possuidora de valores tanto culturais como sociais próprios; e por fim, pelo seu caráter dinâmico e cumulativo, dando à palavra um tom plural, “identidades”, podendo o sujeito possuir identidades e não identidade, tornado-as um produto tanto individual quanto coletiva, neste último, quando esta identidade é representada pelo outro, imposta socialmente.

Observando os conteúdos abordados nas literaturas pesquisadas, percebemos que, além da ênfase dada à questão lingüística, existe uma alegação da existência de uma história comum, percebida através da inserção deste sujeito em sociedade, quanto ao tratamento que os surdos receberam por parte dos ouvintes, salientando que foram por muitos anos forçados à oralidade com o intuito de remodelá-los. A fim de obter o direito à comunicação através da língua de sinais, houve muitas mobilizações de resistência, tornando este percurso marcado, dentre outras coisas, pela palavra “diferença”. Sobre a diferença, diz Skliar (2010, p. 6):

A diferença, como significação política, é construída historicamente e socialmente; é um processo e um produto de conflitos e movimentos sociais, de resistência às simetrias de poder e de saber, de uma outra interpretação sobre a alteridade e sobre o significado dos outros no discurso dominante.

Pode-se perceber que o percurso mostrado na pesquisa histórica da inserção do surdo em sociedade, foi pautado pela diferença tanto física (falta de audição) quanto lingüística. Daí o discurso dominante citado pelo autor referir-se à ideologia dos oralistas que, por ter o domínio da fala e audição, sentiam-se superiores aos surdos tanto no âmbito social, por

possuírem o controle da comunicação; quanto no físico – pelo padrão estabelecido de “normal”. E por fim, intelectual, já que os surdos não conseguiam escolarizar-se devido ao não domínio da fala e escrita. Isto é percebido quando o ato de “ler e escrever é avaliado em um mercado de bens simbólicos, de modo que, dependendo do que a pessoa lê, dos autores lidos, e de outras condições de leitura, pode ou não se considerar e ser considerado uma pessoa de valor (BOTELHO, 2005, p. 22,23). Dada a importância da escrita numa sociedade, cabe ressaltar a importância dos sujeitos surdos adquirirem a língua escrita do país onde se insere, pois este bem linguístico tornar-se-á uma porta de entrada ao conhecimento acumulado e registrado por sua sociedade através dos tempos. Além disto, o poder implícito nos que dela tem acesso define o status que o sujeito adquire perante seu grupo como bem coloca Hanks (2008, p.49) quando afirma:

Por trás da unidade da maioria das línguas oficiais subjazem relações de poder, governos unificados, ordem econômica e estatal, ou domínio. [...] O acesso à língua padrão através da educação fornece acesso aos lugares de poder no qual ela é empregada. O processo completo constitui um tipo de dominação simbólica no qual as variantes não padrão são suprimidas e aquelas que a falam são excluídos ou levados a aceitar essa exclusão.

Nesta citação percebe-se que há uma desvalorização do sujeito que utiliza de uma variante linguística não padrão, tornando-se excluídos socialmente. Assim, embora saibamos que existe uma pesquisa de escrita da Libras, a Escrita em Língua de Sinais - ELS⁵, ainda não é reconhecida legalmente no Brasil. E a divulgação desta escrita tem se difundido lentamente pelo país, logo, pouco utilizada pelos surdos brasileiros. Entendemos que, enquanto a ELS não adquire o status de língua escrita através da Lei e seja melhor aceita e difundida em nosso país, é necessário que o surdo tenha acesso à escrita da língua padrão - o Português. Isto, tanto por questões práticas do dia-a-dia, quanto por questões políticas.

Certamente, quando a escrita de sinais obtiver seu status reconhecido nacionalmente haverá outro percurso a trilhar pelos surdos, ou seja, haverá por via discursiva a conquista, de ver introduzida a utilização desta via em todas as instâncias e lugares onde possa haver uma

⁵ A iniciativa de pesquisadores na produção escrita da língua de sinais teve início na Dinamarca. Esta escrita foi denominada de Sign Writing. Já no Brasil, foi desenvolvida pela doutora surda Marianne Stumpf “o primeiro contato que ela teve com este sistema foi no ano de 1996 e em 2005 defendeu a sua TSE com este tema” (STROBEL, 2008, p.48)

pessoa surda. Assim como já temos o Braille inserido em alguns produtos, em elevadores, banheiros públicos e outros locais, provavelmente os surdos poderão ter o mesmo acesso a informação em sua língua escrita. Os líderes do movimento surdo em Aracaju, já têm se empenhado através do discurso na defesa da língua de sinais. Caso aceitem esta modalidade escrita, provavelmente lançarão mais uma vez do recurso discursivo com fins de convencimento à toda a sua comunidade. O discurso segundo Foucault (1970, p. 3)

[...] aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas no entanto, os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e o poder. E com isso não há com que admirarmo-nos: uma vez que o discurso — a psicanálise mostrou-o —, não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e porque — e isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos.

O que podemos notar a partir desta citação é que o ouvinte, pelo fato de ser em maioria, produziu historicamente o discurso de poder sobre a minoria surda. Assim, o ouvinte, firmado numa convicção de possuir uma superioridade, isto devido ao fator de ter a capacidade oral de comunicação, “ter voz”, ser o suposto “senhor do discurso”, era quem teria o direito de ditar os conceitos morais, normas, enfim, o modelo estabelecido socialmente como correto a ser seguido.

Por este percurso histórico e social ter trazido como referência a diferença, é que se pode perceber que, intrínseco ao movimento surdo de resistência ao ouvintismo, está outra marca que este grupo deseja deixar visível à sociedade majoritária – a de que possui uma identidade surda. Geertz (2001, p. 219) diz que, o que definiria a palavra identidade em nosso contexto capitalista e global está entre questões como: divisões, argumentos que se repetem “e com a idéia que, haja o que houver o que mais houver, de algum modo é preciso manter a ordem da diferença”. Esta definição do referido autor vem mais uma vez reforçar que a identidade é desencadeada e percebida através da diferença, e é esta alteração que os surdos buscam preservar a qualquer custo.

Strobel, escritora surda, diz que hoje, mais do que apenas o reconhecimento à “diferença cultural do povo surdo”, é necessário aos ouvintes perceberem “a cultura surda através de suas diferentes identidades, suas histórias, suas subjetividades, suas línguas, valorização de suas formas de viver e de se relacionar” (STROBEL, 2008, p.11).

Assim, a partir desta leitura de escritores surdos e do discurso produzidos pelos mesmos, delineamos o objetivo geral desta pesquisa que é o de, à luz da antropologia, observar os surdos em Aracaju-SE, verificando como esta minoria linguística vem aderindo a este discurso cultural e identitário e tem se posicionado frente à sociedade que os envolve.

Entre os objetivos específicos estão: (i) Apresentar historicamente como e de que forma, e por que este discurso está sendo produzido; (ii) Identificar à luz da antropologia o discurso identitário produzido pela literatura de sujeitos surdos em comparação com os argumentos que os surdos de Aracaju utilizam para comprovar sua singularidade cultural e identitária (iii) Analisar como o surdo sergipano do município de Aracaju vem aderindo a este discurso identitário através de suas práticas sociais, movimentos, locais de encontros, circuitos, etc.

O caráter simbólico de comunicação do surdo é algo notório, fato que se revela através da língua de sinais. Isto mostra a carência de um aprofundamento do tema e leva-nos a levantar as seguintes questões de pesquisa: a) Diante do discurso que se percebe na literatura histórica desse sujeito, que dá a entender um suposto grau de universalidade, de algo comum ao grupo, perguntaríamos: de que maneira este tom de universal tem se difundido através do item de história comum, a ponto de se observar na prática desses sujeitos marcas distintas? E em consequência disto, qual o discurso comum produzido nos círculos sociais dos surdos sergipanos? b) O segundo questionamento proposto é: Sendo a língua de sinais o instrumento de comunicação deste grupo, qual o lugar e o sentido que esta língua ocupa no que denominam de “cultura e identidade surda” no meio social desses indivíduos?.

Uma das obras em que mais se observou o destaque aos termos “cultura e identidade surda” foi no livro intitulado *As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda* (2008) da escritora surda Karin Strobel⁶. Em seu livro a autora parece deixar transparecer um caráter específico de informação ao leitor, surdo e ouvinte, no sentido de que os surdos são um “povo”, como os mesmos se identificam, com cultura própria e em busca de afirmação de identidade.

⁶ Karin Lilian Strobel é presidente da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (Feneis). Surda desde os quatro dias de vida, Karin venceu as dificuldades impostas por uma educação excludente: é pedagoga, especialista em áudio-comunicação e doutora em Educação. Nascida em Curitiba, atuou por 10 anos como assessora pedagógica no Paraná, viajando por todo o Estado ministrando palestras e cursos sobre educação surda. (http://www.feneis.org.br/page/noticias_detalhe.asp?cod=783. Acesso em 13/10/10. Às 17:56)

No ano de 2011, foi divulgado o I Seminário Nacional sobre História e Identidade Cultural dos Povos Surdos em Natal – RN, sendo a preletora principal a autora surda Karin Strobel. Com o intuito de não perder a oportunidade de pesquisar o evento, pois embutido no seu título já continha o teor desta pesquisa, ou seja, o histórico e o cultural, nos propomos a ir para a investigação de campo. Chegamos com a filmadora para registrar a palestra inicial, mas tivemos alguma dificuldade de encontrar um local para sentar, pois todas as quatro primeiras fileiras estavam etiquetadas como locais reservados. Fomos perguntar para quem era a reserva uma vez que eram tantas. A resposta foi que eram para os surdos que viriam ao evento. Percebemos que aquele evento tinha um foco direcional – o surdo. Nós ouvintes estávamos em segundo plano. Isto foi melhor entendido quando a preletora chegou ao recinto e criou-se uma grande fila de surdos para tirarem foto ao lado de tão ilustre personalidade. Afinal, dentro da comunidade surda brasileira, Strobel é um dos poucos membros que havia escrito um livro em defesa da “cultura surda”, e, além disto, era a presidente da Federação Nacional de Educação e Integração do Surdo – FENEIS. Certamente, não nos furtamos a entrar na fila e registrar a nossa foto junto à mesma.

Observamos a grande admiração e respeito dos surdos pela escritora. Pareciam hipnotizados ao lado dela, certamente exercia grande influência junto à comunidade surda, pois entre estes brasileiros poucos são os que conseguem chegar em nível de doutorado no Brasil. A causa da escassez destes doutores não se dá pelo fato de não serem estes sujeitos capazes de alcançar este nível de ensino, mas pela própria deficiência educacional em não proporcionar um ensino de qualidade a eles. Ficamos a refletir: por que alguns indivíduos conseguem maior destaque que outros dentro de uma comunidade? Por que Strobel, assim como os líderes de Aracaju conseguiram chegar a esta posição?

Assim, para entendermos por qual motivo um indivíduo e não outro se destaca em determinada sociedade até ganhar o papel de representatividade, de direção e organização grupal, buscamos refletir de acordo com Geertz (1997), no sexto capítulo da obra *O Poder Local*, no qual o autor traz uma discussão sobre a definição de carisma dentro da sociologia weberiana.

O autor citado afirma que, em alguns casos dentro da sociologia weberiana, o conceito é tratado como fenômeno cultural, já em outros como um fenômeno psicológico. No primeiro caso, o carisma é considerado uma qualidade nata do indivíduo. Já como fenômeno psicológico é visto como “um poder hipnótico que ‘certas personalidades’ parecem possuir e que lhes torna capazes de provocar paixões e dominar mentes” (Geertz, 1997, p. 182). Embora o autor faça um elogio à maneira como o tratamento nos dois vieses é tratado por

Weber, mostra que, mais recentemente, a tendência é de reduzir o termo carisma à dimensão psicológica. Ainda acrescenta Geertz que, em outros autores, foi observado uma postura de questionamento a esta última forma de tratar o termo, fazendo-se necessário para uma melhor definição teórica averiguar qual seja a dinâmica de sua interação. Ou seja, quais os fatores que levam um ser humano atribuir maior valor a outro, liderança, ou poder sobre o outro. Como exemplo, recorre a Edward Shils para averiguar o carisma como fenômeno cultural e não apenas psicologizante. Diz Geertz (1997, p. 184):

No caso de Shils, as dimensões do carisma previamente negligenciadas, são retomadas quando ele focaliza a conexão entre o valor simbólico de indivíduos e a relação que estes mantêm com os centros ativos da ordem social. Tais centros, que “não têm qualquer relação com geometria e muito pouco com geografia”, são, em essência, locais onde se concentram atividades importantes; consistem em um ponto ou pontos de uma sociedade, onde as idéias dominantes fundem-se com as instituições dominantes para dar lugar a uma arena onde acontecem os eventos que influenciam a vida dos membros desta sociedade de uma maneira fundamental. É o envolvimento mesmo quando este envolvimento é resultado de uma oposição – com tais arenas e com os eventos ocasionais que nelas ocorrem, que confere o carisma. (Grifo nosso)

Mediante os comentários traçados por outros autores sobre o posicionamento e determinação do termo carisma, Geertz chega à seguinte conclusão: “o carismático não é necessariamente dono de algum atrativo especialmente popular, nem de alguma loucura inventiva; mas está bem próximo ao centro das coisas” (Geertz, 1997, p. 185). Com a introdução do termo carisma pretendemos verificar de que maneira isto poderia se aplicar ao que presenciamos no seminário citado, ou seja, no tratamento, admiração e respeito dedicados aos surdos presentes no evento à preleitora Strobel.

Bem, entendemos haver um valor simbólico atribuído ao indivíduo que trás em si algo relacionado a uma ordem social. Destacaremos duas observações neste caso: a primeira, além de posicionar-se favoravelmente à dita “cultura surda”, Strobel, como presidente da FENEIS do Rio de Janeiro, ou seja, de um centro onde as articulações desta comunidade, as causas surdas são defendidas nacionalmente, ganha maior prestígio e credibilidade diante da comunidade surda. A segunda observação é que as idéias da preleitora não divergem na arena de um discurso preestabelecido nacionalmente, pelo contrário, o reforçam, logo, se enquadra na conclusão de Geertz anteriormente referida: encontra-se próxima ao centro das coisas.

Retornando à palestra inicial daquela primeira noite, proferida por Karin Strobel, percebemos que foi um resumo do conteúdo que a autora trazia no seu livro *As Imagens do*

Outro sobre a Cultura Surda. O que se pôde observar implícito no discurso da autora foi o fato deste estar recheado de valores ideológicos que possuem raízes num contexto social mais amplo. Melhor dizendo, o conteúdo registrado traduz, através de depoimentos de pessoas surdas, um passado histórico que produz certo grau de comunhão entre as partes, de pertencimento, de legitimidade. Hanks (2008, p. 70) dissertando sobre os gêneros do discurso diz que:

Além de sua orientação temática, os textos também são voltados para contextos de ação nos quais eles são produzidos, distribuídos e consumidos. Criações ideológicas tornam-se parte da realidade prática ao serem percebidas em ação e este fato acarreta sua adaptação a acontecimentos sociais concretos. Nesta formulação, os gêneros do discurso, derivam sua organização temática da inter-relação entre sistemas de valores sociais, convenções lingüísticas e o mundo representado.

Voltando do olhar do campo para nos determos especificamente na literatura produzida por Strobel (2008), nos parece que a autora procura transmitir certa ideologia⁷, a saber, de que os surdos são um grupo específico com identidade e cultura distinta da dos ouvintes. Como forma de enriquecer e validar o seu discurso, a autora utiliza-se de vários depoimentos de sujeitos surdos, mostrando que este processo de reconhecimento e respeito à dita cultura surda, grupo minoritário, frente à sociedade majoritária ouvintista, vem passando historicamente por um processo de reivindicações e opressão. Por exemplo, quando a mesma se refere aos ouvintes como possuidores de cultura dominante que impuseram aos surdos estereótipos de incapazes ou mesmo através da imposição cultural ouvintista. Diz Strobel sobre este fato:

Essa agressão contra a cultura surda pode levar a conflitos das identidades surdas e desvalorização de suas diferenças. Entretanto, neste livro, há narrativas das experiências vivenciadas dos sujeitos surdos, as suas resistências contra a opressão cultural, similar de um autêntico povo que luta pela cultura, pois é através dela que os sujeitos asseguram a sua sobrevivência e afirmam as suas identidades. (STROBEL, 2008, P. 11). (Grifo nosso)

⁷ Entendemos ideologia com base no que Cohen (1978, p. 38) sugere: são criadas no “interior de ideologias dinâmicas, ou visões de mundo, que se desenvolvem à partir de determinados grupos específicos e que são sustentados por ele”.

Na citação acima, percebe-se que a autora utiliza mais uma vez a expressão “povo”, e dá ênfase à questão cultural, sendo esta distinção que os levaria a confrontar com o ouvinte, a afirmarem-se identitariamente. Para entendermos este argumento de identidade e cultura, apoiaremos-nos na literatura de antropólogos e sociólogos como: HALL (2005; 2008), AGIER (2001), SCHWARCZ (1999); SILVA (2008); CARDOSO (2006); CASTELLS (2000); BRANDÃO (1986); GEERTZ (1978; 2001); BAUMAM (2005); COHEN (1978) e FOUCAULT (1970) que trabalham com os temas cultura e identidade, os quais nos auxiliarão nas definições dos termos e na comparação do que encontramos descrito na literatura produzida pelos surdos brasileiros.

Uma vez que parte desta pesquisa insere-se no meio urbano, servir-nos-emos também de MAGNANI (2002; 2009), ARANTES (2007) e VELHO e KUSCHNIR (2003), os quais desenvolvem uma etnografia urbana. Sendo que, o material de Magnani é um dos poucos encontrados na área antropológica específica ao tema que é abordado nesta pesquisa. Ainda tratando da questão referente a lugar e espaço, nos apropriamos dos conceitos dos escritores: LEITE (2007), MASSEY (2000), MOURÃO (2011), ELALI e MEDEIROS (2011), CAVALCANTE (2011).

Utilizaremos-nos de outros escritores de áreas afins como: SKILIAR (2010), Doutor em Fonologia e Educação Especial, dedicado aos Estudos Surdos em Educação com um viés sócio-antropológico. A autora GESSER (2009), SÁ (2002), SOUZA (2010), FURTADO (2008), HONORA (2009), TELES (2010), SOUZA e GÓIS (1999), SOUZA (2005) que trazem uma contribuição do percurso histórico de inserção do surdo em sociedade. Trabalhando com as questões linguísticas: MERCIER (SEM ANO), MARCONI (2009), WILLIAM (2011), COSTA (2007), GUIAN (2009), SALLES (2004) e HANKS (2008). Além destes, os próprios escritores surdos como: PERLIN (2010), STROBEL (2008) que foram as fontes onde encontramos as palavras cultura, povo e identidade, e que nos despertou para a construção desta pesquisa antropológica.

Uma vez que o contexto discursivo surdo abrange a língua, cultura, história e identidade da minoria surda, buscaremos na metodologia nos apoiar em duas áreas distintas da antropologia, quer sejam, antropologia linguística e cultural/social⁸. E, a partir desta dupla

⁸ William (2011, p. 9, 11) define a Antropologia em quatro áreas, dentre estas encontra-se a antropologia cultural, também denominada de social e a antropologia lingüística. A primeira, segundo o autor, “estuda os padrões comuns de comportamento, pensamento e sentimentos humanos. Concentra-se no ser humano como criatura produtora e reprodutora de cultura”; a segunda “[...] é a área que estuda a linguagem humana. Embora

base, verificar o discurso dos surdos aracajuano, comparativamente com um discurso de âmbito nacional produzido por escritores surdos brasileiros. Em segundo lugar, nos apropriaremos da pesquisa de campo observando como os surdos sergipanos, procedentes da capital do Estado, vêm se posicionando na propagação do que afirmam ser a identidade e cultura surda no contexto social através de mobilizações (passeatas) e em reuniões.

O método utilizado será o etnográfico, tendo como ferramenta a observação participante. Porém, pela própria característica do objeto de estudo (o surdo) e a escassez de material da antropologia na área específica, nos propomos a utilizar outras fontes literárias buscando dialogar entre a antropologia e outras áreas do conhecimento. Além disso, utilizou-se de entrevistas e documentos. Através da observação de campo destacaremos os locais de encontro como forma de registro de manifestação das fronteiras simbólicas; acompanharemos as manifestações públicas; utilizaremos de entrevistas não estruturadas, ou seja, aquela que “procura que, como e por que algo ocorre em lugar determinado” (RICHARDSON, 2009, p. 208), com líderes locais.

Nestas entrevistas utilizamos perguntas norteadoras como: 1. Existem associações formalizadas e como isto se processou? ; 2. Como e onde os surdos do seu município se reúnem e o que é discutido nestes ambientes? ; 3. O que entende por cultura e identidade surda? Quais os locais de encontro do grupo na capital?; 4. Você se considera surdo ou deficiente auditivo?; Poderia explicar a distinção entre as palavras, quando e onde conheceu este discurso de cultura e identidade surda? ; dentre outras.

As entrevistas foram realizadas na Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, sem interferência de intérpretes, e registradas numa câmara modelo *Canon PowerShot SX120 IS*. Após este registro, a pesquisadora fez a transcrição dos depoimentos dos líderes surdos da LIBRAS para o Português os quais se encontram dispostos no decorrer deste trabalho.

A relevância desta pesquisa se constata por verificarmos que as estatísticas realizadas quanto ao número de pessoas surdas na capital sergipana apontam para um elevado número de deficientes auditivos, cuja porcentagem dentre todos os indivíduos considerados deficientes é de 15,34%, conforme gráfico abaixo (SOUZA, 2005).

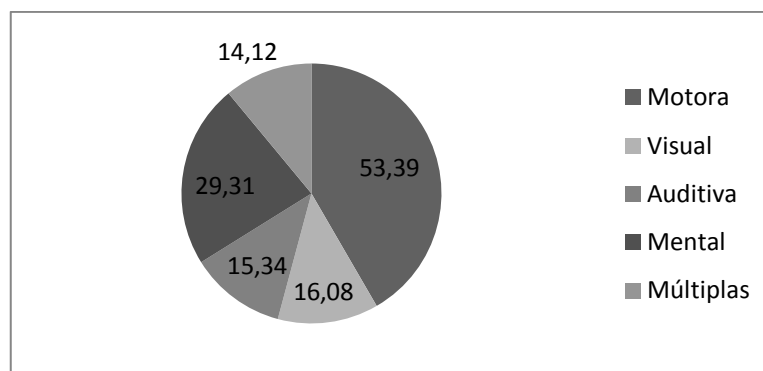


Figura 1. Porcentagem relativa de indivíduos com deficiência(s) na capital sergipana (Fonte: SOUZA, 2005).

Embora seja um grupo de número considerável, se desconhece alguma iniciativa de pesquisas antropológicas no Estado. Percebeu-se que o maior número de estudos sobre a surdez deve-se aos pesquisadores da área de Educação. Neste último caso abordando especificamente a questão da inclusão social dos deficientes na escola, cujo sujeito surdo é considerado parte deste grupo.

A identidade surda e a suposta existência de uma cultura surda é uma questão que vem desabrochando atualmente e é necessário que como pesquisadores, registremos esse processo. Além disso, poucos são os registros antropológicos na área em todo o Brasil, o que evidencia a carência de material que contemple o tema.

No primeiro capítulo, partindo de uma visão macro de inserção do surdo em sociedade a nível Universal até chegar a uma estância local (Aracaju), procuraremos relatar através da pesquisa literária histórica, o caminho complexo que trilhou o grupo minoritário dos surdos brasileiros, e a construção social de pertença a este grupo, e como através dos tempos foram gerados e utilizados os conceitos de identidade e cultura por este grupo. Neste percurso destaca-se a importância do modelo sócio-antropológico⁹, o qual trouxe uma grande contribuição nos movimentos surdos de resistência.

No segundo capítulo iniciaremos com uma análise das definições das nomenclaturas, identidade e cultura, abordadas por pesquisadores da antropologia. Após esta explanação, mostraremos empiricamente a utilização das mesmas nos depoimentos dos surdos de Aracaju, colhidos nas entrevistas de campo, a fim de verificarmos como estes atores vêm construindo a idéia de uma suposta cultura surda.

⁹ Ver pesquisas do NUPPES que rompe com uma visão clínica do surdo para um modelo antropológico em: CHIELLA, Vânia Elizabeth. Inclusão do aluno surdo mudança na forma de olhar os surdos. In: LOPES, e Dal'Igna. In/exclusão: nas tramas da escola. Anoas:Ed. Ulbra, 2007.

Também destacaremos a observação de campo na categoria nomeação, muito utilizada pelos surdos, e sua importância ao distingui-los tanto no âmbito individual quanto no social. Finalizando com o principal argumento que esta minoria utiliza para defesa de sua autenticidade surda que é a língua de sinais, por ter o caráter de veículo de transmissão cultural. Analisaremos a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS com o auxílio da sociolingüística para entendermos a importância da língua na construção da identidade surda, bem como na antropologia lingüística a relação existente entre língua e cultura.

O atributo lingüístico é contemplado na história deste grupo minoritário como uma de suas maiores conquistas. Recentemente, a língua de sinais veio a tornar-se reconhecida legalmente através da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Esta conquista de reconhecimento lingüístico trouxe maior força à comunidade surda brasileira, proporcionando ao grupo um posicionamento frente aos órgãos competentes na exigência dos seus direitos enquanto minoria lingüística.

No terceiro capítulo será observado em que medida a identidade surda se estabelece e ganha força no Estado de Sergipe (Aracaju e Itabaiana), diante da sociedade majoritária. O discurso nas práticas sociais dentro das associações dos surdos, passeatas, locais de encontro e entrevistas com este grupo alvo, nos possibilitará uma melhor visão de como o discurso tem se processado e difundido. Verificando se este discurso é uma reprodução de algo que vem se desenvolvendo, de certa maneira, na tradução de uma visão nacional de posicionamento deste grupo ou não.

CAPÍTULO 1 - COMO FOI HISTORICAMENTE PRODUZIDO O DISCURSO SURDO DE CULTURA E IDENTIDADE.

“O caminho que vai da cultura à identidade, e vice-versa, não é único, nem transparente e tampouco natural. Ele é social, complexo e contextual”.
AGIER, 2001,p. 13

Relendo os conteúdos abordados em uma das disciplinas no nosso primeiro ano do mestrado, nos chamou a atenção o fato de que alguns textos tinham entre si algo em comum, ou seja, buscavam na historiografia¹⁰ perceber como é possível construir idéias, esculpir modelos, evocar termos (cor, raça, racismo, etc.), que levam os leitores a criar imagens uniformes de determinados grupos, povos, etnias. Bem como, o caráter ideológico que acompanha tais literaturas e que persuade quem as consulta a acatar suas propostas estereotipadas.

Dentre estas várias releituras dos textos da disciplina, optamos por escolher apenas uma como fonte de *esclarecimento* do nosso propósito neste capítulo, *Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países de língua oficial portuguesa* de THOMAZ (2002). O autor ao examinar fontes literárias, encontra nas obras de Gilberto Freyre, a gênese de uma visão de Brasil caracterizado por termos como: “integrador” e de certa “teoria nativa”. Esta literatura, que cruzou fronteiras, forjava uma suposta identidade entre o Brasil e países colonizados por Portugal. Diante deste texto ficamos a refletir a importância que carrega a descrição histórica de um povo, e como esta pode ao longo do tempo criar rótulos, estigmas, e espalhar-se por onde for o seu alcance. Logo, pensamos na importância de nos debruçarmos sobre a narrativa histórica, começando por examinar o que os historicistas, fossem eles surdos ou ouvintes registraram sobre o sujeito surdo, e como este era visto em dois viés: por si mesmo e pela sociedade que o rodeia. Na expectativa, talvez, de encontrar algum “tigre de papel”.

Colleyn (1994, p. 180) diz que “o espaço da antropologia é necessariamente histórico, uma vez que é um espaço investido por grupos humanos”. Por sua vez, Durkheim, (1996, p. VIII) ao estudar as questões religiosas, percebeu que só a história permitia:

¹⁰ Definição do termo: Ciência e arte de escrever a história; Estudo histórico e crítico acerca da história ou dos historiadores. (AURÉLIO, 2002, p. 366)

[...] decompor uma instituição em seus elementos constitutivos, uma vez que nos mostra esses elementos nascendo no tempo uns após os outros. Por outro lado, ao situar cada um deles no conjunto de circunstâncias em que se originou, ela nos proporciona o único meio capaz de determinar as causas que o suscitaram.

Embora em nosso caso o foco não seja o religioso, entendemos que a história do nosso objeto de pesquisa é o que nos auxiliará a verificar o surgimento dos elementos que compõem o discurso desses sujeitos, as circunstâncias de sua criação e as causas. A partir do entendimento de que a história proporciona ao ser humano uma reflexão presente mas nunca desvinculada de um passado, pois todo percurso trilhado é um processo que se desencadeia na vida em sociedade, é que procuramos neste capítulo uma melhor compreensão de como se processou a evolução de um discurso comum de cultura e identidade surda. Assim, lançaremos um olhar para a produção literária que aborde o tema, a fim de percebermos como se deu este construto em períodos históricos distintos das civilizações, de âmbito universal, até chegarmos à esfera nacional brasileira.

William (2011, p. 190) ao tratar sobre a definição de cultura, diz que “toda cultura é socialmente aprendida, não é herdada biologicamente. Aprende-se a própria cultura crescendo com ela”. Desta maneira, conhecer a história de inserção desta minoria lingüística em meios sociais diferenciados e mais abrangentes nos auxiliará a entendermos quais os motivos que levaram os surdos a produzirem uma suposta cultura diferenciada do meio em que estão inseridos, já que estes sujeitos nascem num determinado contexto cultural, não convivem em áreas isoladas com seus pares, como a exemplo de grupos indígenas, mas insistem nesta afirmação. Quais os entraves que causaram prejuízos no repasse cultural entre surdos e ouvintes?

Segundo Furtado (2008), a inclusão do sujeito surdo em sociedade transcorreu num percurso histórico marcado por preconceitos e discriminações. Em suas pesquisa, este autor percebeu que na Idade Antiga, as políticas de exclusão eram levadas a extremos ao colocar a vida das crianças que nasciam com alguma deficiência física constantemente em risco. Foram por este pesquisador apontado alguns registros históricos que relatavam que, em alguns locais como Esparta/Grécia as crianças com alguma diferença física eram colocadas nas montanhas para morrerem. Já em Roma, eram atiradas nos rios. Isto nos leva a perceber que sociedades diferentes desenvolveram atitudes semelhantes no tratamento dispensado as pessoas que apresentavam algum comprometimento físico, logo, fora dos padrões estabelecidos como normal por estas sociedades. Estas representações sociais propiciaram os preconceitos, e estes

“estão relacionados com os tabus, e assim tendem a manter “distâncias sociais” da organização social existente” (PARK, 1979, p.40).

Na Idade Média a Igreja Católica, de certa forma, contribuiu com este estigma de anormais. Sobre isto diz Honora (2009, p. 19):

Na Idade Média, a Igreja Católica teve papel fundamental na discriminação no que se refere às pessoas com deficiência, já que para ela o homem foi criado à “imagem de Deus”. Portanto, os que não se encaixavam neste padrão eram postos à margem [...] Nesta época, a sociedade era dividida em feudos. Nos castelos, os nobres, para não dividir suas heranças com outras famílias, acabavam casando-se entre si, o que gerava grande número de surdos entre eles. Por não terem uma língua que se fizesse inteligível, os surdos não iam se confessar. Suas almas passaram a ser consideradas mortais, pois elas não podiam falar os sacramentos.

Desta maneira, o estigma social que marcou as pessoas que fugiam do padrão de normalidade perdurou durante séculos.

Para Schneider (1974), a patologia atribuída socialmente a estes indivíduos considerados anormais pode ter dois vieses: ser uma patologia individual ou social. A primeira é aquela que é diagnosticada por um médico especialista através da observação do indivíduo, logo, se é através da observação, é subjetiva. Já a segunda é determinada socialmente através de um olhar comparativo entre o que é considerado “normal” do que é “anormal”. Como a primeira, esta também é uma análise subjetiva e que traz a mesma conotação e disfunção.

Esta marca atribuída às pessoas surdas pela sociedade ouvinte propiciou esta distância social, que caracterizava estes indivíduos como alguém impossibilitado de participar da coletividade considerada “normal”. Esta separação que teve início na Antiguidade veio perpassando e perpetuando-se até chegar à Idade Média como bem coloca Teles & Souza (2010, p. 8):

Durante a Antiguidade até o século XV, os deficientes auditivos foram tratados como seres primitivos, incompetentes e imperfeitos, castigados pelos deuses. Sendo assim, como consequência eram abandonados, excluídos dos direitos sociais e não podiam ser educados. Nesse período, era comum a eugenia, ou seja, eliminação das pessoas deficientes, mal-formadas ou as muito doentes, para controle social, visando a melhoria ou empobrecimento das qualidades sociais das futuras gerações seja física ou mentalmente.

Durante a Idade Média, em países da Europa, havia uma associação entre a pessoa que nascia com algum comprometimento físico com a imagem do diabo e com feitiçarias, “por isso eram perseguidos e mortos, pois eles faziam parte da categoria dos excluídos, que deviam ser afastados do convívio social, ou então sacrificados”. (FURTADO, 2008, p.101).

Nomes famosos da história como Aristóteles e Sócrates emitiram seus pareceres especificamente em relação à questão da falta de audição. Aristóteles acreditava que “o pensamento só seria concebido através da palavra falada” (TELES & SOUZA, 2010, p. 8), logo, havendo ausência da oralidade no indivíduo, isto implicava num só consenso – quem não se comunica oralmente não raciocina. Provavelmente este pensamento aristotélico traduza o sentimento social da sua época que retratava o surdo como um ser incapaz de receber herança e casar-se. Já o segundo, que viveu no século V, entendia que havia uma comunicação que se realizava através das mãos e corpo dos surdos (SOARES, 1999, p. 17), o que possibilitou uma maior abertura no que concerne à existência de uma comunicação além da fala.

Felipe (2007) pesquisando a condição do surdo no final da Idade Média, percebeu a importância que se dava à comunicação oral, a ponto de confundirem esta habilidade com o grau de inteligência do ser humano.

Muitos surdos foram excluídos somente porque não falavam, o que mostra que, para os ouvintes, o problema maior não era a surdez propriamente dita, mas sim a falta da fala. Daquela época até hoje, ainda muitos ouvintes confundem a habilidade de falar com voz com a inteligência desta pessoa, embora a palavra “fala” esteja etimologicamente ligada ao verbo/pensamento/ação e não no simples fato de emitir sons articulados. (FELIPE, 2007, P. 130)

Já no início do século XX, após décadas de repressão ao uso próprio de comunicação entre os surdos, a sociedade ouvintista considera este indivíduo como retardado, como bem relata Honora (2009, p. 26): “os surdos que não se adaptavam ao Oralismo¹¹ eram considerados retardados.

A partir desta visão desenvolvida através da história percebemos que as pessoas que apresentavam algum comprometimento físico, dentre estas os surdos, não podiam exercer sua

¹¹ Definição da metodologia chamada oralista em Honora (2009, p. 15): “A primeira tendência que apareceu na educação dos surdos foi o Oralismo, que tem como objetivo capacitá-los na compreensão e na produção de uma língua oral. Neste método a língua de sinais é vista como impedimento para o desenvolvimento da fala”.

cidadania. E que a ligação feita com relação ao sujeito surdo era justamente a da voz, ou seja, quem não consegue a oralidade não é inteligente, uma vez que associavam a capacidade de fala ao cognitivo.

Desta maneira, o sujeito não era considerado inteligente, logo, era rotulado de louco, incapaz de socializar-se. Como se percebe, a nomenclatura surdo-mudo, ainda usada pelo senso-comum, teve sua origem nesta confusão entre a habilidade de fala e da audição, pois aliavam ao fator audição o de mudez, ou seja, pensavam que o surdo também era mudo. Ainda hoje, vemos pessoas utilizando este termo por desconhecimento, por não entenderem que o surdo não tem nenhum comprometimento de fala, apenas na audição.

Gesser (2009, p.45) uma lingüista brasileira, que se dedica à questão da LIBRAS, esclarece esta confusão de terminologias quando diz: “ A maioria dos ouvintes desconhece a carga semântica que os termos mudo, surdo-mudo, e deficiente auditivo evocam”. E em seu livro *Libras? que língua é esta?*, a autora utilizou alguns depoimentos de surdos no que diz respeito a esta questão. Dentre estes depoimentos, escolhemos os que se seguem por melhor explicar a questão da mudez atribuída ao surdo pelo ouvinte:

Essa história de dizer que surdo não fala, que é mudo, está errada. Eu sou contra o termo surdo-mudo e deficiente auditivo porque tem preconceito. Vocês sabem quem inventou o termo deficiente auditivo? Os médicos! [...] (professora surda, 2002).

O termo surdo-mudo não é correto porque o surdo tem aparelho fonador, e se for treinado ele pode falar. Eu sou surdo, fui oralizado e não ouço nada, mas a minha língua é a de sinais. (professor surdo, 2003). (GESSER, 2009, p.45)

Estes dois sujeitos surdos emitem em seus depoimentos certa indignação ao se posicionarem contra os rótulos preconceituosos que a sociedade ouvinte lhes imprime. Os dois depoimentos esclarecem o fato de que: não existe nenhum comprometimento da fala no indivíduo surdo, somente de surdez; que podem ser oralizados se assim o desejarem, mas que possuem uma língua própria que é a língua de sinais. Inclusive no último depoimento verificamos que, embora este indivíduo obtivesse uma forma de comunicação melhor aceita socialmente (oralidade), ele optou pelo uso da língua de sinais. Justificando seu ato de opção pelo fato de não ouvir nada, nos leva à seguinte inferência: para ele todo sujeito surdo tem uma língua, a de sinais, a qual deve utilizar.

Com todo este tratamento atribuído aos surdos ao longo da história das diversas sociedades e épocas relatadas nesta pesquisa, observamos que tais atitudes propiciaram um

estigma social deste indivíduo, através dos rótulos mencionados – loucos, incapazes de adquirir conhecimento de socializar-se. Estes fatores impulsionaram a minoria surda a se organizar em associações para lutarem por seus direitos enquanto cidadãos. Segundo FELIPE (2007, p. 82), só no Brasil, existe mais de 100 entidades formadas pelos surdos como: escolas, institutos e outras instituições. Porém, esta luta por direitos e espaço na sociedade é algo que se conquista gradativamente através da informação à sociedade como veremos a seguir.

1.1. O Movimento Surdo no Brasil.

No Brasil, o que se tem na história de registro sobre os surdos data da época do Segundo Império, quando a convite do Imperador Dom Pedro II, chega ao nosso país um educador francês Hernest Huet. Em 1857, fundou-se a primeira escola para surdos com o nome de Instituto de Surdos-Mudos na cidade do Rio de Janeiro.

Percorrendo mais à frente da história, observou-se que, o que os ouvintes conheciam sobre os surdos há cinco décadas era fruto do trabalho de pesquisadores ouvintes que tinham como objetivo a inserção desses sujeitos nos moldes da cultura ouvintista. Desta forma, não havia uma visão que traduzisse a história desta minoria por aqueles que dela eram parte, os surdos, mas somente uma história que produzia um pensamento crítico dos ouvintes, em que era impossível “enxergar a cultura surda como um conjunto de significados e costumes compartilhados e construídos pelo povo surdo” (STROBEL, 2008, p.90). Por isso até nossos dias há uma grande dificuldade da sociedade ouvinte em aceitar o fato da existência de uma cultura surda, pois, como grupo hegemônico, o ouvinte tem como base a sua própria cultura, sua supremacia frente a grupos minoritários.

A partir da década de 60, surge o modelo sócio-antropológico que concebia a surdez como uma diferença que deve ser respeitada e compreendida, e o surdo como componente de uma comunidade linguística. Este modelo tinha como objetivo garantir a esta minoria o direito de acesso à língua de sinais, como também a liberdade de manifestar a sua cultura e o fazer político.

O modelo sócio-antropológico surgiu como iniciativa de linguistas, pedagogos, antropólogos e dos próprios surdos pela não aceitação de colonização exercida pela cultura dominante ouvintista. O que desencadeou no grupo resistências que culminaram em movimentos políticos em defesa de sua cultura e identidade. Souza & Góes (1999, p. 169),

dissertando sobre a perspectiva sociolinguística/Antropológica na educação dos surdos, profere a seguinte posição:

Uma perspectiva sociolinguística/Antropológica na educação dos surdos impõe, obrigatoriamente, uma total ruptura com os modelos clínicos terapêuticos, e que ainda perpassam as discussões pedagógicas, mesmo entre aqueles que dizem defender um ensino bilíngue. Requer, portanto uma total ruptura com os mecanismos de poder e de controle dos saberes, os quais revitalizam o idealismo iluminista, transforma surdos em ouvintes que não ouvem, e portanto negam as diferenças culturais.

BURKE (2005) enfatiza que a partir de 1980 inicia-se uma virada de página da visão histórica, tendo como proposta de pesquisadores ouvintes e surdos, um novo olhar histórico cultural, em que este indivíduo tornou-se o sujeito da sua própria história. Utilizando-nos da linguagem artística, diríamos que o surdo passou do papel de protagonista para autor da sua própria história. Nesta época começou um abandono do material teórico tradicional, assumindo no lugar deste uma postura valorativa de povos surdos e suas comunidades. O então personagem histórico – o surdo, toma em suas mãos a narrativa da trilha vivenciada como minoria cultural e lingüística, narrativa esta com um novo tom, uma alma nova, não de quem ouviu contar, mas de alguém que é parte desta biografia.

Da década de 80 até aos dias atuais reconhecemos que tem havido muito progresso em termos de pesquisa em relação à cultura surda em nosso país, e “nas últimas duas décadas têm sido desenhados discursos e práticas que buscam uma recolocação da discussão mais apropriada à situação cultural, linguística e identitária dos surdos” (SÁ, 2006, p.17). Principalmente na região Sul, através de especialistas, ouvintes e surdos, que têm produzido um bom material escrito sobre o tema surdez, isto tem se dado com ênfase especialmente na área da educação.

Cabe ressaltar um movimento que foi fundamental para a produção e difusão de literaturas que tratavam sobre questões da surdez e de quem a possuía, o Núcleo em Políticas Educacionais para Surdos–Nupps. Este grupo de trabalho composto por mestrados e doutorandos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, tinha como objetivo pesquisar sobre a “temática da educação e diferença surda” (LOPES, 2007, p. 135). Este grupo abriu as portas para a pesquisa e propiciou o incentivo aos surdos do estado a continuarem na área acadêmica em nível de mestrado e doutorado. A primeira pessoa surda a receber o título de doutora da América Latina, Gládis Perlin, foi uma das pioneiras deste grupo de pesquisa.

A fim de chegarmos mais próximo da nossa realidade de pesquisa – os surdos sergipanos, traremos a seguir um relato da trajetória desses indivíduos no Estado, partindo do século XIX até os dias atuais.

1.2 A História dos Surdos no Meio Social Sergipano

Iniciaremos este tópico apresentando um pequeno histórico de como se processou a inserção do surdo na sociedade sergipana, bem como se efetuou o tratamento prestado a este sujeito, por este meio social, no Estado. Esta pesquisa foi possível através do registro da autora Souza (2005) em sua obra *Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, dores e conquistas*, sendo esta uma das únicas obras, recente, que se pôde encontrar e que traz o registro documental/histórico desse percurso. Este livro, embora tenha o seu foco no processo educacional no Estado, vem contribuir com esta pesquisa, pois traz dados que deixam claro o tratamento dispensado aos surdos e a outras pessoas que por algum motivo físico foram discriminadas socialmente. Além disto, podemos registrar um dado interessante que foi como se deu a inserção destes indivíduos no mercado de trabalho.

A autora citada acima, em pesquisa bibliográfica, percebeu que no século XIX, a educação em Sergipe estava em busca de mudanças, porém ainda excessivamente tradicionalista, excluindo negros, índios e mulheres, como também, provavelmente as pessoas que tinham algum comprometimento físico e/ou mental, do processo de formação e profissionalização. O que deixa claro que, o Estado sergipano não fugia dos padrões das ideologias e propósitos das classes dominantes – elites. A este respeito diz a escritora:

Nossa intenção ao focar este período histórico se dá, também, pela hipótese de que era impossível dissociar a história de Sergipe da história do Brasil, e que a educação em Sergipe se deu completamente acoplada aos mesmos propósitos das elites que dominavam o país, distinguindo-se apenas em aspectos não muito significativos da educação. (SOUZA, 2005, p. 56)

E ainda sobre a inclusão no mercado de trabalho, a mesma autora registra:

Mesmo não se encontrando dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, faz-se necessário chamar a atenção para o fato de que esses deficientes foram em vários países e também no Brasil, utilizados como mão-de-obra barata, através da qual ganhavam menos por

não dispor de certos membros, órgãos dos sentidos, etc. É possível que em Sergipe, nessa época, também tenha assumido com seus operários postura semelhante, pois o que ocorria em Sergipe, em geral, era uma réplica tardia da situação brasileira. (SOUZA, 2005, p. 60)

Percebe-se nesta pesquisa realizada por SOUZA (2005) que nas duas instâncias sociais, a educacional e trabalhista, estes sujeitos, dentre eles os surdos, enfrentavam o mesmo problema em termos de desconhecimento social de suas especificidades, e por isto sofriam a discriminação.

Com bases em pesquisas realizadas, Souza (2005) afirma que na década de 80, dos 11.626 deficientes, 15% eram de surdos. Podemos notar um dado expressivo de deficiências, embora poucas eram as iniciativas de um atendimento diferenciado a este público.

Da década de 70 até os dias atuais, Sergipe tem evoluído no atendimento a estes indivíduos, em especial ao surdo, através das várias instituições criadas; das iniciativas de universidades, em especial a Universidade Federal de Sergipe – UFS, na divulgação e apoio a inclusão social, com a criação de seminários, mesa redonda, e outros, com o debate do tema ações afirmativas e inclusão. Como iniciativa desta universidade foi criado o PAAF – Programa de Ações Afirmativas:

Por decisão do Conselho de Ensino, de Pesquisa e da Extensão (Conepe) da UFS, através da resolução 80/2008, que contém o Programa de Ações Afirmativas (Paaf) e institui a política de cotas aos alunos oriundos da rede pública de ensino, e uma vaga em cada curso está reservada para pessoas com deficiência, a partir deste vestibular (Portal UFS/2009)

Na área educacional o órgão SEMED – Secretaria Municipal de Educação promoveu a inclusão destes indivíduos em sala regular; a Divisão de Educação Especial – DIEESP vem apoiando, capacitando e qualificando os professores que atuam nesta área.

A abordagem histórica produzida pelos surdos em nossos dias, não se enquadra mais naquela que foi retratada por ouvintes, pois não se enfatiza as questões próprias atribuídas à surdez, como a falta do ouvir e da voz, mas a que narra como esta minoria veio através da história se organizando e criando formas, melhor dizendo, a única forma de comunicação capaz de promover uma interação entre os pares e com os de fora, que é a língua de sinais.

Assim, a partir deste breve histórico que nos auxilia a conhecer melhor o percurso da conquista da minoria surda por respeito às suas diferenças, ao seu direito a exercer sua cidadania, bem como a importante participação dos próprios surdos na busca de sua

identidade, passaremos a enfatizar de que forma este discurso surdo evoluiu com a marca da diferença.

1.3 A Identidade Surda Marcada pela Diferença.

Abordamos esta concepção do “diferente”, criada pela sociedade envolvente, por entender que foi a partir dela que pode ter surgido o discurso surdo de cultura e identidade. Assim, com a marca da diferença, e em consequência desta, foi que se projetou a idéia de que, o isolamento que estes indivíduos sofreram foi a mola mestra que propiciou o ajuntamento dos pares, e este ajuntamento criou novas formas de autodefinição perante a sociedade envolvente, isto pelo fato de perceberem que o comportamento do surdo se diferenciava da do ouvinte. Diríamos sinteticamente que, a maneira como o grupo se vê e é visto pelos outros é que vai determinar a sua identidade como diz Geertz (2001, p. 218):

O que faz os sérvios serem sérvios, os cingaleses serem cingaleses, os franco-canadenses serem franco-canadenses, ou qualquer pessoa ser qualquer pessoa, é que eles e o resto do mundo, num dado momento e até certo ponto, para certos fins e em certos contextos, passaram a se ver e serem vistos como contrastantes com os que os cerca.

Desta maneira poderemos pressupor que, o que faz o surdo se sentir parte de uma cultura surda e não ouvinte é o fato de ambos, surdos e ouvintes, sentirem que existe um contraste de visão de mundo, maneiras de portarem-se diferente em sociedade, dentre outros?

Outro termo que foi percebido na literatura pesquisada foi o de referência aos surdos como de grupo étnico. A procedência do termo não emanou dos ouvintes que estavam engajados no mesmo movimento, provinha dos líderes surdos que estavam à frente de um discurso cultural e identitário, a nível nacional, declarando uma identidade étnica, como vemos em Wrigley (1996, p. 11) apud Strobel (2008,p.92):

[...] a declaração de uma identidade “étnica” distinta que vem acompanhando o ressurgimento da consciência dos Surdos nas duas últimas décadas força a reavaliação desta e de outras identidades excluídas das equações do “normal”.

A fim de abordarmos esta questão referente ao termo étnico, recorremos a Barth (1998), em *Grupos Étnicos e Suas Fronteiras* para que possamos entender melhor a concepção de étnico e averiguar se é pertinente a utilização do termo no contexto surdo.

O autor mencionado inicia o seu ensaio fazendo uma crítica aos antropólogos que, diante de um tema tão importante, têm negligenciado sua abordagem na bibliografia antropológica. Mas busca nesta mesma bibliografia a definição metodológica para definir uma população como sendo um grupo étnico, logo em seguida tece a sua crítica. São estas as características de grupo étnico que é colhido pelo autor:

1. Perpetua-se biologicamente de modo amplo,
2. Compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais.
3. Constitui um campo de comunicação e de interação
4. Possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo. (BARTH, 1998, p. 189)

A partir das características que um grupo deveria conter para ser considerado como étnico antropológicamente, o autor faz duas críticas. A primeira - que esta definição antropológica traz embutido um sentido de “ideal”, por isto não diferiria muito da proposta tradicional de que haveria sempre uma rejeição e discriminação entre os grupos. A segunda crítica era a de que, esta forma de entender o fenômeno dos grupos étnicos, de antemão preconcebiam uma gênese, uma estrutura, e o pior, segundo o autor, se constituía no fato que, acreditava-se que a manutenção das fronteiras entre os grupos parecia limpa de problemas quando olhada sob o prisma da diferença de raça, cultura, separação social, línguas distintas e a própria discriminação entre as partes.

Por fim, Barth (1998) aponta alguns requisitos de observação que poderiam ser utilizados pelos pesquisadores na identificação de um grupo étnico, antes, porém, faz duas advertências: A primeira delas é no sentido de que, o argumento utilizado por estes grupos de compartilhamento cultural, não deve ser encarado como uma característica que defina a organização do grupo, mas sim, um resultado disto; e que é inadequado considerar os traços culturais como aquilo que vai distinguir o grupo étnico, pois estas dependeriam tanto da ecologia quanto da cultura transmitida. Neste último item, já podemos perceber que os surdos se confundem na categorização de grupo étnico, pois o seu maior argumento é justamente um traço cultural – a língua.

Barth (1998) elenca alguns tipos de classificação que poderíamos utilizar para caracterizar um grupo étnico. A primeira delas é encarar este grupo como uma organização social – a característica marcante nesta categoria seria o reconhecimento de que possuem uma identidade diferente das outras categorias de iguais, e por estes também são classificados como diferentes:

Uma atribuição categórica é uma atribuição étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade geral, presumivelmente determinada por sua origem e seu meio ambiente. Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional. (BARTH, 1998, p. 193)

Entendemos que os surdos criaram uma identidade “surda” não por sua origem, e nem pelo meio ambiente, mas se auto-identificaram como uma categoria diferenciada, ou possuidores de uma identidade étnica, com fins organizacionais frente à cultura majoritária dominante. Diante disto, poderíamos levantar mais uma indagação: estaria esta minoria sendo enquadrada no que Cunha (1986, p. 106) diz quanto ao uso do termo étnico para fins específicos ao grupo, ou seja, que a etnicidade “[...] pode, em muitos casos, ser um poderoso veículo organizatório”?. Como exemplo de sua afirmação, a autora utiliza os escravos nagôs quando de volta à terra natal, utilizavam a identidade de brasileiros, neste caso, para fins de comercio. Mas que era uma identidade “totalmente fictícia, construída, destinadas apenas a garantir os limites de um grupo privilegiado em seu acesso a recursos econômicos, [...] apresentando-se à consciência como uma categoria verdadeira” (ibidem, p. 106).

Ao trazer a autora para nossas discussões temos o propósito de comparar uma atitude que vem partindo do grupo surdo de se auto-identificar como grupo étnico. Mas ao fazê-lo pode estar incorrendo nesta utilização inadequada do termo, não como no exemplo citado dos nagôs, ou seja, fins comerciais, mas no que se refere ao que Barth delimitou anteriormente, que é por motivos organizacionais. No caso, os surdos, procurando o reconhecimento perante o grupo dominante como organização, se declaram como grupo étnico. E isto poderia ser realmente assimilado como uma verdade, à nível de consciência. Ou seja, para o grupo não é uma invenção, mas uma afirmação real, e assim fazendo, se fortalecem e ganham status social diferenciado do que foi transmitido através da história.

Bauman (2005, p. 20), ao trabalhar com o termo identidade diz que, “as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas

a nossa volta”. Provavelmente seja este o caso aqui contemplado. Não foram os sujeitos surdos que, distribuídos nos vários contextos sociais observados, escolheram o isolamento social, isto lhes foi imposto historicamente através da marca de deficientes, incapazes de socializar-se, logo, abriu-se a conjectura surda: se não sou ouvinte quem sou? Dando origem a uma identidade surda, inflada, como bem coloca o autor, pelos que nos rodeiam, no caso dos surdos - pelos ouvintes. Esta identidade nasceu a partir da crise de pertencimento por que passaram estes indivíduos ao sentirem-se completamente rejeitados, diferentes dos demais do seu grupo.

Desde o início de nossa pesquisa, procuramos entender a partir da literatura produzida por surdos, da qual temos a autora surda Strobel como exemplo, o porquê dos surdos afirmarem possuir uma cultura diferente da pessoa que ouve, mesmo que este nasça inserido dentro da cultura produzida por ouvintes, melhor dizendo, compartilham dos hábitos, costumes, religião dentre outros aspectos da cultura ouvinte. Em um dos capítulos do livro desta autora, sob o título de *Os Surdos têm Cultura*, percebe-se que esta pesquisadora vai em busca da definição teórica do termo cultura para embasar sua defesa da cultura surda, que é definida como:

Cultura surda é o jeito do surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável ajustando-o às suas percepções visuais, que contribuem para a definição de suas identidades e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as idéias, as crenças, os costumes e os hábitos de povo surdo. (STROBEL, 2008, p. 24).

A partir desta definição podemos entender que o mundo até então disponível aos surdos era inabitável, lógico, devido à discriminação, ao isolamento que podemos comprovar através das pesquisas históricas. E que, a partir desta realidade, eles desenvolveram uma visão de mundo utilizando um dos seus sentidos – a visão. Através deste olhar surdo, o mundo em sua volta se modificou, ou seja, não estamos sós, temos outros iguais a nós, que agem, pensam e criam. Assim, ao identificarem-se uns com os outros e perceberem que comungavam de uma mesma perspectiva visionária, o grupo se fortaleceu, e iniciou os chamados “Estudos Surdos”¹², dando origem a uma defesa de cultura comum ao grupo.

¹² Sobre Estudos Surdos ver: CHIELLA, Vânia Elizabeth. Inclusão do aluno surdo mudança na forma de olhar os surdos. In: LOPES, Maura Corcine. **In/exclusão : nas tramas da escola**. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.

Dentre os locais em que se observa o fortalecimento dos surdos destacamos as associações de surdos espalhadas por todo o Brasil. O que ocorre nestes locais é exposto por Strobel (2008, p. 25) ao afirmar que,

O povo surdo brasileiro deixou muitas tradições e histórias em suas organizações. Estas organizações iniciaram diante de uma necessidade do povo surdo ter um espaço para se reunir e resistir contra as práticas ouvintistas que não respeitavam sua cultura. Essas organizações – as associações de surdos, federações de surdos, igrejas e outros – também tiveram o papel importante que é a transmissão cultural, esportiva, política, religiosa e fraterna pelos povos surdos.

Foi nestes locais que surgiram seus líderes, bem como a divisão por categorias, ou seja, nem todas as associações compartilham dos mesmos interesses. Segundo a autora há espalhado por todo o planeta associações que contemplam, por exemplo, no Brasil, só surdos gays¹³ (categoria desviante), ou só surdos negros, no caso de associações nos Estados Unidos (categoria por raça), surdos oralizados (categoria por língua) e assim por diante (STROBEL, 2008, p. 27).

1.4. Como os Surdos Utilizam o Argumento de História Comum para Marcar sua Identidade.

Stuart Hall (2005) se posiciona principalmente sobre o tema identidade. Na obra do autor *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, ao abordar o tema da atualidade que é o da tão discutida crise de identidade na teoria social, atribui esta mudança estrutural ao fato de que as velhas identidades que estabilizavam o mundo social estão sofrendo um declínio na pós-modernidade, e este fator vem proporcionando o surgimento de novas identidades. O

¹³ Velho (1974, p. 27,28) constrói o seguinte conceito do termo desviante : “é o indivíduo que não está fora de sua cultura mas que faz uma “leitura” divergente. Poderá estar sozinho, ou fazer parte de uma minoria organizada. Ele não será sempre desviante. Existem áreas e comportamentos em que agirá como qualquer cidadão “normal”. Ainda destaca a perspectiva médica que carrega o termo ao dizer:”[...] tem sido encarado a partir de uma perspectiva médica preocupada em distinguir o “são” de “não-são” ou do “insano”. Assim certas pessoas apresentariam características de comportamento “anormais” sintomas ou expressões de desequilíbrio e doenças. Tratar-se-ia de diagnosticar o mal e tratá-lo. (VELHO, 1974, p. 11)

indivíduo, outrora estável, apresenta-se na modernidade como um ser fragmentado, no qual Hall (2006, p. 9) atribui este “colapso” ao seguinte fator:

Um tipo de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX. Isto está fragmentando as paisagens culturais da classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão mudando nossas identidades pessoais, abalando a idéia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto do seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo – constitui uma “crise de identidade” para o indivíduo.

Certamente esta fragmentação das categorias que anteriormente eram consideradas sólidas pelos indivíduos e que os deixava em uma situação confortável de segurança identitária é também criticado por este autor. Uma vez que, inseridos num contexto de pós-modernidade, também adquirimos identidades modernas. Ou seja, tudo que provem de uma concepção essencialista, que fixa um modelo único e estável, é colocado em cheque, pois a identidade é elaborada, construída entre o eu e a sociedade. Logo, se esta sociedade está em mudança e é a fonte de onde o sujeito obtém seus valores, símbolos e sentidos - sua cultura - é perfeitamente aceitável este sentimento de desestabilização, descentração, que gera a crise de identidade.

O autor aponta ainda três concepções de identidade: a primeira baseada no iluminismo em que o sujeito já nascia portador desta identidade que não se modificava ao longo do tempo, ou seja, o sujeito possuía um centro, ou eu, identitário.

A segunda concepção é a de sujeito sociológico que, elaborada pelos interacionistas, não negava a existência do eu, mas afirmava que este núcleo interior do sujeito era modificado a partir da interação deste com os outros, constituindo os valores, a cultura, os sentidos. E por fim, a última concepção que é a do sujeito pós-moderno, ao qual é atribuída uma mobilidade, por não apresentar uma identidade fixa, essencial ou permanente. Hall diz sobre esta última identidade como sendo “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 13). Cabe aqui ressaltar que nosso objeto de estudo poderia estar nesta categoria de representatividade ou interpelação, uma vez que a representação que

perpetuou deste indivíduo através da história, ou seja, dentre muitas de incapaz, é na atualidade posta pelos que o rodeiam e por ele mesmo em análise.

Ainda numa outra explanação sobre o tema sob o título *Quem precisa de Identidade*, o autor diz que a identidade, embora pudesse estar atrelada a uma origem histórica da qual poderíamos sempre buscar semelhanças e correspondências, tem muito mais a ver com:

[...] questões da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que somos, mas naquilo no qual nos tornamos. Tem a ver não tanto com as questões “quem nós somos”, ou “de onde nós viemos”, mas muito mais com a questão “quem nós poderemos nos tornar”, “como nós temos sido representados”, e “como essa representação” afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios. Elas têm tanto a ver com a invenção da tradição quanto com a própria tradição, a qual ela nos obriga a ler não como uma incessante reiteração, mas como “o mesmo que se transforma”: não o assim chamado “retorno às raízes”, mas uma negociação com nossas rotas. Elas surgem da narrativa do eu, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertença, ou seja, a “sutuação à história” por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao mesmo, no interior de um campo fantástico. (HALL, 2008, p. 109). (Grifo nosso).

Pegando o gancho desta última palavra: fantástico, diríamos nós que, fantástica é a nossa admiração por tão belo texto, no sentido de esclarecer como nos apropriamos das questões históricas, de linguagem e de cultura para, através dessas, desenvolvermos negociação com nossas rotas passadas, podendo assim nos sentir parte, forjando nossa identidade no imaginário. Ao que nos parece, Strobel (2008) poderia estar como na citação acima, não utilizando de uma origem histórica comum dos surdos, mas no sentido de informação ao leitor de como historicamente o sujeito surdo foi visto socialmente e como isto produziu nestes indivíduos uma identificação com seus pares.

A autora atribui um capítulo do seu livro, o qual traz o título *História Cultural: novas reflexões sobre a história dos surdos*, para descrever como se processou o percurso histórico do povo com o qual se identifica. Neste capítulo faz uma crítica aos escritores ouvintes quanto à maneira como descreveram a inserção dos surdos na sociedade ouvinte que, segundo a autora, não condizia com a realidade vivida por estes sujeitos nas várias instituições como a familiar, a social e a religiosa. Mas que a verdadeira história cultural deles estaria “localizada nos discursos das associações de surdos, de professores surdos, de sujeitos surdos bem-

sucedidos, de sujeitos surdos líderes, da pedagogia surda, de movimentos políticos dos surdos e outros” (STROBEL, 2008, p. 88).

Certamente, a falha apontada pela autora foi no sentido de que os surdos não foram ouvidos ou mesmo tiveram voz dentro na descrição da construção histórica desse sujeito em sociedade. Nestas narrações históricas havia uma visão apenas dos de fora (os pesquisadores que os observavam), e não um relato colhido diretamente com o sujeito surdo e reorganizado pelo pesquisador. O que faltou nestes relatos históricos foi a visão dos de dentro, ou seja, os próprios surdos que vivenciaram este percurso histórico. A proposta de Strobel (2008) é no sentido de que sejam eles mesmos que sofreram a discriminação social os narradores a reconstruir sua história, e recontá-la com um olhar dos de dentro. Isto nos remete ao que diz Magnani, a respeito da importância do discurso “nativo” quando afirma que:

A natureza da explicação pela via etnográfica tem base num insight que permite reorganizar dados percebidos como fragmentários, informações ainda diversas, indícios soltos, num arranjo que não é mais o arranjo nativo (mas que parte dele, leva-o em conta, foi suscitada por ele) nem aquele com o qual o pesquisador iniciou a pesquisa. Este novo arranjo carrega as marcas de ambos: mais geral que a explicação nativa, presa à particularidades de seu contexto, pode ser explicado a outras ocorrências; no entanto, é mais denso que o esquema teórico inicial do pesquisador, pois tem agora como referente o “concreto vivido”(MAGNANI, 2002, P. 17). (Grifo nosso)

Certamente é nesta perspectiva de pesquisa que fundamentamos nosso olhar sobre a suposta cultura surda ao darmos ouvido ao discurso “nativo”, no caso – do surdo, podendo analisá-lo à luz da antropologia.

Voltando à escrita de Strobel (2008), percebemos que a autora utiliza-se de dois termos: atribuindo ao surdo o termo “colonizado”, e ao ouvinte de “colonizador”. E esta comparação realizada pela autora diz respeito ao contexto das lutas, parece, travadas entre surdos e ouvintes, como por exemplo, de recusa pelo surdo da caridade e proteção paternalista dos ouvintes, atribuindo a estes um caráter de doente, anormal. Bem como, dos ouvintes ao rejeitarem sua forma de comunicação, a língua de sinais, forçando-os à oralidade. Esclarece ainda que, na história tradicional, os nomes citados são de “defensores ouvintes” das causas dos surdos, em detrimento dos nomes de surdos que fizeram diferença na história. Ainda complementa afirmando que:

Antes a história dos povos surdos não era reconhecida, os sujeitos surdos eram vistos como deficientes, anormais, doentes ou marginais. Somente

depois do reconhecimento da língua brasileira de sinais, das identidades surdas e, na percepção da construção de subjetividades, motivada pelos Estudos Culturais, é que começaram a ganhar força as consciências político-culturais. (STROBEL, 2008, p. 90)

Percebemos, através do discurso desta minoria, a importância deste passado histórico de origem comum como requisito para afirmação identitária e cultural. Relendo este passado histórico, os surdos podem renegociar suas identidades que, neste caso, emergiram no “jogo de modalidades de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que do signo de uma unidade idêntica” (Hall, 2008, p. 109).

SCHWARCZ (1999, p. 296) acrescenta que:

A identidade é construída pela tomada de consciência das diferenças e não apenas pelas diferenças em si. Com seu apego a uma cultura histórica e à tradição e história, a identidade promove uma seleção de traços e origens, acionando tanto a memória quanto o esquecimento.

O que podemos observar é que a identidade surda vem sendo construída através deste apego ao histórico que teve como marca esta tomada de consciência de que havia uma diferença entre surdo e os ouvintes, e que durante décadas foi gerando um passado comum através das resistências e reivindicações deste grupo por alcançar seu espaço e respeito na sociedade envolvente. Na atualidade, esta história está sendo reescrita pelos próprios surdos com a visão diferenciada da história tradicional descrita apenas por ouvintes, o que serve também como mais um item na afirmação identitária – a que povo pertencemos. Neste caso diz Strobel (2008, p. 31): “quando pronunciamos “povo surdo”, estamos nos referindo aos sujeitos surdos que não habitam no mesmo local, mas que estão ligados por uma origem, por um código ético de formação visual [...]”, ou seja, por uma visão de mundo diferenciada da do ouvinte.

Castells (2000), no primeiro capítulo do seu livro *O Poder da Identidade*, intitulado “Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede”, propõe três maneiras como a identidade pode se construir: A primeira, denominada pelo autor de identidade legitimadora, é utilizada por instituições dominantes com o intuito de exercer poder, autoridade, relacionadas com teorias de nacionalismo. A segunda, a identidade de resistência tem a ver com a política de identidade em que os atores são discriminados posicionalmente em sociedade e buscam através da identidade criar fronteiras de resistência.

Por último, a identidade de projeto – onde os atores utilizam material cultural, construto de uma nova identidade para redefinir seu posicionamento em sociedade. Finalizamos este capítulo que, numa tríplice visão histórica: mundial, nacional, e por fim estadual, nos possibilitou perceber de que forma se deu o construto identitário e cultural dos surdos, ou seja, por entenderem que comungam de um passado comum, que compartilham de uma mesma história, produzem história, e perpassam-na aos seus iguais através dos encontros que ocorrem em associações, federações, etc.

Na análise da identidade surda com base em história comum, poderíamos encaixá-los na segunda opção, a identidade de resistência, pois, segundo o mesmo autor, esta tem como característica a formação de comunidades. Diz Castells sobre a identidade de resistência:

Ela dá origem à forma de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia, ou biologia, facilitando assim “essencialização” dos limites da resistência. (CASTELLS, 200, p. 25) (Grifo nosso)

Pautados nestes autores contemplados, no item história comum, percebemos que é concebível a postura dos surdos ao utilizarem este argumento, e que buscam através de mobilizações de resistência o fortalecimento de sua identidade surda.

CAPÍTULO 2 - O DISCURSO IDENTITÁRIO SURDO À LUZ DA ANTROPOLOGIA

“Tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido a uma análise” (Richardson, 2009, p.)

Temos neste capítulo, a intenção de refletir sobre os termos “identidade” e “cultura” discutidos no campo das Ciências Sociais, abordando o pensamento de teóricos que discorrem sobre esta temática. E, a partir desta análise, identificar se é ou não pertinente a utilização dos mesmos pela comunidade surda na propagação de uma distinção entre a cultura ouvinte envolvente e uma cultura especificamente surda. Certamente os dois termos, mesmo que já debatidos por muitos pesquisadores, ainda proporcionam em nossos dias uma vasta reflexão devido à complexidade que os envolve.

Iniciaremos tratando do termo identidade, buscando em Cardoso (2006, p. 20) uma explicação do surgimento do termo na área antropológica, a fim de nos situarmos historicamente. Afirma o autor que, a discussão sobre o tema eclodiu na década de 70 através do seminário realizado em Paris, “L’identité” e que “teve em Claude Lévi-Strauss o seu mentor intelectual”. Este seminário proporcionou uma discussão de heterogeneidade interdisciplinar vastíssima, haja vista, houvesse participantes das variadas áreas do conhecimento, dentre estas a antropologia social. Cardoso (2006), ainda apresenta a complexidade implícita no conceito de identidade devido ao seu caráter polissêmico.

Com relação ao conceito de cultura percebemos, da mesma forma, uma vasta discussão em sua volta, e certamente não vão se esgotar as tentativas dos pesquisadores. Atualmente o que se pode perceber através desta pesquisa é que há uma tendência a estudar a relação existente entre os dois termos, identidade e cultura. Como bem coloca Oliveira (2006, p. 12):

Hoje, portanto, sou menos incisivo na afirmação de uma separação iniludível da identidade frente à dimensão cultural. O progresso que a teoria da cultura logrou atingir nessas últimas décadas na esteira do enxerto da reflexão hermenêutica nos paradigmas tradicionais da antropologia, criando com isso, um campo de tensão epistemológica inteiramente nova, passou a permitir – pelo menos a mim – uma forma de repensar entre aqueles dois termos de nossa equação: identidade/cultura. Liberta do consenso ortodoxo funcionalista, vigente até meados do Sec. XX, a cultura passa a ser redimensionada em termos semióticos, agora, assumindo-se como uma teia de significados sobre o qual o ser humano se acha suspenso. [...] Com essa concepção de cultura passa a se impor ao horizonte antropológico o reino

dos símbolos e a disciplina ganha uma nova dimensão. Porém, essa modernização da teoria antropológica, no que se refere à cultura, não invalida a viabilidade da separação analítica entre ela e o processo identitário.

O autor acima citado vai buscar em Geertz e em sua definição de cultura a inspiração para um novo redimensionamento do termo, porém não destaca a importância da análise entre a relação existente entre a terminologia cultura e o processo identitário. O que podemos perceber no campo de discussão teórica é que o fervilhar discursivo sobre os dois termos, identidade e cultura, que já perdura nestes últimos anos, não deve passar despercebido devido aos reflexos que podem ser observados na investigação antropológica de caráter empírico.

A partir da exposição do pensamento dos teóricos, pretende-se levar em consideração o discurso que os surdos têm apresentado através do que chamam de “Estudos Surdos” o qual se insere dentro da abordagem dos Estudos Culturais¹⁴. Segundo Sá (2002, p. 10), este grupo de estudos busca definir a surdez, “onde ela passa a ser reconhecida como uma questão de diferença política, de experiência visual, de identidades múltiplas, um território de representações diversas que se relacionam, mas não se refere aos discursos sobre deficiência”. Assim, nesta nova visão rompe-se com o modelo médico que retratava o surdo como um ser portador de uma deficiência física. A nomenclatura “deficiente” trouxe um estigma de doente ao sujeito surdo, impossibilitando que o meio social percebesse suas potencialidades, focando apenas no que lhe faltava – a audição.

A abordagem destes dois termos - cultura e identidade - se dá nas várias áreas do conhecimento, como por exemplo, na Psicologia e na Psicanálise, e estes associados às práticas clínicas destes especialistas, já para antropólogos e outros cientistas sociais, surgiu,

[...] no rastro da necessidade de compreender e explicar conflitos, relações desiguais entre grupos, classes e culturas, surtos de revolta de minorias sociais, de grupos étnicos, de povos colonizados, de classes oprimidas. Nomes que indicam sempre relações, e que foram criados um a um não para

¹⁴ Sá (2002, p. 47) define os Estudos Surdos como sendo “um movimento que tem surgido nos movimentos surdos organizados e no meio da intelectualidade influenciada pela perspectiva teórica dos Estudos Culturais, ou seja: os Estudos Surdos inscrevem-se como uma das manifestações dos Estudos Culturais, pois enfatizam as questões das culturas, das práticas discursivas, das diferenças e das lutas por poderes e saberes”. Já os estudos culturais são originados “na Inglaterra e expandiram para os Estados Unidos e outros países da América Latina.[...] formam um campo de pesquisa interdisciplinar para estudos na área da cultura”. (STROBEL, 2008, p. 17)

designar “tipos sociais” em si mesmo, mas categorias de pessoas, de povos, de minorias constituídas assim através das relações sociais, em que se viram envolvidos. (BRANDÃO, 1986, p. 47)

Percebe-se que o surgimento do tema implica em embate, em diferença, no posicionamento de classes sociais demarcando o que são, bem como em questões que envolvam desigualdade social. Desta maneira, os cientistas sociais procuram entender o porquê desta desestabilização e deste surto de crise identitária/cultural.

A primeira contribuição teórica para este capítulo será através do pensamento de Agier (2001) que reflete sobre os dois temas propostos. Dentro deste contexto contemporâneo, o autor faz menção sobre o lugar do antropólogo nesta discussão em dois vieses: “primeiro, é claro, como lugar social negociado na situação de investigação”, como engajamento crítico; e em segundo, como “lugar intelectual”, ou seja, destacando a importância do preparo teórico mais atualizado, a fim de “poder saber navegar no espaço existente relacional entre as duas instâncias discutidas – identidade e cultura” (AGIER, 2001, p. 7). Com base neste autor, propomos uma reflexão no limiar entre a postura crítica e teórica antropológica na relação existente entre identidade e cultura.

AGIER (2001, p. 7), ao abordar os termos cultura e identidade, diz que a mundialização ao mesmo tempo em que coloca em questão as fronteiras territoriais, gera também uma dissociação entre lugares e cultura, o que vai culminar num processo de perda identitária que, por conseguinte, faz surgir novos contextos identitários. Especificamente sobre a palavra cultura, utiliza-se de uma terminologia da ciência: híbrido, para explicar o quanto a cultura na atualidade está dominada “pela problemática da identidade, que se enuncia cada vez mais como uma identidade cultural”. Porém, a proposta do autor é justamente o de criar uma nomenclatura diferente, qual seja, “culturas identitárias”.

Ao utilizar o termo “culturas identitárias”, Agier demonstra o caráter interrogativo e peculiar da busca de identidade individual quando o sujeito se pergunta: quem sou eu diante de uma coletividade tão diversa? E ao mesmo tempo responde às demais vozes que igualmente buscam fundamentar-se enquanto comunidade. Ainda acrescenta que a identidade individual acompanha a coletiva e

Transforma a relação de força entre identidade e cultura: no campo, hoje em dia, o etnólogo encontra-se muito mais freqüentemente diante de culturas identitárias em formação do que perante identidades culturais totalmente prontas, as quais ele teria apenas que descrever e inventariar. A cultura

declarativa torna-se o agregamento da declaração de identidade, que é a forma de existência social da identidade. (AGIER, 2001, 23).

Através da exposição acima, podemos começar a entender o posicionamento dos surdos no que concerne à busca do reconhecimento cultural no sentido inverso proposto por AGIER, ou seja, a cultura surda poderia se encontrar nesta categoria de “culturas identitárias em formação” como sugere o autor, e por isso, torna-se muito mais difícil de descrever ou inventariar, pois não é algo dado, acabado ou pronto, mas em construção. Quando os surdos declararam possuir uma cultura, há conseqüentemente um agregamento da declaração da identidade, e é esta que dará vida à identidade socialmente falando.

O mesmo autor diz que existe uma relação entre cultura e identidade, e que esta vem sendo, desde as décadas de 60/70, o objeto de estudo de antropólogos renomados como Lévi-Strauss, Fredrik Barth, dentre outros. Ainda afirma que, a antropologia das identidades tem como prática a abordagem do seu objeto de quatro formas diferentes: a primeira delas se refere à abordagem contextual, isto é, “os processos identitários não existam fora de um contexto, são sempre relativos a algo específico que está em jogo” (AGIER, 2001, p. 9). A segunda concepção é a relacional, sobre esta diz o autor: “com efeito, o ponto de partida das buscas de identidade individuais ou coletivas é o fato de que somos sempre o outro de alguém, o outro de um outro” (AGIER, 2001, p.9). A terceira refere-se à construtivista, sobre esta abordagem o autor afirma que:

A realidade é “construída” pelas representações dos atores e esta construção subjetiva faz parte ela própria da realidade que o olhar do observador deve levar em consideração. A abordagem construtivista da identidade vai mais longe que a simples recontextualização da questão. Dois momentos podem ser distinguidos na análise: por um lado a necessidade experimentada por alguns grupos, categoria ou indivíduos de edificar, nesse ou naquele contexto, fronteiras simbólicas (é o momento da identidade); por outro, o processo dessa edificação ela própria, ou seja, o momento da criação cultural, que se define sempre no quadro precedente. É esse processo que Barth descreveu como as “construções sociais das diferenças culturais”. (AGIER, 2001, p. 11). (Grifo nosso)

O que gostaríamos primeiro de ressaltar da citação é o destaque dado à importância do olhar do observador para a subjetividade implícita na construção da realidade, visto que é esta observação que constatará o que está visível nas representações do grupo. Em primeiro lugar, o que podemos visualizar através da observação é o discurso dos surdos, e neste certamente está implícita a subjetividade de como, através do tempo, eles vêm construindo o pensamento

cultural surdo. Seriam as diferenças entre ouvinte e surdo, no que concerne ao modo de ver o mundo, a luta pela conquista de uso da língua de sinais e a identificação com seu igual – surdo/surdo que os fizeram se sentir diferentes do ouvinte?

A última abordagem citada pelo autor é a situacional, e sobre esta é ressaltada a necessidade de uma observação mais minuciosa sobre as interações e situações que ocorrem entre os sujeitos do que propriamente sobre aquilo que temos como representações culturais primárias das culturas, ou agentes de destaque nestas culturas que podem servir como modelo de ação destes atores.

O que temos observado na relação entre os indivíduos surdos certamente não é algo que podemos ver como argumento cultural utilizado por outros grupos - como o de ligação consanguínea, estética (cor de pele) ou territorial. O que vem marcando esse grupo de indivíduos também não é a “deficiência auditiva” em si, mas a interação que ocorre entre os mesmos através da Língua Brasileira de Sinais, cuja prática proporciona a estes um sentimento de pertencimento grupal, bem como coloca Strobel (2008, p. 24) sobre o sujeito surdo ao dizer: “o importante para eles é o pertencimento ao grupo usando a língua de sinais e cultura surda que ajudam a definir suas identidades surdas”.

Nas entrevistas realizadas com os líderes do movimento surdo em Aracaju, percebemos no depoimento de “A”¹⁵ qual era o seu conceito de identidade surda. Perguntamos: o que é identidade surda para você? Em sua explicação percebe-se a ênfase na questão da língua como marca identitária do sujeito, além disto, mostra que esta é a principal causa da impossibilidade da troca entre surdos e ouvintes, o que termina promovendo uma diferença que separa ambos os grupos. Diz o instrutor:

Hoje, vou fazer uma comparação entre surdos e ouvintes daqui de Aracaju. Exemplo, eu, hoje, combino mais com o sujeito surdo, porque tenho contato maior com surdos, pois é próprio do surdo se comunicar em LIBRAS. Porque meu conhecimento é diferente do ouvinte. A comunicação, troca e contato são diferentes entre surdos e ouvintes. LIBRAS combina com surdos e não com os ouvintes. Não há comunicação entre surdos e ouvintes, não tem como se comunicar, é difícil! Mas, penso... no futuro, como eu vou poder aprender na escola as regras, a pesquisar? Por isto, gosto é da identidade surda, combina conosco, sempre. Quando criança eu estudava no sistema de inclusão junto com ouvintes, mas não havia comunicação nenhuma com os colegas. A professora em sala me ensinava, mas não conseguia aprender

¹⁵ Atualmente, este informante já concluiu o ensino médio. Desenvolve a profissão de instrutor em cursos oferecidos por algumas instituições de Aracaju. Já prestou vestibular na Universidade Federal de Sergipe, mas não conseguiu aprovação.

nada. Isto porque não era oralizado, e não havia interpretes de LIBRAS em sala. A inclusão é difícil! Fui crescendo e continuava sem me comunicar com os ouvintes. Mas isto acontecia porque eu combinava com a identidade surda e aí fui tendo contato com outros surdos, com a LIBRAS, aprendendo a me comunicar, tendo a troca. E minha vida mudou para melhor. Por quê? Antes, quando tinha nove anos, eu não conseguia me comunicar e nem oralizava! Quando fui tendo contato com outros surdos, com a Libras, aí fui conhecendo a identidade surda. A comunicação entre os surdos é importante para a identidade do surdo. Mas, e as regras da língua? (neste caso referia-se ao português, por ser a modalidade escrita disponível no sistema de ensino atualmente) Como o surdo pode aprender, ter o conhecimento equiparado ao do ouvinte? Não dá, as duas línguas são diferentes. Assim como os índios, os americanos têm suas própria língua e regras, nós surdos temos nossa língua, a LIBRAS é própria do surdo. Mas, me desculpe, o surdo e o ouvinte não dá para se comunicar, não combina porque não tem comunicação. Espera... (“A” pede para que não desligue a câmara, pois quer concluir a conversa), eu já concluí o 3ª grau do Ensino Médio. Minha profissão é de Instrutor de LIBRAS. Estou esperando, pois falta conseguir entrar na faculdade, passar no vestibular. Já perdi várias vezes. No vestibular não consegui entender. Minha vida não se desenvolveu porque a comunicação entre surdos e ouvintes não tinha (Parece voltar a se referir ao passado, quando não conseguia aprender o conteúdo pela falta de comunicação), o intérprete não tinha. (volta ao assunto do vestibular) Não conseguia entender o que estava escrito, que opção marcar. Todas as palavras em Português... eu estudei, tentei gravar, memorizar, não consegui. Bom mesmo é que os surdos em grupo se preparem, estudem os sinais juntos, se desenvolvam, tenham intérprete, aí dá. Mas sem isto, não consigo... Verdade! (Entrevista concedida ao pesquisador em agosto/2011, quando o instrutor ministrava no curso de Pós-Graduação em LIBRAS na faculdade São Luiz de França em Aracaju).

Nesta entrevista podemos perceber que “A” a todo o momento frisa a importância da LIBRAS para o sujeito surdo como o meio favorecedor de um melhor desenvolvimento intelectual e além disto por ser o uso desta língua uma característica própria do surdo, tornando-se o fator que o identifica como pertencente a este grupo. Isto fica claro quando o mesmo faz referência à sua condição de criança, quando ainda não tinha acesso à língua de sinais, e mais adiante quando começa a se relacionar e aprender a se comunicar com outros surdos, utiliza a expressão “minha vida mudou para melhor”. Além disto, frisa no início de sua explanação, que ele é surdo e combina com os surdos pelo fato de ter contato com este grupo e se comunicar em LIBRAS.

Cabe aqui trazer uma contribuição de Ruth Benedict, em seu livro *Padrões de Cultura*, quando faz menção à importância da transmissão dos costumes de um grupo desde a mais tenra idade. Assim diz:

A história de vida individual de cada pessoa é acima de tudo uma acomodação aos padrões de forma e de medida tradicionalmente transmitidos na sua comunidade de geração para geração. Desde que o indivíduo vem ao mundo os costumes do ambiente em que nasceu moldam a sua experiência dos fatos e a sua conduta. Quando começa a falar ele é o frutozinho da sua cultura, e quando crescido é capaz de tomar parte nas atividades desta, os hábitos dela são os seus hábitos, as crenças dela, as suas crenças, as incapacidades dela, as suas incapacidades. [...] Nenhum outro problema social nos cabe mais forçosamente conhecer do que este do papel que o costume desempenha na formação do indivíduo. Enquanto não pudermos compreender as suas leis e as suas variedades, os principais fatos que complicam a vida humana continuarão a ser para nós ininteligíveis. (BENEDICT, 2000, p. 15).

O que podemos retirar desta citação que tem a ver com o depoimento de A? Parece-nos que a história de vida de A até aos nove anos, devido à incomunicabilidade com o meio no qual se inseria, produziu neste indivíduo uma idéia de incompatibilidade entre surdos e ouvintes (“me desculpe, o surdo e o ouvinte não dá para se comunicar”). Provavelmente por não sentir-se “um frutozinho da cultura” envolvente, uma vez que, a maneira do repasse dos hábitos e crenças eram feitos oralmente, e, logo, incompreensíveis para ele. Assim, não havia como afirmou Benedict, um moldar de condutas e experiências. O papel do costume na formação deste indivíduo estava entrecortado, vindo a se refazer apenas quando este entra em contato com a comunidade surda local, e agora, com uma única forma de comunicação (LIBRAS) consegue perceber uma mudança positiva (“Minha vida mudou para melhor”).

Um segundo fato que observamos na comunicação de A, foi referente à questão da dificuldade de acessibilidade a uma universidade. Realmente a sua queixa tem procedência. Souza (2010, p. 129) em seu artigo *A Inclusão do Aluno com Deficiência na Universidade Federal de Sergipe*, diz que:

Segundo dados do IBGE (2000), 16% da população sergipana possui alguma deficiência. No senso de 2007, o estado de Sergipe contava com uma população de 1.936.426 habitantes. Isto significa a existência 310.308 pessoas com algum tipo de deficiência. Muitos desses permanecendo fora da escola em função da deficiência. Por exemplo, até então, os deficientes auditivos ainda não venceram a batalha do vestibular por causa da barreira lingüística.

A autora ainda afirma a discrepância entre os 22.486 alunos inscritos na Universidade Federal de Sergipe em 2009, sendo que destes apenas 10 eram deficientes (SOUZA, 2010, p. 129). Em 2010 o número de deficientes inscritos no vestibular, foi de 170 pessoas, o que

mostra uma procura bem maior que dos anos anteriores. Em conversa com a autora em 2011, foi-nos informado que destes 170, dezessete eram surdos, porém apenas um conseguiu ser aprovado. Apesar do apoio do programa de Ações Afirmativas instituído pelo CONEPE – Conselho de Ensino e Pesquisa, que garante o acesso aos grupos menos favorecidos, são poucos os surdos que conseguem vencer a barreira do vestibular. Perguntaríamos: qual a dificuldade encontrada que os impossibilitou de entrar numa universidade? Para “A”, fica claro que o maior impedimento foi a questão lingüística.

Na comunicação com os surdos aracajuano percebemos que além da questão da identidade que se revela pelo uso da língua de sinais, é frisada a interferência familiar ao impor-lhes longas seções com fonoaudiólogos com a perspectiva da oralização.

Pensando no familiar, cabe abriremos um espaço para relatar um trecho de nosso diário de campo ao observamos uma atitude de uma mãe ouvinte para com suas filhas surdas (Gêmeas).

Encontrávamos no terminal de ônibus do centro da cidade, Fernando Sávio, por ser um dos locais onde há maior incidência de surdos. Uma jovem mãe aguardava o ônibus e suas duas crianças se comunicavam através da língua de sinais, o que causava estranhamento em alguns ouvintes nas imediações. Percebemos olhares curiosos devido ao som emitido na vocalização, certamente por serem diferentes dos produzidos por nossa linguagem silábica. Assim, aquelas crianças surdas em sua conversa empolgante produziam variados sons próprios dos surdos. A mãe ao perceber que os indivíduos que estavam ao redor focavam o olhar sobre as duas crianças, deu um beliscão no braço das meninas pedindo para que não emitissem sons. A expressão da criança foi de espanto e levantou os ombros como se dissesse: o que fizemos mesmo para receber este tratamento? Por fim, diante da ameaça da dor pararam a comunicação. Percebemos que aquela mãe sabia se comunicar em Libras com as filhas, pois assim o fez no tempo que observávamos. Mas por motivos que não podemos saber, apenas supor ficamos a indagar: sentiu-se envergonhada diante dos seus pares ouvintes por ter filhas diferentes do padrão de normal estabelecido em nossa sociedade? Ou pelo fato de tornarem-se foco da observação penalizada que escapava dos olhos de alguns que estavam ao redor, preferiu manter as duas caladas? Como disse, podemos apenas supor! O fato é que naquele momento as crianças foram podadas de interagir, não entenderam porque não podiam usar a sua própria língua, permaneceram no silêncio.

2.1 O Identitário Surdo na Categoria Nomenclatura

O antropólogo Lévi Strauss (1989) observou que o ser humano tem a necessidade de designar nomes a todo reino animal, vegetal e humano. Ao fazê-lo, atribui a estes termos/nomes um posicionamento dentro de categorias, incluindo-o ou excluindo-o de determinado grupo social. Daí a importância de um aprofundamento destas formas próprias que cada sociedade tem de classificação, pois nelas estão embutidos conceitos profundos que determinam posições que o sujeito ocupa dentro do seu grupo social.

Procederemos a uma análise da comunidade surda no que se refere às categorias classificatórias que de certa forma se assemelham ao comportamento de outras culturas, como exemplo a categoria de nomenclatura. Por nesta categoria estar implícito todo um simbolismo, buscamos em Cohen (1978, p. 38) uma definição deste termo para uma maior compreensão. Diz o autor: “Símbolos são objetos, atos, conceitos ou normas lingüísticas que acumulam ambigüamente vários significados diferentes e que simultaneamente evocam emoções e sentimentos impelindo os homens ação”. Ainda, seguindo o pensamento do autor, percebemos que os símbolos surgem em determinado grupo como formas ideológicas, e são expressos para corroborar com a organização política e com as relações de poder existentes entre os próprios membros do grupo.

A minoria surda age dentro deste padrão ao nomear o próprio surdo como também ao fazê-lo com o ouvinte. Ao receber o nome, tanto o indivíduo surdo como o ouvinte, cria laços de pertencimento, de filiação grupal.

Através da maneira peculiar dos surdos nomearem os indivíduos com um sinal, como veremos mais detalhado abaixo, observou-se que este sinal está carregado de função simbólica. Poderíamos pensar que, o sinal propriamente dito, que identificará o sujeito e pelo qual este será reconhecido, trata-se de uma forma simbólica, isto é, o seu nome. Mas a função que este simbólico causará diante de quem o reconhecer tornar-se-á em uma função simbólica. Cohen (1978, p. 41,42) faz a distinção entre formas simbólicas e funções simbólicas:

É fundamental distinguir entre formas simbólicas e funções simbólicas. Num contexto particular, a mesma função simbólica pode ser representada por diferentes formas simbólicas. Por exemplo, todo grupo político necessita de símbolos de diferenciação, isto é, de identidade e exclusividade, para definir seus limites. Isto pode ser conseguido através de diferentes formas simbólicas: emblemas, marcas faciais, mitos de origem, costumes de

endogamia ou isogamia, crenças e práticas associadas aos ancestrais, genealogias, cerimônias específicas, estilos de vida especiais, santuários, noções de pureza e impureza, e muitos outros.

O sinal/nome que o indivíduo carrega terá a função de distinguir socialmente a identidade própria do indivíduo, tanto a nível individual quanto grupal. No nível individual verificou-se que, o sinal traz em si uma característica peculiar do indivíduo - poderíamos comparar à nossa digital, algo que só ele tem, uma marca registrada. Já no grupal, a função do sinal equivaleria ao sujeito tornar-se adepto da luta política que o surdo empreende historicamente frente à sociedade majoritária ouvintista, que é a de reconhecimento de seu status linguístico.

Em muitas culturas o nomear um indivíduo pode estar carregado de simbologia. Por exemplo, no Brasil sabemos que muitas famílias escolhem para seus filhos nomes de alguém de destaque na história, pessoas famosas, por entender que isto atribuirá certo *status* ao filho quando este crescer. Ou muitas vezes só por admirar um artista, escolhe o nome deste para seu filho (a) a fim de trazer à memória algo de semelhante com a figura da pessoa admirada.

Nominar pessoas é algo que está envolto em simbolismo, podendo ter vários sentidos, seja este de posição funcional dentro do grupo social, de *status* de pertencimento a determinada etnia, dentre outros. Por exemplo, na tribo Guarani no Litoral Sul de São Paulo na cidade de Ubatuba, é costume desta etnia nomear seus membros na sua própria língua, somente após um ano de idade. E esta tarefa é atribuída ao pajé¹⁶ (representante religioso da tribo). Os nomes recebidos por indicação do pajé têm um caráter divino, pois segundo este, são dados por entidades espirituais, às quais só o pajé tem acesso. Mas também tem um caráter funcional, pois o indivíduo ao receber um nome como de *Xondaro* (soldado) terá que desempenhar esta função de guardião da tribo. Percebemos nas literaturas pesquisadas que este caráter funcional do nome foi detectado em outros povos, à exemplo da pesquisa de Benedict¹⁷.

¹⁶ Sobre a categoria de nominação Guarani, ver: ARGUELLO, Cândida Graciela C. O Rito de Nominação numa Aldeia MBYÁ – GUARANI DO PARANÁ. Disponível em: www2.uol.com.br/.../mitos_e_estacees_no_ceu_tupi-guarani_3.html. Acesso em 12/09/2010, às 20h.

¹⁷ A autora percebeu que nas cerimônias de puberdade nos grupos de adolescentes, rapazes e moças, nos planaltos da Colúmbia Britânica: “O clímax do treino de adolescentes para os rapazes era a aquisição de um espírito guardião que pelos seus dons ditava a profissão do jovem por toda a vida”. BENEDICT (2000, p. 51)

Já o nome que recebem, dito como de Juruá (“brancos” – não índios), lhes é atribuído logo após o nascimento pelos próprios pais e trazem no sobrenome a denominação da tribo a que pertencem- exemplo: João Guarani. Neste último caso, o nome traz uma conotação de pertencimento por poder e dominação.

São muitos os exemplos das várias maneiras de nomear o indivíduo a depender da cultura, dos valores e crenças que cada sociedade possui. Assim, diante da tarefa tão vasta do antropólogo na análise de uma cultura, enfatizamos a categoria de nominação. Um dos pesquisadores que realizou uma análise deste tipo de categoria foi o pesquisador Geertz (1978) entre os balineses.

Nas ordens balinesas da definição simbólica de pessoas foram encontrados pelo pesquisador seis diferentes tipos de rótulos que uma pessoa poderia aplicar à outra, dentre estes o de nomes pessoais. Segundo o autor, esta ordem simbólica balinesa

[...] definida pelos nomes pessoais é a mais simples de descrever porque é a menos complexa em termos formais e a menos importante em termos sociais. [...] De modo geral, os nomes pessoais são pouco ouvidos e desempenham um papel público muito pequeno. Entretanto, a despeito dessa marginalidade social, o sistema de dar nomes às pessoas tem algumas características extremamente significativas para a compreensão das idéias balinesas sobre a condição pessoal, embora de forma um tanto canhesta. (GEERTZ, 1978, p. 234)

Embora o autor perceba que o nome pessoal não parecia ter tanto destaque como o de outras categorias como de nome de nascimento, termo de parentesco e outros, reconhecemos que este sistema de nominação pessoal tem características extremamente significantes. Em comparação com outras culturas, os nomes atribuídos pelos balineses aos seus membros não tinham uma significação secundária, como a exemplificada no início de nossa digressão sobre o assunto, ou seja, não havia um nome que representasse um antepassado famoso do passado, ou que representasse um grupo em particular – agregando o nome da etnia ao nome, como o fazem os Guarani. Também não ocorria entre os balineses uma duplicação de nomes dentro de uma unidade única, como o que ocorre em outras culturas. Por último, Geertz observou que os nomes pessoais eram monômios, não indicando nenhuma ligação familiar. Assim, o nome pessoal balinês é algo privado, que o indivíduo leva por toda a sua vida até o túmulo.

Ao trazermos as categorias de nominação utilizadas por Geertz em Bali, como também a da etnia Guarani, podemos comparar como o comportamento da minoria surda brasileira vem procedendo ao determinar um nome para os seus integrantes. Percebemos que os surdos

utilizam-se do recurso desta categoria para dar embasamento ao que o grupo surdo denomina de cultura surda. Enfatizando que, independente deste grupo possuir ou não uma cultura surda, observamos a existência desta peculiaridade de dar nomes específicos aos indivíduos do grupo, atitude que se encaixa na categoria de nominação no estudo antropológico. Além disto, destaca a simbologia implícita no ato de nomear em relação à questão da identidade surda.

Assim, abordaremos a seguir através da experiência vivida no primeiro contato com a minoria surda, a categoria de nominação observada neste grupo.

O primeiro contato que nos levou a refletir sobre a característica dos surdos em nomear seus indivíduos ocorreu no primeiro curso básico de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais - do qual fazíamos parte no ano de 2004, ofertado pelo Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo em Sergipe - IPAESE.

Baseamo-nos na profundidade da frase de Malinowski (1976, p. 35), quando discorre sobre a maneira de proceder do observador, afirmando que: “Tolo e míope é o cientista que, ao deparar com todo um tipo de fenômenos prontos a serem coletados, permite que eles se percam, mesmo se, no momento, não visse a que fins teóricos poderiam servir!”. Assim, tendo esta advertência como lema, nos propomos a não perder o desenrolar da primeira aula de LIBRAS, registrando o que se passava no ambiente. Hoje, porém, se constitui no material que contribui no enriquecimento desta pesquisa.

Tomando posse das palavras de Magnani (2009, p. 141) podemos sentir naquele momento a sensação própria do pesquisar ao ser “introduzido pela primeira vez num meio que lhe é estranho, tudo é significativo, nada pode ser previamente hierarquizado numa escala de valores entre o insignificante e o relevante: tudo é digno de observação e registro.” Porém, independente do estranhamento e do valor que imprimia à situação ficamos atento ao desenrolar dos fatos.

O grupo de ouvintes que se inscreveram no curso era em número de 32 pessoas. Ao entrarmos no ambiente ficamos observamos que o instrutor surdo já nos aguardava juntamente com sua intérprete. Havia da parte dos ouvintes um silêncio total, na expectativa de visualizarmos, sem nenhum constrangimento¹⁸ a comunicação em Libras, uma vez que fazíamos parte do curso e estávamos ali para aprender a língua de sinais.

¹⁸ É constrangedor para nós ouvintes nos pormos a observar em locais públicos os surdos se comunicarem, pois como é uma língua gesto-visual, percebe-se que os indivíduos se constroem ao perceberem que fixamos o

No início da aula, com o auxílio do intérprete de LIBRAS, o professor surdo fez a sua apresentação, a qual constituía de seu nome produzido através da datilologia e em seguida o sinal que representava seu nome na língua de sinais. Aqui abrimos um parêntese para explicar do que trata este termo.

A datilologia, ou soletramento digital, é a forma dos surdos utilizarem um código de representação das letras alfabéticas, ou seja, o alfabeto manual dos surdos, que a depender do país a que este pertença tem uma forma diferente de representação. Esta forma de comunicação é apenas utilizada em algumas circunstâncias, como as citadas por Gesser (2009, p.29)

Lança-se mão desse recurso para soletrar nomes próprios de pessoas, ou lugares, siglas, e algum vocabulário que não existente na língua de sinais que ainda não tenha sinal. Além disso, os usuários de língua de sinais fazem, em algumas situações, empréstimo da grafia da língua oral, recorrendo à datilologia para realizar sinais de pontuação (tais como vírgula, ponto final, ponto de interrogação, sinais matemáticos etc) que, na maioria das vezes, são desenhados no ar. O mesmo pode acontecer com as preposições ou outras classes de palavras.

Este esclarecimento é importante para desmistificar a velha crença do senso comum de que a língua de sinais se constitui apenas de uma reprodução do alfabeto manual. Pelo contrário, esta língua possui toda uma estrutura gramatical e é fonte de pesquisa de lingüistas na atualidade como Quadros (1997; 1998; 2004) Capovilla (2001) Ferreira (1995) dentre outros.

Voltando à apresentação do instrutor na primeira aula, naquele primeiro contato com a língua de sinais, podemos refletir no seguinte fato: existem dois nomes nesta cultura. O primeiro deles é o de registro de nascimento realizado por seus pais ao nascer. Este foi apresentado pelo professor surdo na forma já mencionada acima – na datilologia. O nome de registro de nascimento dentro da nomeação surda não possui nenhum significado simbólico, quer seja de *status*, ou outra qualquer forma de papéis já exemplificados anteriormente. E entre eles, a utilização deste só se dá no ato de apresentação. Apenas representa o nome escolhido por seus pais, e que poderá ser usado quando necessário para identificá-lo legalmente. Outro fato importante é que ao identificar-se com outro surdo, nunca foi

olhar na conversa, além do que em nossa cultura torna-se deselegante observamos o que o outro está dizendo. Comportamento taxado como de um “curioso”, “bisbilhoteiro”, etc.

observado o uso da datilologia do sobrenome, apenas do primeiro nome. Supomos assim, que a questão do *status* relacional a uma família proeminente, socialmente falando, não é levada em conta por esta comunidade, como muitas vezes o é por outras culturas que enfatizam o sobrenome como forma de identificar-se como parte de uma categoria reconhecida como melhor ou superior a outra.

O segundo nome, representado por um sinal, possibilitou outra reflexão sobre a importância do mesmo dentro da categoria de nominação da cultura surda. Para compreendermos a dimensão desta importância passaremos a descrever a maneira como este foi representado pelo professor surdo já mencionado acima: começou posicionando sua mão no formato utilizado na datilologia da língua de sinais que representa a letra “G”, em seguida passando a mão neste mesmo formato partindo do início da têmpora até a nuca.

Posteriormente foi-nos explicado, pelo intérprete que o acompanhava, que o primeiro sinal representava a primeira letra do seu nome de registro e o segundo uma característica física – possuía um crânio avantajado, uma cabeça grande. Provavelmente, poderia ser chamado por um apelido de “cabeção”. Neste primeiro exemplo, percebemos um sinal representando pela letra inicial do nome de registro (G), associado a outro que poderíamos interpretar como um apelido. Geertz (1978, p.229) diz:

O mundo cotidiano no qual se movem os membros de qualquer comunidade, seu campo de ação social considerado garantido, é habitado não por homens quaisquer, sem rosto, sem qualidades, mas por homens personalizados, classes concretas de pessoas determinadas, positivamente caracterizadas e adequadamente rotuladas. Os sistemas de símbolos que definem essas classes não são dados pela natureza das coisas – eles são construídos historicamente, mantidos socialmente e aplicados individualmente.

Estávamos diante de um ser personalizado, certamente uma classe de pessoa diferente de nós, na postura, na maneira de nomear seus indivíduos, e como bem colocado na citação acima, algo que vem percorrendo e sendo mantido através da história deste grupo social na aplicação do sinal/nome que é sua marca registrada de pertença individual a um coletivo.

Ao final da primeira aula do curso de Libras foi explicado pelo intérprete da língua de sinais que cada um dos participantes ouvintes receberia um nome na língua atribuído pelo professor surdo. Certamente ficamos apreensivos, pois pelo primeiro exemplo dado, logo concluímos que teríamos um sinal revelador de algo do nosso físico, e na cultura ouvinte os apelidos nem sempre são bem-vindos, podendo trazer constrangimentos ou não. Porém, logo

percebemos que havia novas formas de nomear o indivíduo e regras a serem cumpridas. Consideraremos em primeiro lugar as formas de nomear.

Nas formas de criar um nome percebeu-se que foi tanto utilizado a primeira letra do nome junto a uma característica física, como a citada anteriormente, como também a letra do nome junto com a letra da profissão da pessoa. Exemplo: Uma das participantes de nome Maria recebeu a letra “M”, inicial do seu nome, mais o sinal que configurava a sua formação acadêmica em Matemática. Ficando assim, dois sinais representativos do seu nome: “M”, como letra inicial e o sinal próprio da matéria de matemática que leciona.

Outra forma de nomear foi um nome que faz referência apenas a uma característica física, que pode ser um cabelo ondulado, um sinal que a pessoa tenha que possa servir como identificação peculiar como uma cicatriz, dentre outras.

Aproximava a nossa vez de receber o nome/sinal. Brotou uma ansiedade no ato de recebimento, pois o pensamento como flecha rápida indagava: O que ele notará de diferente para construir o nosso nome? A opção do nomeador foi a terceira forma citada de nomear (uma característica física), prefigurando na seguinte configuração: a utilização do dedo indicador apontando para um sinal que possuímos no centro da testa com um pequeno giro em cima no sinal. Quando a opção é por uma característica física, como no nosso caso, o nomeador sempre fazia a pergunta a quem recebia o nome/sinal se gostou ou não, pois caso gerasse algum constrangimento físico ao seu usuário poderá ser mudado pelo nomeador no ato que recebimento do nome. Como o sinal que acabávamos de receber realmente algo singular, aceitamos de bom grado.

Neste fato, percebemos a importância do detalhamento da escolha, pois o sinal do nome na língua de sinais se caracteriza numa marca particular. Sendo uma cicatriz, por exemplo, ela é única daquela pessoa, por isso inconfundível com outra, pois ao denominar o sinal é projetado no mesmo local onde se encontra a cicatriz do nomeado. A exemplo disto foi-nos apresentado outro instrutor surdo que tinha como sinal/nome a configuração da letra B (primeira letra do seu nome) da datilologia projetada numa cicatriz em seu rosto, a qual havia adquirido num acidente na infância.

Em segundo lugar, percebemos que havia regras a serem seguidas. A primeira delas se constatou no seguinte fato: não é o ouvinte quem escolhe seu sinal, este é dado somente por um surdo adulto após uma longa observação, a qual percorre todo o corpo de quem o receberá numa busca de algo que possa servir como uma “marca registrada”. Como algo que identifique aquele sujeito de forma única. A segunda é aquela que não permite que em um grupo delimitado, como a exemplo do grupo de participantes daquele curso, haja sinais de

nomeação iguais. Provavelmente para que quando referenciada uma pessoa não possa ser confundida com outra.

Na sociedade ouvinte, em um grupo em particular, quando os nomes pessoais se chocam nos utilizamos do recurso do sobrenome para distingui-las uma da outra. Daí a importância na nominação da cultura surda ter sempre um “apelido” agregado ao primeiro sinal, pois permite maior informação de quem se trata além de qualificar esta pessoa como um ser único do grupo, ou seja, a sua identidade pessoal. O termo *identidade* é atribuído por Brandão (1986, p. 36) como algo que tem sido pesquisado por psicólogos sociais, antropólogos. Mas o que

[...] interessa mais é a tessitura das inúmeras formas de relações entre as pessoas – tipos sociais de pessoas; entre grupos dentro de uma sociedade[...]; entre sujeitos e grupos de duas sociedades, por exemplo, como as tribos de índios e as franjas pioneiras das frentes pastorais da sociedade regional brasileira. Importa compreender a estrutura e o processo das diferentes trocas de bens materiais, de serviços e de símbolos entre diversas categorias de sujeito e o modo como acontecem aí ações e reações de atribuição de nomes, de títulos de determinação de semelhança e diferenças que, afinal, tanto se manifestam na maneira como as pessoas vivem os códigos de seus contatos umas com as outras, quanto na forma pela qual representam os seus relacionamentos e o reconhecimento de quem são a partir deles. (Grifo nosso)

É por compartilhar do mesmo sentimento do autor citado que entendemos a importância de nos debruçarmos sobre a pesquisa da minoria surda, na sua forma de categoria de nominação para entendermos como se dá este processo através da relação surdo-surdo e surdo ouvinte.

A terceira é que não percebemos nunca a utilização de mais de dois sinais para a formação de um nome na língua de sinais. Possivelmente para facilitar a memorização tanto de quem recebe como de quem dá, mas aqui é apenas uma conjectura nossa.

Neste ritual de nominação percebeu-se que, quando um ouvinte recebe um nome de um surdo a relação de tratamento surdo-ouvinte assume outro *status*. De um lado, o ouvinte sente-se parte da comunidade surda, já não mais um estranho, pois pode ser reconhecido pelo grupo através de uma marca própria peculiar da cultura surda. De outro, o surdo acolhe o ouvinte como alguém que pode partilhar e contar na divulgação do movimento surdo. Já o surdo que é nomeado por um de seus pares, compartilha da mesma identidade surda que aquele. Assim, cada nome incorpora qualidades, habilidades, uma marca única que se liga ao seu portador, ao mesmo tempo serve como emblema que codifica a identidade grupal.

Koury (2004) ao pesquisar o sistema de nomeação de um grupo denominado “Delta” na Paraíba verificou que o apelido que cada indivíduo recebia vinha carregado de significação, pois reavivava e reafirmava a condição de pertença, marcado a diferença entre os componentes do grupo e os de fora dele. Diz o autor:

É importante observar, contudo, que a nomeação do grupo representa um ato de presença do movimento em cada um dos que dele fazem parte, diferenciando-os dos demais existentes fora do grupo. O reconhecimento através do nome, ou da denominação de si próprios como membros, parece construir e ampliar o sentimento de companheirismo e de pertença ao grupo e permitir ao movimento em sua totalidade e a cada membro singular situar-se em um lugar de fala e de atribuição desde onde interage entre iguais ou com os de fora. Pertencer ou sentir-se pertencendo é fazer parte do movimento, isto é ser um Delta. (KOURY, 2006, p. 69)

Da mesma maneira percebe-se que a categoria nomeação da minoria surda, vem também, assumindo esta mesma postura de quem recebe o sinal/nome, melhor dizendo, o nominado assume este sentimento de pertença e de fortalecimento grupal.

O simbolismo no nomear o indivíduo surdo encontra-se no fato de que este sinal/nome tem uma representação social, pois é uma forma de manifestar a sua identidade surda, ou seja, de que grupo faz parte e o que fazem, de que forma querem ser reconhecidos diante do grupo de identidade dominante – ouvintes. Receber o sinal do seu nome na língua de sinais é como se fosse um “batismo” de entrada neste grupo, gerando um sentimento de pertencimento. Assim como em algumas culturas o sobrenome imputa *status* ao indivíduo, também entre os surdos o nome/sinal possibilitará a este o *status* e direito de ser surdo, de se identificar como tal frente ao ouvinte.

2.2. A Língua Brasileira de Sinais: como maior marca de identidade surda

Uma vez que, neste tópico, trataremos sobre a questão lingüística e sua importância como um dos principais veículo de transmissão cultural, optamos por iniciar citando WILLIAM (2011, p.209) quando diz: “O nosso meio mais sofisticado de compartilhar grande número de informações complexas é a língua – a pedra fundamental de cada cultura humana”.

O Brasil é um país com uma grande diversidade linguística, portanto multilíngüe. Porém a língua que é dita como majoritária nacionalmente é o Português. Como bem coloca Quadros (2005, p. 27) pensa-se que “todo falante adquire a língua portuguesa como primeira

língua”, ignorando as mais de 170 línguas dos indígenas do País, como também a língua de sinais utilizada pelos surdos brasileiros – LIBRAS. Segundo esta lingüista, isto se dá pelo fato de que, a tendência das políticas linguísticas é de utilizar da matemática a opção de subtração em vez de adição. Fato gerado pelo equívoco de que “uma língua leva ao não uso da outra e, neste caso, “subtrai”. Este medo de perda de status lingüístico leva ao desprestígio das demais utilizadas.

Entendendo que a LIBRAS é apontada na pesquisa, através dos depoimentos dos surdos, como a principal marca identitária do surdo brasileiro é que nos propomos neste capítulo a nos debruçarmos sobre sua análise. Para tanto, iniciaremos com a obra de Strobel (2008, p. 44) que aponta a LIBRAS como uma das “[...] principais marcas da identidade de um povo surdo [...]”, e como um dos maiores destaques dentre os diversos artefatos que a autora e os surdos residentes em Aracaju – SE utilizam para indicar sua identidade de pertença a uma minoria linguística.

A importância da escolha de uma escritora surda e dos informantes aracajuanos da mesma condição se dá pelo fato de que, como bem colocou Mercier (sem ano, p. 19) “Toda organização social, toda cultura tem sido interpretada pelos que dela participam”. Certamente uma interpretação dos “de dentro” nos dará uma visão particular de quem tem vivenciado este processo identitário.

Strobel (2008) dedica parte de sua obra a oito artefatos eleitos como comprobatórios de que, embora imersos numa sociedade majoritária ouvintista, os surdos possuem seu modo próprio de ser. São estes os artefatos: experiência visual; artefato cultural familiar; de literatura surda; da vida social e esportiva; das artes visuais; da política; dos materiais; e por fim o que gostaríamos de nos deter neste tópico – o lingüístico.

2.2.1. Origens das línguas de sinais e a Língua Brasileira de Sinais - libras

A linguagem, embora seja uma capacidade exclusivamente do homem, não é condicionada biologicamente, ou seja, não é transmitida geneticamente. É algo que se adquire através do aprendizado com outro falante, e por si só é geradora dos conceitos e valores que cada grupo humano estipula ao desenvolver seus próprios códigos. Traz consigo a visão de mundo de cada agrupamento, e é a melhor forma do ser humano se adaptar ao meio social. Assim, com este recurso e por esta via o ser humano estabelece seus padrões culturais, melhor dizendo, reproduz, reforça e repassa a sua cultura. Desta maneira podemos refletir e concordar

com Marconi (2009, p.288) quando diz que, “linguagem e cultura estão íntima e mutuamente relacionadas”.

Podemos conhecer os fatores que levaram os surdos a produzirem uma linguagem, e até através de dados históricos verificar quando foram registrados os primeiros relatos a respeito da língua gestual. Porém estabelecer uma data de início desta modalidade de comunicação é impossível. Marconi (2009, p. 288) no décimo quinto capítulo do seu livro, *Linguagem e Cultura um contexto antropológico*, ao se referir às primeiras formas de comunicação humana, através dos sons, diz que é impossível prever quando se deu este início, pois “como saber, se não há fósseis de palavras”. Assim também, não podemos prever quando os primeiros indivíduos surdos optaram por usar a linguagem visual-gestual.

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – recebeu o status de L1, ou seja, primeira língua da minoria surda brasileira através da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Fato recente, que se deu pelo esforço e conquista da comunidade surda no Brasil, após anos de empenho em prol do reconhecimento de sua língua materna diante da língua majoritária de nosso país – o Português.

Strobel (2008, p. 46) cita alguns pesquisadores lingüistas que tiveram grande importância na conquista do reconhecimento da língua de sinais, fora e dentro do Brasil:

A língua de sinais é transmitida nas comunidades surdas e, apesar de por muito tempo na história dos surdos ter sofrido a repressão exercida pelo oralismo, a língua de sinais não foi extinta e continuou a ser transmitida, de geração em geração, pelos povos surdos com muita força e garra. [...] A partir da década de 1950 iniciaram-se estudos aprofundados sobre as línguas de sinais como, por exemplo, William Stoke (1965) e, no Brasil, os ouvintes Lucinda Ferreira Brito (1986), Ronice Quadros (1995; 2004), Tanya Felipe (2002) [...].

Nesta citação percebe-se que é mencionada a repressão por que passou o surdo ao lhe ser vedada a única forma natural de comunicação que é a linguagem através dos sinais, mas que nem por isto ela se extinguiu, pelo contrário, continuou a ser transmitida com mais empenho. E junto a isto, o envolvimento de pesquisadores ouvintes engajados na defesa da língua de sinais propiciou uma melhor divulgação desta modalidade linguística elevando o status lingüístico nacionalmente.

Muitas pessoas por desinformação pensam que a língua de sinais é composta por gestos que têm como finalidade a interpretação da língua oral. Porém os pesquisadores lingüistas atribuíram à LIBRAS o status de língua por entenderem que esta apresenta

características semelhantes às outras línguas, como as diferenças regionais, sócio-culturais e sua própria estrutura gramatical bem elaborada. Por exemplo, o que se denomina na língua oral como “palavra”, ou item lexical, em LIBRAS é denominado de “sinal”. Como toda língua, a LIBRAS também não é estática, acontecem mudanças como aumento de vocabulário, ou mudança de algum sinal, isto quando a comunidade que a utiliza assim concorda em fazê-lo. BOTELHO (2005, p. 21) nos traz uma contribuição ao explicar o porquê da língua de sinais ser, por desinformação de alguns ouvintes, considerada como mímica, tornando-a inferior à língua falada:

Este equívoco vem sendo mantido porque na situação interativa entre surdos e ouvintes há um mercado de bens lingüísticos [...], no qual a língua é autorizada e legitimada, enquanto a língua de sinais é desprestigiada e classificada como arremedo de língua, sistema grotesco, simiesco e primitivo, já que esse mercado é de caráter logocêntrico.

Além da utilização de sinais/palavras, a língua de sinais utiliza-se da expressão facial e corporal. Através do estudo da cinesia¹⁹ é possível compreender de uma forma mais específica como a linguagem corporal humana, ou seja, aquela que não utiliza um enunciado verbal pode complementar ou mesmo alterar o sentido do que está sendo dito. Assim o surdo utiliza-se deste recurso para dar “vida” aos sinais/nomes e transmitir seus sentimentos.

Verificamos que existem cinco parâmetros básicos na LIBRAS que uma vez combinados irão formar o sinal/palavra. São os parâmetros: configuração de mãos, o movimento, ponto de articulação, orientação/direcionalidade e a expressão facial²⁰. O último destes parâmetros é considerado primordial para a compreensão da palavra por complementar os traços manuais, geralmente agregados a sinais/palavras que expressem sentimento. Quando desejamos expressar alegria, por exemplo, faz-se necessário o sinal/palavra agregado a uma expressão facial que demonstre este estado de contentamento. Neste item, podemos nos utilizar da cinesia para analisarmos a eficácia da linguagem corporal, do movimento e da expressão facial utilizadas pelos surdos para transmitirem a mensagem que se quer passar ao outro. Segundo William (2011, p. 225):

¹⁹ Definição do termo cinesia por William (2011, p. 225), “O método para observar e analisar a linguagem corporal é conhecido como cinesia”.

²⁰ Maiores esclarecimentos sobre os cinco Parâmetros da LIBRAS ver em: FELIPE, Tânia A. LIBRAS em Contexto. Rio de Janeiro: LIBRAS Editora Gráfica, 2006.

A linguagem corporal humana possui um vasto repertório. Isto fica evidente quando se considera apenas um aspecto: o fato de que o ser humano tem quase cinquenta músculos faciais e consegue, portanto, demonstrar mais de 7 mil expressões. Assim, não é surpresa saber que pelo menos 60% da comunicação total são enunciados não verbais. Geralmente, as mensagens gestuais complementam as faladas. [...] Entretanto, os sinais não verbais às vezes são diferentes da fala e tem o poder de sobrepor-se a ela, ou diminuir sua significação. Por exemplo, uma pessoa pode dizer “eu te amo” mil vezes para outra pessoa, mas, se não forem verdade, os sinais não verbais provavelmente indicarão esse aspecto.

Os surdos, pela própria falta da audição, utilizam-se muito mais do campo visual que nós ouvintes. Desta forma possuem uma maior destreza em detectar as expressões faciais e corporais que acompanham a conversação, podendo detectar com mais agilidade e eficácia a veracidade de uma afirmação.

Para um melhor entendimento sobre a Língua Brasileira de Sinais, é necessário conhecer a importância da Língua Materna, ou L1. A língua materna é aquela que o sujeito aprende em contato com o meio social. É a primeira língua a que o sujeito tem acesso, ou seja, no caso de ouvintes brasileiros o Português, para os surdos, a LIBRAS. A aquisição dessa língua materna denominada pelos linguistas de L1 é fundamental para que o indivíduo possa adquirir novos conhecimentos através da interação com o outro. Costa (2007, p.1) afirma que:

A melhor forma de desenvolvermos a linguagem é interagindo com os outros, pois a comunicação é a finalidade primeira da linguagem. Na interlocução enriquecemos o nosso léxico, aprimoramos a nossa capacidade de compreensão ao procurarmos entender o outro, e somos obrigados a organizar constantemente nosso pensamento a fim de sermos compreendidos. Ao mesmo tempo, entrar em contato com novos conceitos e ter a oportunidade de explicar nossas dúvidas. Uma vez que a linguagem se realiza através de uma língua (qualquer que seja sua natureza: fala, língua de sinais), o domínio desta é especial para a aprendizagem de uma pessoa.

Devido ao fato do ser humano ser dotado da capacidade de desenvolver a linguagem, ou seja, de se comunicar através de um sistema de signos-língua, e diante da importância que esta linguagem tem para a aquisição do conhecimento/leitura de mundo, é que enfatiza-se a necessidade de que o surdo desde a mais tenra idade esteja em contato com a L1, e conviva em meio social que utilize esta língua, favorecendo o seu desenvolvimento cognitivo-psicológico ajustado, como bem coloca Rinaldi:

O que é importante frisar é que a estruturação linguística-cognitiva veiculada por uma língua natural, só é possível ocorrer de forma natural para surdos se for por meio de uma língua espacial-visual. Essa estrutura é justamente, em termos lingüísticos, aquilo que permite o que Paulo Freire chamou de “Leitura de mundo”, que segundo ele, antecede a leitura da palavra. Se não houver uma leitura de mundo, não haverá compreensão e produção de texto. Sem um apoio de uma língua materna, não haverá estruturação linguística-cognitiva acima mencionada. Para o surdo, o Português falado dificilmente será sua língua materna naturalmente adquirida. (RINALDI, 1997, p.156)

De acordo com a citação acima, percebe-se que a língua de sinais é de fundamental importância para o indivíduo surdo no que tange à construção de sua leitura de mundo, bem como para a sua integração social. Como bem disse Cunha (1986, p. 100) “[...] a língua de um povo é um sistema simbólico que organiza sua percepção do mundo, e é também um diferencial por excelência”.

Apesar do reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais, fica claro que o êxito no direito do surdo ao uso de sua língua materna, torna-se prática social motivo de confrontos, disputas e discriminação.

Todo este panorama de conquista histórica do surdo por reconhecimento de sua língua e como esta se efetiva na sua interação em sociedade é um tema pouco explorado na atualidade pela antropologia, daí a importância de pesquisadores se debruçarem sobre esta temática para registrarem este percurso de criação do que denominam de cultura surda e do uso de sua língua como atributo identitário.

Neste sentido, buscou-se neste item, primeiramente, nos pressupostos teóricos da sociolinguística, fazer uma reflexão sobre as relações entre língua e sociedade, para posteriormente refletir antropologicamente sobre o discurso identitário produzido por surdos brasileiros.

2.2.2. Contribuição da sociolinguística no estudo da relação entre língua e identidade

Guisan (2009, p. 17) afirma que atualmente a pesquisa da sociolinguística enfatiza em particular a função “identitária das línguas, e os mecanismos que instrumentalizam essas línguas na construção dos mitos sobre os quais se fundamentariam as identidades coletivas”. Para este lingüista, quando se vincula língua com identidade, está implícito entre estas duas

instâncias outra palavra – alteridade. Isto devido ao próprio cunho do discurso identitário estar impregnado da marca da diferença, ou seja, sou o que o outro não é.

Embora muito já se tenha escrito sobre o conceito de língua e das categorias de denominação a ela atribuídas como dialetos, socioletos e outros, o referido autor ressalta que ainda há dificuldade de se falar sobre este tema. Em linhas gerais, essa dificuldade consiste em três fatores: primeiramente, devido ao fato da língua ser um produto cultural. O segundo fator diz respeito ao fato das línguas serem sistemas condicionados aos universais da mente humana; e por fim, devido ao seu caráter ideológico. Neste último, ressalta-se a utilização da língua como um elemento de fundamental importância tanto no âmbito individual quanto no de comunidades na construção e afirmação identitária. Ao explicar o vínculo existente entre língua e identidade, o autor ressalta:

Entretanto, importa lembrar que o Outro preenche um papel essencial na definição da identidade do próprio sujeito; conseqüentemente, a língua do outro terá uma função primordial na delimitação do domínio da língua, já que é considerada como elemento da identidade coletiva. Daí a eleger o Outro e a sua língua como ameaça para a “pureza”, há apenas uma etapa rapidamente percorrida na história dos nacionalistas em particular, e dos etnocentrismos e racismos, onde o desprezo através da representação das outras línguas alimenta os preconceitos em geral. (GUISAN, 2009, p. 18)

Percebe-se, assim, que o vínculo existente entre língua e identidade se configura no fato de que é através da língua de uma coletividade que os sujeitos imprimem sua identidade, dizendo melhor, “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela auxilia a proposta de que o discurso apresenta o mundo” (ZÁGARI, 2009, p. 66).

No discurso identitário do surdo constata-se a utilização da língua de sinais como maior atributo da diferença entre este e o outro - no caso os oralizados. Desta maneira o surdo se define como sujeito social com identidade própria que busca ser respeitado e valorizado em suas particularidades culturais e lingüísticas diante da sociedade majoritária ouvintista.

Numa visão político-histórica, cada grupo linguístico, ao dominar uma determinada língua, define sua própria identidade de pertença a um coletivo. Daí, qualquer língua que se lhe imponha produz o que Guisan (2009) chama de “ameaça à pureza”. Este tipo de ameaça produz o desprezo e preconceito às outras línguas.

Entende-se assim que, a grande dificuldade em aceitar a língua de sinais, tanto no Brasil quanto em outros países, se deu pelo fato destas minorias linguísticas se encontrarem inseridas num contexto em que já havia uma língua eleita com status de nacionalidade. E por

isto imposta socialmente e hierarquicamente com atributo de língua “superior”. No caso aqui tratado, o Português, sobrepondo-se à língua de sinais como majoritária.

Acerca da hierarquização das línguas, verifica-se que são classificadas como dialetos, socioletos e outros, que segundo Guisan (2009, p. 20) nada mais é que uma maneira de moldar a identidade dos indivíduos socialmente falando. Afirmo o autor: “o nome atribuído às línguas, longe de ser inócuo, resulta em um projeto que visa moldar as representações identitárias dos indivíduos dentro de determinada sociedade”. Ao serem criadas estas categorias lingüísticas, umas adquirem melhor prestígio em detrimento de outras. Como também, há um poder da que recebe melhor valor sobre a outra, atribuindo ao usuário da língua prestigiada como de maior valor, um status superior. E ao usuário da língua tida como inferior um status de inferioridade.

Assim, por um período grande na história dos surdos, a língua de sinais foi considerada não como língua de comunicação entre os surdos, mas como mímica. E seus usuários – os surdos, como inferiores aos ouvintes. Só a partir do reconhecimento da Libras como L1 para os surdos brasileiros através da Lei 10.436 de 22 de abril de 2002, que estes indivíduos vêm se fortalecendo enquanto cultura específica e afirmando ser sua língua o seu maior atributo identitário. Strobel (2008, p. 44), afirma:

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

No discurso da autora surda, vê-se a nítida relação que é feita entre língua e identidade. E neste caso salientada como principal marca identitária capaz de produzir através da visão a transmissão das experiências vivenciadas por este grupo minoritário, ou seja, compartilhamento que é realizado entre a comunidade surda onde a interação acontece em âmbito grupal, bem como o fortalecimento identitário através do uso de uma língua própria. Já num outro viés acontece através da língua materna a aquisição dos conhecimentos numa visão macro – os estabelecidos universalmente.

Agier (2001, p. 11) explica que existe uma abordagem denominada de Construtivista dentro da antropologia social que nos permite perceber os processos identitários. Referindo-se a esta abordagem diz o autor: “Segundo essa abordagem, a realidade é “construída” pelas representações dos autores”. Dentro desta análise construtivista é possível perceber a

“edificação das fronteiras simbólicas”, ou seja, como será percebida a diferença entre grupos através das fronteiras criadas simbolicamente, sendo estas o que os distinguem enquanto indivíduos pertencentes a um grupo com características próprias – ou seja, sua identidade grupal. E é neste momento de criação simbólica identitária que estes indivíduos fazem surgir o que o autor chama de criação cultural. Se realmente pode-se comprovar esta criação cultural por parte dos sujeitos surdos, não podemos afirmar. Porém, autores como Salles (2004, p. 40) procuram identificar através do uso de uma língua específica a justificativa desta modalidade cultural. Diz o autor:

Sobretudo, os surdos possuem história de vida e pensamentos diferenciados, possuem, na essência, uma língua cuja substância ‘gestual’, que gera uma modalidade gestual-espacial, implica uma visão de mundo, não-determinista como dito anteriormente, mas, em muitos aspectos, diferente da que compartilha a Comunidade Ouvinte, com sua língua de modalidade oral, cuja substância é o ‘som’. Em concordância com esta visão, Felipe (2001:38) afirma que os surdos possuem uma forma peculiar de apreender o mundo que gera valores, comportamento comum compartilhado e tradições sócio-interativas. A esses *modus vivendi* dá-se o nome de “Cultura Surda”.

Na justificativa do autor aparecem termos como: história de vida, pensamentos diferenciados, visão de mundo distinta, valores, comportamento e por fim a justificativa lingüística. Caberia aqui uma reflexão destes termos sublinhados por nós, uma vez que alguns deles são considerados na antropologia como elementos que compõem uma cultura.

Tomando como base a definição de William (2011, p. 190) veremos que este autor após trilhar por vários conceitos elaborados por antropólogos ao longo dos anos, menciona que as definições mais recentes:

[...] tendem a fazer uma distinção mais clara entre comportamento real e idéias, valores e percepções abstratas do mundo que fornecem informações para esse comportamento. Em outras palavras, a cultura é valores e percepções de uma sociedade, compartilhados e socialmente transmitidos, empregados para entender a experiência e gerar comportamentos que os reflitam.

Abrimos mais uma conjectura: estariam os surdos através dos seus encontros em associações, clubes e federações através da via lingüística e da troca entre os pares, difundindo a maneira própria de apreensão de mundo, de comportamentos, de valores, que se mostra, na visão destes, peculiar a estes indivíduos devido à falta de comunicação com seus

semelhantes ouvintes e conseqüentemente não abstraírem a cultura envolvente pelo processo de enculturação²¹? Já que afirmam que possuem uma visão de mundo própria do surdo, estaria esta minoria utilizando o princípio do determinismo lingüístico, ou seja, “a idéia de que até certo ponto, a língua modela a forma como um povo vê o mundo que o rodeia e pensa a respeito dele” (WILLIAM, 2011,p. 222)?

2.2.3. Contribuição da antropologia no estudo da relação entre língua, identidade e cultura.

Na antropologia lingüística, área que se dedica especificamente ao estudo da linguagem humana, verificou-se o grau de importância que a língua de um indivíduo possui na transmissão da cultura, e isto sendo repassado de geração a geração. William (2011, p. 13) diz que a linguagem é o aspecto mais característico da espécie humana, e que é por intermédio da língua que as práticas complexas de uma dada sociedade irão sobreviver culturalmente e serão refletidas. E que através da língua o antropólogo pode estudar a relação existente entre a “linguagem e o papel social/identidade em uma sociedade”. Ainda acrescenta sobre a língua de sinais:

A capacidade humana de se comunicar através da linguagem reside diretamente em nossa formação biológica. Somos “programados” para a linguagem, através de sons ou gestos. (As línguas de sinais, empregadas por deficientes auditivos, são totalmente desenvolvidas por competência própria.) Com exceção do choro dos bebês, que não é aprendido, mas realmente transmite uma mensagem, os homens precisam aprender suas línguas. (WILLIAM, 2011,p. 14)

Nesta citação verificamos que a comunicação é inerente ao ser humano, conseqüentemente faz-se necessário que todo ser humano aprenda a língua praticada por seu grupo social. Portanto, para que o meio em que o surdo está inserido possa repassar sua riqueza cultural é necessário que haja uma forma de comunicação, seja oral ou gestual, a fim de que este indivíduo não tenha déficit de conhecimento nos vários âmbitos de constituição cultural (conceitos de moral, ética, religiosos, dentre outros).

²¹ Segundo William (2011,p. 191) o termo enculturação é “o processo de transmissão da cultura de geração para a outra”.

Especificamente sobre a língua de sinais é frisado que esta nasceu pela iniciativa dos próprios surdos, logo, torna-se a língua materna daqueles que optam por utilizá-la como única via de comunicação. Como nosso objeto de estudo são os surdos profundos, como já discutido em capítulo anterior, indivíduos que defendem a utilização da LIBRAS, é vital que nos debrucemos sobre este tema a fim de compreendermos o posicionamento deste sujeitos na defesa do uso e disseminação da sua língua como elemento preponderante de sua identidade.

Desta forma, recorreremos à Etnolinguística para entendermos a dinâmica que evidencia uma visão diferenciada do surdo a respeito do mundo que o rodeia, refletindo sobre a relação que existe entre língua e cultura, e como ambas trocam informações. William (2011, p. 222) diz que, “neste tipo de pesquisa, o antropólogo pode investigar como a língua reflete os aspectos culturalmente significativos”.

Assim, verificamos que, na Língua Brasileira de Sinais encontramos traços comuns com outras línguas já pesquisadas, a exemplo, na definição de gênero. Esta modalidade linguística utiliza o gênero apenas para definir duas categorias – seres humanos e animais. Não se utiliza do artigo definido como “a/as” “o/os” nos substantivos em geral, como o fazemos no Português (“as casas”). Numa das regras da transcrição²² em LIBRAS no lugar do artigo que define o gênero da palavra é utilizado um “@”. Exemplo: MENIN@, determinando assim, que, não há desinência de gênero na língua para todas as palavras que utilizarem o @. Com isto percebemos que na língua de sinais há também um determinismo linguístico, ou seja, “a idéia de que, até certo ponto, a língua modela como um povo vê o mundo que o rodeia e pensa a respeito dele” (William, 2011, p. 222).

Marconi (2009, p. 289) abordando a relação entre linguagem e cultura, diz que a linguagem é:

[...] um fenômeno cultural por excelência, sempre adequado para satisfazer as necessidades adaptativas da cultura, determinando a configuração de seus padrões culturais, portanto, a própria cultura. A linguagem é tão antiga quanto a cultura e sempre houve tantos modos de falar quanto culturas. [...] A linguagem não é um mecanismo instintivo e biológico. Os seres humanos têm necessidade, de aprender sua língua, e conseqüentemente, a cultura da qual fazem parte. Trata-se do instrumento fundamental para o ingresso em uma cultura.

²² Sistema de Transcrição é “o que vem sendo adotado por pesquisadores de línguas de sinais em outros países e aqui no Brasil, tem este nome porque as palavras de uma língua oral-auditiva são utilizadas para representar aproximadamente os sinais”. (FELIPE, 2006, p. 23)

Nesta citação existem palavras chaves que determinam a função da língua no contexto cultural em que ela surge: como um fenômeno; favorecedora da necessidade de adaptação; determinante dos padrões culturais; e finalmente, instrumento de ingresso numa cultura. A palavra fenômeno como aqui é empregada designa algo raro, surpreendente, ou seja, a linguagem nasce da necessidade dos grupos em trocarem, produzirem cultura juntos, e repassarem o produzido culturalmente de geração em geração fazendo as adaptações necessárias no decorrer do tempo para fortalecimento grupal.

Partindo da afirmação do autor da necessidade de que cada indivíduo tem de aprender a língua e a cultura da qual faz parte, e por ser esta o instrumento pelo qual o indivíduo terá acesso à produção cultural deste grupo, poderíamos entender que os surdos que não conseguem comunicar-se com os ouvintes através da oralização estariam sendo prejudicados no que concerne a sua introdução no grupo maior, e ao acesso do repasse cultural que é via língua.

Assim, se a língua realmente é este instrumento ou “passaporte” que o indivíduo possui para ter acesso ao grupo, pressupomos que há uma barreira, um muro, que limita esses indivíduos no aprofundamento dos elementos próprios que cada cultura contém. E devido a este distanciamento, provocar no sujeito um sentimento de não pertencimento ao grupo. Verificamos que se isto se tornou uma realidade na história de vida de G²³:

Vou contar para vocês um pouco da minha experiência como aluno em uma escola para surdos. Nos meus primeiros anos de vida, quando me percebi como surdo, eu estava incluso numa escola regular inclusiva. Até aos doze anos de idade, eu e Breno estudávamos numa escola inclusiva, onde não tinha intérprete. Naquela época a Lei ainda não favorecia, antes de 2000. Então, as escolas não eram obrigadas a oferecerem os serviços de intérprete em Libras. Mas ou menos com 13 anos ainda estava numa escola inclusiva, não tinha nenhuma comunicação com os alunos e professores. **Não interagiam nem brincava, era difícil! Os alunos pensavam que eu era bobo porque gesticulava.** Minha família brigou muito, lutou, mas as escolas não aceitavam um intérprete no seu quadro de funcionários. Então, alguns pais de crianças surdas, conversando, preocupados com a educação dos seus filhos, perceberam que não havia aqui nenhuma escola para surdos. [...] Então criaram o IPAESE em 2001. Os professores do IPAESE são bilíngües, não é necessário intérprete em sala, pois as aulas são ministradas só em Libras. Isto desde a Educação Infantil até o Ensino Médio/Técnico. [...] Quando iniciei ficava com vergonha de gesticular, mas os professores usavam a mesma língua que eu, além disto os visuais, desenhos, favorecia o

²³ Depoimento colhido no Seminário Nacional em Defesa das Escolas Bilingues para Surdos no PNE dia nove de setembro de 2011.

meu aprendizado. Quando estava na escola regular, professores usavam textos escritos sem nenhuma imagem, e eu não conseguia entender, apenas palavras soltas. **Eu era um estrangeiro em meu próprio país. É uma comparação, exemplo, eu aqui... brasileiro... o americano fala inglês, o Japonês tem sua própria língua também, assim como o brasileiro o português, já eu não, me comunico em Libras. Sou como um estrangeiro no meu próprio país.** Mas no IPAESE era diferente, eu podia usar a minha língua, **lá é meu país.** Comecei a estudar e agora sim, **eu sou um surdo de verdade, eu tenho uma identidade surda.**

Colocamos em destaque (negrito) alguns trechos do depoimento, pois eles exprimem o sentimento de deslocamento, distanciamento e de não pertença social deste indivíduo diante do grupo maior. E isto, proporcionado pela falta de comunicação entre as partes, que gerava a não abstração do conhecimento geral que se é transmitido numa escola, pela falta de interação entre o corpo discente e docente, e por fim, pela própria discriminação sofrida por parte dos colegas ao o considerarem “bobo”. Quando pôde ser introduzido num meio que favorecia a língua de sinais, percebeu que lá todos eram iguais na maneira de se comunicar e de se portar. Não havendo a discriminação, G sentiu-se parte deste meio, identificou-se linguisticamente e socialmente, a ponto de referir-se a este espaço como “meu país”, pois era neste local que os seus pares podiam adquirir o conhecimento e realizar trocas.

Considerando que, “é através da estrutura da linguagem que se pode conhecer o mundo mental dos falantes de uma língua, seus pensamentos e idéias, sua visão global” (MARCONI, 2009, p. 290), indagaríamos: como os surdos terão acesso a todo este patrimônio mental da língua dominante se não há comunicação entre as partes? Por outro lado, a afirmação do autor citado acima nos anima a tentar perceber que os surdos, por sua vez, vêm tentando nos falar através dos seus pensamentos e idéias, da língua de sinais, que sentem-se diferentes, descentrados, possuidores de uma visão de mundo própria daqueles que percebem todo o seu entorno através de uma via principal – a visão.

Percebeu-se no grupo de surdos pesquisados em Aracaju que há uma grande preocupação destes indivíduos quanto à importância do ensino da língua de sinais para as crianças surdas. Em nove de setembro do ano corrente, houve uma mobilização a nível nacional, na qual o grupo de Aracaju não ficou de fora. A mobilização partiu de surdos do Sudeste do Brasil através da FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, que utilizaram uma carta²⁴ convite via internet solicitando a toda a comunidade surda brasileira a promoverem, nesta mesma data, eventos que divulgassem a reivindicação do não

²⁴ Esta carta consta nos anexos desta pesquisa (ANEXO A).

fechamento do Instituto Nacional dos Surdos – INES, localizado na capital do Rio de Janeiro. Além disto a manifestação em defesa de escolas bilíngües²⁵ para os surdos. Aqui em Aracaju, o evento aconteceu por iniciativa do líder surdo B²⁶ e da Mestra em Educação L²⁷, realizado no SENAC, sob o título de Seminário Nacional em Defesa das Escolas Bilíngües para Surdo no PNE. Passaremos ao relato das observações de campo a seguir.

Chegamos ao evento e podemos observar como havia por parte da equipe que coordenava o evento muita organização. Todos, após credenciamento recebiam uma fita azul simbolizando o “setembro azul” (mês em que se comemora o dia Nacional dos Surdos). Na mesa do credenciamento havia um surdo e um ouvinte realizando as inscrições. Neste ato, percebemos o respeito ao outro. O que muitas vezes não verificamos nos eventos promovidos por nós ouvintes, quanto à disponibilidade de um surdo para recepcionar outro par que venha a participar, ou mesmo da presença do intérprete de LIBRAS.

A abertura do evento se deu com as boas vindas do líder B. Sentimos a nossa primeira dificuldade - é impossível a nós ouvintes interpretarmos o discurso em LIBRAS e ao mesmo tempo passarmos isto para a escrita (o que vem reafirmar o discurso surdo que o conhecimento é todo captado por apenas uma via – a visão). Começamos por observar e tentar traduzir a fala de abertura, mas cada vez que baixávamos os olhos para escrever, perdíamos parte do enunciado. Desta forma, optamos por filmar todo o evento e traduzirmos com melhor eficácia posteriormente, a fim de não perdermos o conteúdo da comunicação.

O líder B, iniciou seu discurso de abertura explicando o motivo pelo qual estavam realizando o seminário, o qual após traduzido transcrevo abaixo:

Devido ao curto espaço de tempo que tenho, falarei sucintamente sobre o seminário de hoje. Quais as discussões que iremos abordar? Falaremos do contexto surdo, que não é um contexto simples, é feito de luta e esforço. O que é o movimento surdo na realidade? É um movimento que luta pelas escolas bilíngües para surdos. Nós surdos lutamos por isto, ou seja, a

²⁵ Botelho (2005, p .51) dá a seguinte definição de educação bilíngue: “Inovando as práticas de ensino e a maneira de conceber a surdez, a educação bilíngue para surdos propõe a instrução e uso em separado da língua de sinais e do idioma do país, de modo a evitar deformações por uso simultâneo”.

²⁶ No certificado que recebemos do evento o nome de B vem subscrito como líder mobilizador responsável pela organização do evento.

²⁷ L é professora surda, que atualmente é efetiva do Departamento de Educação da UFS. Constitui-se também como uma das líderes da capital que faz parte da comissão que está em processo de criação de uma Associação de Surdos em Aracaju.

educação bilíngüe para surdos ofertadas desde a Educação Infantil, a fim de que os surdos se desenvolvam bem.

Hoje nos 26 estados da nação acontece o mesmo seminário, com o mesmo objetivo. Movimento como aqui em Sergipe para defender a causa do surdo. Você deve estar imaginando, por que a sociedade tem que saber sobre isto? Por que a importância da educação bilíngüe para surdos? Digo, é para acabar com o preconceito, dizimar as desigualdades sociais. Queremos uma educação de qualidade, diferenciada tendo como público alvo os surdos. Também, que respeite nossa L1 – língua materna e utilize o Português – L2, somente na modalidade escrita. Assim como o cego aprende a escrever em braile, nós queremos aprender a nossa língua desde cedo. Isto sim é democracia, cada um com seu direito.

No mês de março teve um movimento para o fechamento do INES, que fica no Rio de Janeiro. Como fechar uma instituição de mais de 150 anos atuando na educação do surdo em nosso país? Então, os surdos se preocuparam com isto e começaram a se organizar para lutar contra o fechamento. Porque entendemos que se isto acontecer teríamos um retrocesso, voltaríamos à fase anterior, esquecendo a língua de sinais, a língua materna do surdo. Nós não queremos isso! Vamos lutar, sempre, sempre! Fechar o INES é voltar numa época em que os surdos eram discriminados. Não queremos retroceder, queremos avançar, progredir. Por isto os surdos do Brasil começam a se movimentar, se reunir, a fim de que não fechem esta escola.

Fomos até Brasília e fizemos uma passeata para discutir no MEC, também com deputados federais e senadores. Lá ficou acordado que não fechariam mais o INES. Mas pra nós não é o suficiente, temos que lutar mais, exigir uma escola que tenha um ensino de qualidade, uma inclusão de fato, em que, surdos e ouvintes possam se ajudar mutuamente. E assim faça valer a Lei de LIBRAS, que desde cedo possam aprender a língua de sinais.

Eu mesmo tive problemas na minha infância com relação à educação inclusiva, à escola regular. E agora queremos o melhor para nossos jovens e crianças.

No mês de julho houve um seminário na Assembléia Legislativa, relacionado à educação bilíngüe exposta no PNE. E neste mês de setembro, chamado de “setembro azul”, programamos este seminário nacional, em que convidamos deputados, vereadores, para explicarmos o que é uma os três tipo de escola: a bilíngüe, a regular e a especial. Passaremos um vídeo da FENEIS que explica qual é a escola mais adequada para o surdo. O vídeo é longo, mas vale a pena. Obrigado a todos pela atenção.

Nota-se que em todo o discurso de abertura deste líder há palavras de ordem, como: luta (utilizou seis vezes), fazer valer, nossos direitos, dentre outras. O que demonstra um sentimento próprio das minorias que através de movimentos e reivindicações tentam valer seus direitos como cidadãos. Também, a ênfase no motivo principal do movimento, que gira em torno da liberdade de uso e o direito de serem educados desde o mais cedo possível através dessa via – viso-gestual. Fica claro que o público alvo e objetivo do seminário não são os surdos, mas as autoridades responsáveis a título de informá-los sobre a reivindicação dos surdos nacionalmente que é a escola bilíngüe. É possível entender a preocupação deste líder

quando enfatiza a importância que as crianças e jovens surdos possam ser educados em sua própria língua, pois:

A aquisição da linguagem processa-se de forma natural, ouvindo a fala dos membros do grupo, assimilando os sons e seus diferentes significados. Cada contexto sociocultural corresponde a um conjunto de regras próprias, definindo a forma de falar, suas variações, seus significados, seu comportamento lingüístico, numa verdadeira interação entre língua e cultura. (WILLIAM, 2011, p. 289,290)

A partir desta citação percebemos que a preocupação de B procede, quando enfatiza a importância dos surdos, o mais cedo possível, obterem o acesso à língua de sinais, pois se a língua é aprendida de forma natural a partir do contato do indivíduo com o outro falante, é primordial que as crianças surdas tenham contato com outros falantes da língua de sinais. Assim, com a troca entre as partes preserva-se a língua, favorece sua disseminação e conseqüentemente fortalece a comunidade surda e propicia a interação entre língua e cultura.

Fernandes (2005, p. 18) defende a exposição da criança surda o mais cedo possível a língua de sinais por entender que, a língua é por si só rica em simbologia, isto porque o ser humano tem esta capacidade intrínseca de dar significado de produzir e decodificar os signos. E assim, afirma que é “através de um sistema simbólico, como é o da língua, que o ser humano descobre novas formas de pensamento, transformando sua concepção de mundo”, conseqüentemente, tendo acesso a sua língua logo ao nascer poderá se desenvolver melhor tanto individualmente como socialmente.

Como a cultura é algo que se instituiu coletivamente e é mediata através de signos, trazemos a contribuição de Kelman (2005, p. 91, 92) que diz:

Cabe aqui analisarmos os processos culturais que são construídos coletivamente e mediados pelos signos. Ao adquirir linguagem, o homem utiliza-se dos signos verbais para referir-se a algo, ainda que ausente, iniciando-se, assim, o pensamento abstrato, conceitual. É através dos signos, integrantes dos processos interativos e comunicativos entre os homens, que a cultura tem a sua origem. A atividade humana é mediada por signos, incluindo linguagem, sistemas de contagem, gráficos, trabalhos de arte, mapas, etc. Esses “meios semióticos” são tanto instrumentos que facilitam a construção da coletividade do conhecimento, quanto os próprios meios de internalização que vão auxiliar o desenvolvimento de pensamento autônomo, crítico e criativo. [...] Para que crianças surdas possam compartilhar as práticas culturais do contexto social dos ouvintes, é de fundamental importância que o mundo semiótico seja mediado de forma adequada.

Percebemos com a contribuição dos dois autores citados nos itens anteriores que, para que os surdos possam entender a riqueza e a significação simbólica do grupo cultural no qual se inserem, é necessário que o veículo comunicativo seja suficiente para transmitir e decodificar estes símbolos de forma que também tenham significância cultural para estes indivíduos. Assim, as famílias cuja via de comunicação é a oralidade, mas que recebe em seio meio um membro surdo deveria utilizar as duas vias de comunicação, oral e gesto-visual, a fim de que a criança possa sentir-se integrante do grupo do qual é parte.

Finalizamos este capítulo com o entendimento de que é impossível dissociar a língua da cultura produzida por membros de uma sociedade, pois se a cultura não é algo herdado, mas “socialmente aprendida, compartilhada, baseada em símbolos, integrada e dinâmica (Willian 2011, p. 190), é a língua o meio que possibilitará a compreensão desta criação cultural, nos seus variados componentes (conhecimento, crenças, valores, normas e símbolos); logo, uma depende da outra para sobreviver.

Sendo que o meio de comunicação do surdo profundo é através da língua de sinais, é necessário que este acesso à cultura envolvente seja por meio desta modalidade lingüística para que não haja prejuízos de conhecimento e de inserção deste sujeito do grupo maior. Certamente, este é um caminho longo a trilhar, pois depende da divulgação desta modalidade lingüística de modo que haja uma sensibilização da sociedade ouvinte e dos órgãos competentes no respeito a esta língua, oferta de intérpretes em locais públicos e o acesso da criança surda a língua de sinais o mais cedo possível, para que este indivíduo possa se desenvolver e socializar-se.

3. IDENTIDADE SURDA: MOVIMENTOS, ESPAÇOS DE ENCONTRO, PRÁTICAS SOCIAIS DOS SURDOS EM ARACAJU.

Efetivamente, todo sentimento desperta um lugar. (CAVALCANTE, 2011, P. 186)

A pesquisa etnográfica realizada por Magnani (*apud* Magnani, 2002, p.18) sobre os surdos moradores na capital de São Paulo traz uma observação sobre como deve ser o olhar etnográfico quando propõe um “olhar de perto e de dentro”. Ou seja, é um olhar direcionado a partir dos próprios “arranjos” dos atores sociais, dos quais iremos observar a maneira como fazem uso da cidade, como “utilizam seus equipamentos, estabelecem encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa” (Grifo nosso). O autor destaca o que caracteriza o enfoque da antropologia urbana e o que a diferencia da abordagem de outras disciplinas, que é justamente este olhar duplo em que são abordados por um lado os atores sociais, o grupo e o que praticam, e por outro lado, a paisagem urbana em que estas práticas se desenvolvem.

É a partir desta proposta do autor citado, que procuramos observar no ano de 2009 à 2011, os surdos sergipanos na capital do Estado (atores sociais) e alguns locais de uso dos mesmos para fortalecimento do que denominam de cultura e identidade surda.

Procederemos a uma análise das relações recíprocas entre pessoas, lugares e espaços, procurando compreender como se estabelece o vínculo do indivíduo nestes ambientes, e como esse sujeito constrói sua identidade tanto no âmbito temporal, ou seja, ao longo de sua vida em sociedade, quanto nos “aspectos espaciais, mais propriamente ao lugar ou lugares aos quais as pessoas se sentem vinculadas a partir de um processo de apropriação essencial à identidade ou construção de sua identidade” (MOURÃO, 2011, p. 209).

3.1. A Identidade nas Fronteiras Simbólicas dos Surdos em Aracaju

Como utilizaremos termos específicos como lugar e espaço neste subitem, iniciaremos por esclarecer qual a diferença entre estas duas categorias para uma melhor compreensão e aplicação correta dos mesmos. Mourão (2011) ajuda-nos a compreender a diferença entre lugar e espaço e como o vínculo do indivíduo acontece nestas duas instâncias. Para

exemplificar os dois termos, o autor utiliza-se de duas faixas etárias: a primeira, os jovens, que por iniciativa própria deixam o convívio familiar com o intuito de ter um lugar de pertença própria a fim de modificá-lo e adaptá-lo ao seu modo de vida. E o segundo, as pessoas de idade avançada, que, quando deslocadas do seu local de origem, podem desenvolver depressão ou tristeza, isto por causa da perda de referência de lugar. Ao utilizar estas duas faixas etárias, percebemos que o homem durante a sua vida busca definir lugares de pertença e ao serem deslocados sofrem psicologicamente. Daí percebermos o quanto é importante a relação que se desenrola durante a vida do indivíduo e os locais em que este opta por frequentar ou ocupar. E são nestes locais que os sujeitos se sentem livres para se expressar e seguros, pois constata-se que à sua volta encontram-se seus pares, por conseguinte, sujeitos que têm em comum uma identificação.

A diferença entre lugar e espaço para o autor se configura no fato de que, o lugar cria estabilidade, tanto individual quanto social, por isto tem relação com segurança. Enquanto o espaço tem mais a ver com liberdade do indivíduo de se movimentar. Verificamos que Tuan (1983, p. 3) comunga do pensamento de Mourão (2011) ao definir os dois termos da seguinte maneira: “lugar é segurança e espaço é liberdade. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar que conhecermos melhor e o dotamos de valor”.

Massey (2000) no seu artigo *Um sentido global do Lugar*, traz uma visão diferenciada do termo lugar. A autora sugere uma interpretação alternativa deste termo. Assim, distanciando-se de uma visão anterior que afirmava que lugar necessariamente teria que ter um vínculo com um passado histórico, propõe que, tanto sua construção como sua especificidade são construídas através das relações sociais que dele fazem uso, onde os grupos escolhem para seus encontros. Assim diz Massey (2000, p. 184):

Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção destas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente.

A autora citada justifica sua posição com três argumentos: o primeiro deles é que este novo conceito de lugar traz uma forma não estática, pois são geradas através das relações sociais, que por sua vez não são imóveis, frias, mas constituem-se em processos; em segundo rompe com a idéia de que os lugares têm que possuir fronteiras demarcatórias; por último

afirma que os lugares não possuem identidades únicas, pois possuem conflitos internos do grupo que ali compartilha.

Já Leite (2007, p. 285) diz que a abordagem de Massey (2000) sobre lugar tem sua “contribuição e um limite”. A contribuição se encontra tanto na flexibilidade atribuída ao lugar quanto no fato destes não terem uma identidade única. Porém, o limite se constata no fato de que “ao distender o conceito, sua reflexão é conduzida a conceber que a singularidade de um lugar advém da confluência entre aspectos locais e globais da cultura”. Assim, para Leite (2007, p. 286) no contexto das cidades contemporâneas, o qual difere do pensamento tradicional antropológico de lugar, não se deve

[...]descartar as noções de convergência simbólica e de demarcação de fronteiras; caso contrário corre-se o risco de diluir o peso real dos conteúdos compartilhados que permitem distinguir um lugar de outros espaços de significação. Reconhecer que as fronteiras dos lugares contemporâneos são mais fluidas do que aquelas que delimita os chamados lugares antropológicos não requer a negação da existência dessas fronteiras, ainda que sejam fluidas, que demarca física e/ou simbolicamente os lugares.

O que nos parece ao dialogar e comparar os autores acima é que o lugar tem suas peculiaridades que permitem distingui-lo de outros contextos espaciais. E o que dele faz uso tem um sentido de compartilhamento de identidade comum ao grupo. No caso dos surdos, de interação com seus iguais, troca de informações, fortalecimento dos laços que os une através da língua de sinais, e que vai marcar perante o outro, o ouvinte, as suas diferenças.

A partir da abordagem dos termos, iniciaremos mostrando os espaços encontrados em Aracaju que são utilizados pelos surdos.

Atualmente os surdos sergipanos da capital não possuem um local específico de encontro, em termos de associação, por exemplo. Conseguimos este dado com um dos nossos informantes, o G. Queríamos saber como estava a situação dos surdos em Aracaju em termos de organização enquanto minoria, foi então que ele nos relatou que por volta do ano de 2006 alguns surdos criaram uma associação. G ainda mencionou que além da questão de falta de lugar, havia por parte da comunidade surda aracajuana, certa resistência à pessoa surda que assumiu o cargo de presidente, e por este motivo houve um desestímulo por parte dos que faziam a mobilização na época. Meses depois, a associação parou de funcionar por falta de verbas para a manutenção e pagamento do aluguel.

Buscando mais informações sobre a associação, procuramos manter contato com uma jovem intérprete de Libras que havia se casado com um dos surdos líderes do movimento, o P,

e acompanhou todo o processo de criação da associação. A intérprete JF nos falou que participou junto com os surdos, ajudando a providenciar todos os documentos necessários para a criação da associação. Porém, disse que um dos motivos do fechamento da associação foi por falta de prestação de contas aos órgãos competentes (relatórios que devem ser enviados anualmente). Percebemos que na conversa com G, ele preferiu mostrar aspectos do não sucesso da iniciativa da criação da associação por fatores como: falta de verba e liderança, como se o fechamento fosse por opção. Já no depoimento da intérprete, o que ficou mais visível é que foram as autoridades que vetaram o funcionamento devido a não prestação de contas das atividades desenvolvidas, etc. Ficamos confusos quanto à veracidade dos depoimentos uma vez que não se encaixavam, e nos perguntamos: Teria G omitido o real motivo da extinção da associação? Mas, mais uma vez nos veio à mente o que disse Evans-Pritchard (2005, p. 307) : “Pode haver – e quase sempre há – muita diferença de opinião entre dois informantes, sobre um dado fato ou interpretação, mas isso não quer dizer que um deles esteja mentindo”. Percebemos que realmente o que havia era que uns eram mais informados que outros.

Em outros contatos, foi confirmado que realmente os três fatores mencionados eram verdadeiros. Realmente houve resistência à liderança na época, faltou experiência na utilização das verbas, mas o que culminou no encerramento foi a falta de prestação dos relatórios exigidos pelas autoridades responsáveis. Segundo JF, faltou um ouvinte que entendesse de leis para assessorar os surdos, que eram muito jovens e desconheciam os protocolos próprios para manter uma associação. O fato é que, desde então, os surdos aracajuano vêm tentando se organizar na criação de outra associação.

Percebemos através destas informações que este episódio poderia se encaixar em dois dos itens de defesa que Massey (2000) utilizou no seu novo conceito de lugar, o qual citamos anteriormente. Ou seja, percebemos a questão dos conflitos internos, o que indica as identidades múltiplas que compõem este lugar, como também, os conflitos que em momento nenhum demonstram frieza, pelo contrário, revelam os processos relacionais de disputa de poder de liderança existentes no grupo. Como a exemplo, a negação de participação do grupo por não aceitarem a liderança da presidente da associação.

Embora não tenham uma associação, ou seja, um lugar específico de encontro, observamos três espaços na capital de Sergipe que são utilizados por este grupo para interagirem, trocarem informações das mais variadas esferas, são eles: o Terminal Rodoviário do centro da cidade, o espaço público destinado ao esporte na Av. Beira Mar e o Shopping Jardins.

São nestes locais delimitados que circulam diversas categorias sociais, dentre esta os surdos, com sua maneira peculiar de se comportar e se comunicar, contrastando com a do ouvinte. Segundo Cavalcante (2011, p. 186) todo ser humano é um ser situado e por isso “necessitamos de espaços e lugares para experienciar nossa existência, o que gera as diferenças que são inerentes à relação entre a pessoa e o ambiente: dentro e fora, pausa e movimento, fechado e aberto”.

3.1.1 A Estação Rodoviária Fernando Sávio, espaço dos surdos sergipanos.

A Estação Rodoviária Fernando Sávio, conhecida mais pela população local como Terminal Rodoviária do Centro, ou Rodoviária Velha, é um dos espaços em que os surdos circulam e se encontram em período determinado do dia, geralmente no término das aulas ou final de expediente do trabalho (entre 12:30 e 13:30; e 18h).

Nesse primeiro espaço convergem os estudantes após o término das aulas, bem como os surdos que não conseguiram emprego no mercado de trabalho, e procuram ajudar na renda familiar vendendo adesivos, canetas e outros objetos, acompanhados com uma inscrição de sua situação de surdo. Neste caso, diríamos que estes indivíduos se utilizam da condição de deficiente para sensibilizar o ouvinte a comprar o seu produto. Poderíamos comparar esta atitude com o que Costa (2002, p. 27) chamou de ambivalência revelada na identidade cultural. Diz o autor:

À luz da observação e análise cuidadosamente conduzidas, as identidades culturais revelam [...], uma permanente ambivalência de conotações valorativas, de sentido positivo ou negativo, um freqüente entrelaçamento de dinâmica de ostentação e ocultação, um caráter sempre situacional, contextualizado, interativo e estratégico no seu acionamento. (Grifo nosso)

No momento da venda do material com a inscrição informativa evocando sua situação física (falta de audição), como também, o apelo religioso que sempre acompanha o verso do boleto, parece ter um caráter de provocar no outro uma comoção. Esta posição é contrária aos movimentos surdos que reivindicam respeito a sua cultura e identidade, bem como a acessibilidade ao emprego através das leis que beneficiam o grupo nas diversas áreas, dentre

elas a trabalhista²⁸. Diante da dificuldade de conseguir um emprego, (caráter situacional) o surdo utiliza-se de uma maneira estratégica para sua sobrevivência apelando para sua condição física – ser surdo.

No mesmo local percebemos que circulam outros vendedores ambulantes. O motivo provavelmente desta opção de trabalho, também, seja a falta de emprego. O que podemos observar é que a maneira da venda entre estas duas categorias são divergentes. A diferença entre os vendedores ouvintes e os vendedores surdos encontra-se no fato que por parte dos ouvintes não havia um apelo emocional para a venda do produto como acontecia com os surdos, que usavam de sua condição de surdo, como forma de sensibilização à sociedade. Além destes transeuntes, percebemos aqueles que não vendem nenhum produto, são pedintes e alegam tanto falta de emprego quanto problemas de saúde.

A circulação de pessoas é constante, e por vezes percebemos que sempre que um surdo vendedor encontrava-se com o surdo estudante, era o momento de trocarem informações, interagirem. Não me pareceu em qualquer momento haver algum tipo de discriminação da parte do surdo estudante (indivíduo com melhores condições e acesso ao conhecimento institucionalizado) para com o vendedor surdo. Simplesmente dialogavam.

Compramos alguns dos produtos que os surdos vendiam para analisar o conteúdo redigido (Figura 3.1 e 3.2). Dentro de um saco plástico continha duas canetas, um pequeno jogo de esquadros e um panfleto. Abaixo alguns dos folhetos que compõem o material vendido pelos surdos:

²⁸ A Lei Nº 8.213/91 estabelece reservas de vagas para deficientes nas empresas.

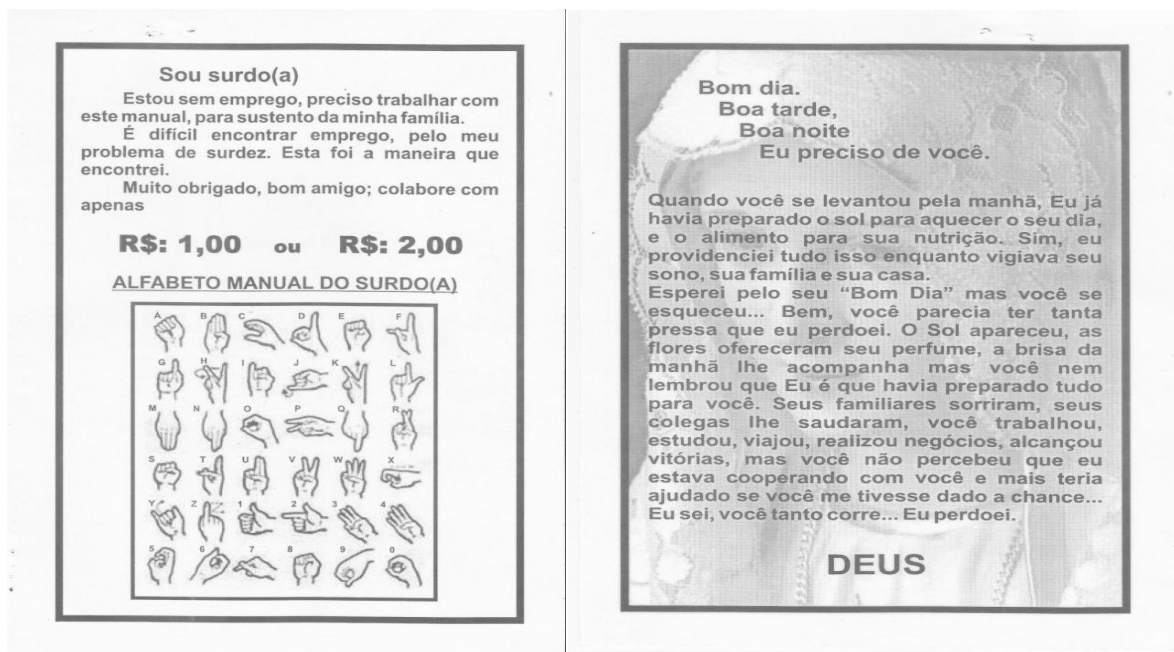


Figura 3.1 – Panfleto entregue por surdo em um terminal de ônibus (transporte público) de Aracaju.



Figura 3.2 - Panfleto entregue por surdo em um terminal de ônibus (transporte público) de Aracaju.

Analisando o conteúdo dos materiais coletados podemos observar que: no primeiro (Figura 4.1), em um dos versos do panfleto, a primeira frase que se apresenta é uma inscrição “Sou surdo”, indicando a conotação valorativa de categoria lingüística e política. Em seguida elenca o motivo da condição da venda, ou seja, desemprego e conseqüentemente a necessidade de suprir o mantimento familiar. Fica claro o valor negativo de sua falta de audição. E isto é reforçado em seguida quando a surdez é apontada como impedimento da não acessibilidade ao mercado de trabalho, o que é uma realidade. Observamos também que havia

uma opção de valor a pagar, entre um e dois reais. O que parece caracterizar não como uma venda de produto com preço estipulado, mas como contribuição. Finalizando o primeiro verso do panfleto o alfabeto manual em Libras.

Do outro lado do panfleto vinha uma espécie de carta de Deus ao sujeito displicente, ou seja, aquele que recebe ajuda, proteção, suprimento divino e não pára para perceber a fonte que proporciona tudo ao homem – Deus. Assim, se de um lado do panfleto apelava-se para a falta de audição e as consequências sociais que gera no seu portador, do outro lado, vinha um apelo religioso a quem tudo tem e não sabe agradecer.

O Segundo panfleto (Figura 4.2) não tinha muita coisa escrita, porém como o primeiro, a primeira frase era explicitado à condição do sujeito. Trazemos para dialogar neste espaço o antropólogo e lingüista Hanks (2008, p. 69), que em seu livro *Língua como Prática Social* diz sobre o que está implícito no gênero do discurso:

Se lermos um texto como ficção, paródia, oração ou documentário, trata-se de uma decisão de gênero com importantes consequências para sua interpretação. Entendidos como elementos constitutivos de um sistema de signo, os gêneros do discurso possuem carga valorativa, distribuição social e típicos estilos de performances de acordo com os quais são elaborados no decorrer do processo enunciativo.

Foi interessante notarmos que realmente nestes panfletos embutidos nos objetos a venda, deu para percebermos que existe um gênero de discurso recheado de carga valorativa, com o objetivo de influenciar, melhor dizendo, comover, o comprador a contribuir na compra do produto.

Ainda sobre o espaço do Terminal Rodoviário é importante destacar que estes encontros proporcionam aos surdos as informações sobre toda a comunidade surda sergipana, informam-se sobre estudos, movimentos reivindicatórios em dias estratégicos, enfim, todos os assuntos que interessam ao grupo. Em muitos momentos, percebemos alguns desentendimentos, que são interpretados por parte dos ouvintes de forma negativa, recebendo rótulos como de “briguentos”, “nervosos”, “loucos” e outros.

3.1.2 Quadra de Esporte da Av. Beira Mar e Shopping Jardins

No segundo espaço, uma quadra de esportes, os surdos se encontram todas as quintas feiras no horário entre 18 às 20h para jogarem futebol e atualizarem as notícias. Nesta

modalidade de esporte há a presença e participação de ouvintes que sabem se comunicar em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Efetivamente o único local em que houve uma interação maior entre surdos e ouvintes, configurando em pontos de encontro mais amplos, que propicia a diversas categorias de pessoas um contato maior.

Já o terceiro local que observamos foi o do Shopping Jardins. Neste espaço observamos a presença de surdos com trabalho fixo, como também os que só estudam e são mantidos pelas famílias que possuem uma melhor condição financeira. Os assuntos variam entre estudos, novidades na internet sobre questões surdas, combinam filmes para assistirem juntos, combinam reivindicações a serem feitas às autoridades competentes do Estado, trocam confidências acerca de namoros entre eles, dentre outros assuntos.

Em uma de nossas incursões ao Shopping Jardins para observação de campo, nos aproximamos de um grupo de três surdos, que já conhecíamos do Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo – IPAESE²⁹. Duas garotas e um jovem, na faixa etária que variava entre os 17 e 19 anos. Os três estavam cursando o segundo ano do ensino médio e haviam marcado para irem ao cinema juntos. Perguntamos, na língua de sinais, se poderíamos conversar um pouco e de bom grado aceitaram. Fizeram o sinal próprio do local onde conversaríamos, ou seja, com a mão configurada na letra L colocada no centro da testa (Casa Alemã). A preferência do local descrito, segundo informação deles, era por ser onde sempre marcam de se encontrar, e ainda aguardavam mais uma jovem, que chegou minutos depois. Logo no início da conversa queriam saber qual o nosso interesse na aproximação, e imediatamente explicamos que tratava-se de uma pesquisa com os surdos local em relação a suas identidades, língua, cultura, etc. Logo percebi que o sinal que utilizei para cultura não era o utilizado pelos surdos de Aracaju. Então, utilizei a datilologia da palavra e prontamente me ensinaram o sinal regional para a palavra. Antes mesmo de terminar a explicação já questionaram o porquê disto. Mais uma vez nos pusemos às explicações cabíveis. Pensando ter ficado claro o nosso papel de pesquisador e o deles de informante, iniciamos a fazer algumas perguntas como: Vocês tem algum tipo de associação já organizada? Um deles, o jovem, disse que não possuíam, mas reconhecia que isto os deixava sem vínculos, mais fracos como povo. Mas percebi que, naquele momento, o pesquisador não éramos nós, pois

²⁹ Instituto Pedagógico de Apoio à Educação do Surdo em Sergipe, localizado na Avenida Mario Jorge Menezes Vieira, nº 3172, no Bairro Coroa do Meio. Esta Instituição é a única do Estado que oferta um ensino bilíngüe da Educação Infantil ao Ensino Médio-Técnico, configurando na 3ª escola do país que tem esta modalidade de ensino especificamente para surdos.

respondiam rapidamente sem muita explicação aos meus questionamentos. Eles é que queriam tirar muitas dúvidas a respeito de algumas questões práticas do dia a dia, e que raramente têm quem os informe. Exemplo: por saberem que éramos estudantes da Universidade Federal de Sergipe – UFS brotou-lhes a curiosidade quanto ao acesso ao vestibular. Foi então que choveu perguntas: É verdade que na UFS eles não ajudam os surdos a passar, tem que estudar mesmo?; Você poderia formular alguma pergunta do jeito que cai no vestibular para entendermos? Pode ensinar como é feito a contagem dos pontos?

Enfim, fui dando asas à conversa deixando a parte técnica que havia elaborado. O que nos parecia é que estava ocorrendo uma inversão de papéis, o pesquisador virava informante e o informante pesquisador. Mas o importante naquele momento era criar vínculos de confiança. Magnani (2009, p. 135) falando a respeito da etnografia diz que:

[...] é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca. E só depois utilizar-se da teoria como prática de comparação entre comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente.

Realmente o que se constituiu naquele momento foi uma relação de troca entre o pesquisador e os informantes, pois à medida que íamos tirando as dúvidas daqueles jovens, podíamos observar traços que poderiam ser analisados posteriormente. Como a exemplo da curiosidade do surdo em conhecer coisas práticas do cotidiano do ouvinte, que lhes escapa ao olhar, que dependem e carecem de explicação mais detalhada. A exemplo da menarca da mulher – foco de uma das perguntas das jovens. Identificamos a falta que traz a estes indivíduos uma comunicação em sua língua com os que os rodeiam – seus familiares, educadores, etc. Comunicação esta que ajudaria na apreensão de conhecimento de mundo. Naquela tarde encerramos o diálogo com um sentimento de que faltava algo a ser dito, explicado, diante da sede de conhecimento do grupo. Constatamos na prática a importância da língua como veículo de repasse cultural, como em capítulo anterior foi discutido teoricamente.

Os surdos observados nestes locais variam em idade entre 15 e 30 anos. Provavelmente a permanência desta faixa etária seja devido à maior liberdade dada pela família do surdo para saírem desacompanhados, o que observamos não acontecer com os

menores de 15 anos. Para respondermos à causa da falta de liberdade dos surdos menores de 15 anos de não transitarem sozinhos nestes dois espaços da cidade, só poderia ser respondida com um aprofundamento maior da pesquisa junto às famílias destes indivíduos.

Nestes três espaços escolhidos pelos surdos sergipanos como locais de encontro para fortalecimento de sua identidade e língua, e no caso específico do shopping e da Av. Beira Mar, que se constitui em locais para lazer, percebemos por parte de alguns dos ouvintes que por ali circulavam um estranhamento pela forma de comunicação através do “ballet” gestual das mãos dos surdos, e por parte de outros, a curiosidade. Porém, percebemos que nenhum dos sentimentos, quer seja o estranhamento ou a curiosidade, foram suficientes para a promoção da aproximação inter-grupal, exceto no caso do futebol com ouvintes que já conhecem alguns sinais na língua. Poderíamos utilizar aqui o conceito de fronteira simbólica de Arantes (2007, p. 259) quando assim refleti:

Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, quotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos.

Assim, entendemos que no espaço do shopping as fronteiras simbólicas separavam os surdos dos ouvintes pelo estranhamento da comunicação em língua de sinais, já na quadra de esporte esta fronteira os aproximava através de um esporte que rompia com o preconceito lingüístico.

Provavelmente, a maneira diferente de comunicação dos surdos cause no ouvinte um estranhamento, como o mesmo que sentiu o pesquisador Magnani em seu primeiro encontro com a este grupo e o descreveu de forma poética ao dizer: “havia um fervilhar de mãos numa espécie de frenética pantomima, ao menos aos olhos do leigo” (MAGNANI, 2009, p. 144). Os surdos ao se comunicarem utilizam não só as mãos, mas integram todo o corpo de uma maneira perfeita ao transmitir uma mensagem. Daí parecer-se com algo teatral, pois eles transmitem com todo o corpo o pensamento que não pode ser expresso em simples palavras.

Arantes (2007, p. 133), ao realizar a sua pesquisa etnográfica na cidade de São Paulo, especificamente na Praça da Sé, observou que nos espaços sociais existem fronteiras simbólicas que “ordenam as categorias e os grupos sociais nas suas mútuas relações”, e são justamente nestes espaços que se tornam visíveis as “identidades contrastadas” que dali fazem uso. Refletindo sobre o trabalho realizado por este pesquisador, discutiremos os espaços

escolhidos pelos surdos sergipanos observados dentro desta categoria de fronteira simbólica, dentre as quais confirmamos o contraste de identidade entre ouvintes e surdos.

Mas, o que nos separa? A falta de comunicação, as diferenças culturais? Podemos supor que os motivos da separação seriam: Em primeiro lugar, as fronteiras simbólicas que ordenam as categorias ali estabelecidas socialmente, onde o surdo é aquele que não se comunica oralmente, e o ouvinte aquele capaz de interagir através da oralidade. O tido como “normal” e o “anormal”, o “capaz” e o “incapaz”. Em segundo lugar, o contraste que a identidade gera frente ao outro, ao diferente, em que ao se mostrar em público na sua maneira própria de comunicação, de visão de mundo, ou seja, na Língua de Sinais Brasileira – LIBRAS, e seu comportamento contrastante, o surdo sergipano se fortalece enquanto grupo minoritário e constrói sua identidade frente ao ouvinte, mantendo o distanciamento através da língua utilizada e comportamento. Em local público a identidade surda deixa claro para o ouvinte a que grupo ele pertence, se identifica com o outro igual e delimita fronteiras simbólicas.

Perlin (2010, p. 72), ao discorrer sobre o tema identidade surda, diz: “Importa salientar a diferença das pessoas. Respeitá-las como surdas, índias, nômades, negras, brancas... Importa deixar os surdos construírem sua identidade, assinalarem suas fronteiras em posições mais solidárias que críticas”.

Entendemos que a identidade surda está neste processo de construção, não é algo acabado, pois sofrerá sempre transformações, reconstruções. Mas o importante é que nesta busca de reconhecimento de identidade, o respeito ao outro, ao diferente possa ser realidade entre ambas as partes - surdos e ouvintes.

3.2 Movimento dos surdos de Aracaju

No dia 14 de maio do ano corrente, fomos avisados que haveria uma reunião dos surdos às 9h30 no Lions Clube de Aracaju, localizado na Av. Ivo do Prado, em frente à Praça D. Joaquim Barbosa. Sem sabermos qual era o motivo do encontro, chegamos ao local. Logo na entrada havia uma jovem surda que se comunicava em Libras com outros jovens que estavam a certa distância da porta, assentados em círculo. Pedimos licença para entrar e nos apresentamos, explicando quem éramos e o teor da pesquisa. Deram-nos a liberdade de observar, entrevistar e filmar a reunião sem nenhuma indagação ou repressão. Percebemos que aguardavam alguém. Fomos perguntar quando seria o início e nos avisaram que

aguardavam o líder do movimento. Enquanto esperávamos o líder surdo que iria dar início à reunião, aproveitamos para realizar três entrevistas. Começamos perguntando qual era o motivo da reunião. Todos foram unânimes em responder que era uma reunião para que eles pudessem se preparar para participar de uma passeata que iria acontecer em Brasília com surdos de todas as regiões do país, tendo como objetivo o apoio ao Instituto Nacional de Educação do Surdo – INES, que estava sendo ameaçado de ser fechado pelo MEC. Nesta reunião percebemos que havia surdos de várias escolas de Aracaju, como: IPAESE, UNIT, e da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos - APADA.

Nas três entrevistas realizadas com B, L, e R, percebemos que havia uma preocupação maior em atender ao pedido de ajuda do INES, por entender que esta Instituição de ensino é referência no ensino de LIBRAS no Brasil. Responderam da seguinte maneira

Entrevistador: Por que os surdos estão se reunindo hoje?

B: Porque estamos preocupados com o fechamento do INES. Assim, estamos nos organizando para viajar até Brasília, onde faremos uma passeata. Vamos pedir às autoridades de lá que não fechem o INES. Precisamos pressionar! Com isto, o MEC vai observar, refletir e perceber que não são livres para tomar essa decisão. É muito importante que todos os surdos de todas as regiões do Brasil ajudem, participem desta passeata.

L: Hoje nossa reunião é com o seguinte tema: “Viagem a Brasília”. Estamos preocupados com o fechamento do INES. Precisamos lutar por liberdade, nossa felicidade. O surdo tem cultura e identidade própria.

R: Estamos aqui, hoje, porque vamos viajar e precisamos discutir como fazer, dinheiro necessário etc. O nosso tema é sobre o fechamento do INES que fica lá no Rio de Janeiro. Precisamos ajudar os surdos de lá. Porque se o INES fechar, como os filhos que nascem surdos vão aprender sem a LIBRAS. Os ouvintes pensam que é fácil se comunicar oralmente, mas não dá, é difícil a vida do surdo.

Na explanação dos três surdos percebemos que havia uma coerência de propósitos, que todos sabiam de fato o porquê de estarem ali. Também observamos a utilização das palavras cultura e identidade surda por L, como se fizesse uma associação ao fato de que além do apoio ao INES, este movimento estaria demonstrando à sociedade o que seria esta cultura e identidade surda. Já R, parece demonstrar uma preocupação com uma suposta aniquilação da LIBRAS caso se fechasse esta instituição, uma vez que é modelo para o grupo, fonte de divulgação das causas surdas no país e mantenedora de uma educação que tem como principal meta o bilingüismo. Uma vez extinto poderia se perder a prática do ensino da língua de sinais para os futuros indivíduos surdos.

Quando o líder do movimento, B, chegou logo se posicionaram em lugares estratégicos, livre de objetos que impedissem a visão perfeita das mãos do orador. B iniciou pedindo desculpas pelo atraso e pôe-se a explicar o motivo da reunião. Repetindo o que os três entrevistados já haviam frisado. Apresentou aos surdos a camiseta que haviam confeccionado para usarem na passeata em Brasília, que poderia ser adquirida por dez reais. Na camiseta tinha na frente a seguinte inscrição: “Escola Bilíngue para Surdos”, sendo a principal reivindicação que fariam junto ao MEC. E atrás da camiseta “Sergipe”. Breno explicou ao grupo que este foi o modelo padrão escolhido pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS, localizada no Rio de Janeiro. Frisou a importância do evento por ter participantes de todos os Estados brasileiros. Em seguida, passou a dar algumas orientações sobre a questão de recursos financeiros para a viagem, ou seja, que alguns conseguiriam viajar gratuitamente, caso apresentasse a carteirinha de deficiente auditivo com certa antecedência na rodoviária e agendassem o dia da viagem. Já os outros teriam que ir com recursos próprios, já que existe um limite de vagas nos ônibus por dia. Após esta explicação, frisou a importância do ato (passeata), no sentido que não iam lá para se divertir, encontrar surdos de outros Estados, ou mesmo conhecer a capital do Brasil. Mas que o foco eram as reivindicações que iriam fazer, dando destaque à questão da ordem na passeata, pois isto que iria dar credibilidade ao ato perante às autoridades e a sociedade como todo. Assim usou as palavras: “Não quero ver ninguém com a camiseta suja, com aspecto de malandro, ou fazendo arruaça, pois nossa luta é séria e queremos que a sociedade e o governo percebam isto”. Encerraram a reunião com a venda das camisetas.

Foi interessante notar mais uma vez o uso do termo “surdo” e não deficiente auditivo na camiseta. Assim como vimos nos panfletos comentados anteriormente. Porém, mais uma vez, a utilização da condição de deficiente físico, ao usar a carteirinha de deficiente auditivo que proporciona passe livre nos ônibus. Confirmando mais uma vez a ambivalência revelada de identidade, que em alguns momentos tem uma conotação valorativa positiva, no caso a exaltação do ser surdo, de possuir uma língua e a alegação cultural, ostentando o movimento político de reivindicações sociais. Porém, quando lhes é favorável, ou seja, a não obrigatoriedade de pagar uma passagem, eles ocultam estrategicamente o “surdo”, para lançar mão do “deficiente auditivo” através da carteirinha de passe livre.

No dia 26 de setembro se comemora o dia Nacional dos Surdos brasileiros. Nesse mês foram realizados alguns movimentos dos surdos em defesa da utilização da língua, em busca de direitos como cidadãos brasileiros. Em Aracaju/SE pudemos acompanhar duas mobilizações. A primeira delas foi a realização do Seminário Nacional em Defesa das Escolas

Bilíngües para Surdos no PNE que aconteceu no dia 9 deste mês, no espaço cedido pelo SENAC. Esta mobilização a nível nacional tinha como propósito informar as autoridades competentes sobre o desejo que os surdos têm de frequentarem uma escola bilíngüe e a reivindicação do não fechamento do Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES.

Devido à ameaça do MEC em extinguir com a primeira escola para surdos do Brasil, criada na época do Segundo Império, em 26 de setembro de 1857³⁰, as comunidades surdas de todo o país receberam uma carta da FENEIS para realizarem um seminário. Os participantes se dividiam em autoridades locais (deputados) professores e intérpretes, e a comunidade surda. A programação seguiu a seguinte dinâmica: depoimentos de uma surda (liderança do movimento em Aracaju) que estudou em escola regular/inclusão. E de outro que estudou parte de sua vida em escola regular e depois numa escola bilíngüe. Os depoimentos foram intercalados com vídeos de pesquisadores ouvintes que defendem o uso da língua de sinais como L1 do surdo, e principalmente o bilingüismo como modalidade na educação desses sujeitos.

Um dos depoimentos foi o da instrutora de LIBRAS T, que após discurso abriu espaço para perguntas da platéia. Assim iniciou seu discurso:

Antes eu era aluna da escola inclusiva, época em que sofri muito. Antes não tínhamos interprete em sala de aula. Inclusão para que? Até a oitavo ano do Ensino Fundamental não entendia nada que o professor ensinava. A comunicação era toda por gestos. Era muito difícil para o surdo. Eu sozinha em sala de aula, todos os alunos eram ouvintes. Conversavam entre eles e eu só ficava observando. Os professores não davam atenção a mim. Eu Sofria muito! Ficava envergonhada e era impossível a aprendizagem. Eu ficava em minha casa muito triste, e até então não tinha contato com outros surdos. Na escola as pessoas jogavam as coisas uma nas outras e eu não entendia o que estava acontecendo. Foi passando os anos e aos poucos eu continuei, consegui. No ensino médio mudou um pouco, continuei na escola inclusiva, mas agora com interprete, isto me auxiliou um pouco. [...] No vestibular também tinham três interpretes, e eles nos ajudava na escrita da redação. A questão pedagógica é muito importante, não podemos perder com a educação. É preciso lutar para que, assim como os ouvintes se desenvolvem, aconteça com os surdos também.

Após a comunicação de T, alguns da platéia puderam fazer algumas perguntas. Dentre estas destacamos a curiosidade dos surdos em saber como se processou o desenvolvimento cógico da palestrante diante das seguintes dificuldades: 1. Como compreender todas as

³⁰ Em HONORA (2009,p 27) encontramos os detalhes de fundação deste Instituto e seu desenvolvimento através dos tempo.

disciplinas uma vez que os intérpretes não são qualificados nas diferentes áreas.; 2. Qual o sentimento da mesma ao se deparar com as provas; 3. Como foi possível pesquisar na internet, e entender o significado das palavras e memorizá-las? Provavelmente estas perguntas retratem o sentimento que partilham todos os surdos que tentam vencer a barreira do Português, da frustração de não conseguir entender o que está escrito.

A segunda mobilização aconteceu no dia 26 de setembro do corrente ano, ocasião em que os surdos se dirigiram até o Ministério Público em Aracaju, a fim de realizarem algumas reivindicações. Foi entregue um documento produzido pela FENEIS que defendia a criação de escolas bilíngües nos diversos estados do nosso país. Quem estava à frente desta mobilização foram os líderes B e L. Enquanto esperávamos a chegada dos surdos que participariam, aproveitamos para fazer algumas entrevistas com os que já estavam no local. O primeiro a ser abordado foi o jovem J oriundo do interior do Estado - Itabaiana. Pedimos que ele se identificasse e desse a sua opinião sobre o evento promovido naquele dia. Assim transcorreu a entrevista:

Entrevistador: Por que os surdos estão reunidos hoje neste lugar? Qual a importância desta reunião?

Informante J – Não sei, cheguei aqui e estou só observando. Não sei a importância do evento.

Logo após nos dirigimos a duas jovens e, depois de nos identificarmos, procedemos com as mesmas perguntas. As duas eram alunas do IPAESE, do 6ª ano do Ensino Fundamental. Não sabia explicar o motivo do encontro naquele local. Como J, alegaram que estavam apenas observando. Por fim entrevistamos um dos líderes do movimento P:

Entrevistador – Hoje os surdos de Aracaju estão reunidos aqui por qual motivo?

Informante P – Que dia é hoje? Hoje é 26 de setembro, quando se comemora o Dia Nacional dos Surdos. Antes, lá no Rio de Janeiro foi criado o INES em 1857, passou vários anos, hoje, eles estão aflitos com a ameaça de fechamento. Nós fizemos uma cópia do documento que divulga a importância do ensino bilíngüe ofertado por esta instituição. Também, queremos divulgar através deste movimento, mostrando assim para o Ministério Público federal, prefeitos, governadores dos vários Estados brasileiros que os surdos têm uma identidade própria, que luta. Parar? Nunca!

Entrevistador – Você conhece o teor deste documento que será entregue ao Ministério Público?

Informante P – Sim, eu L e B conhecemos. L e B são os responsáveis por este movimento. O documento trata da questão do Ensino bilíngüe para os

surdos. Esta união dos surdos é muito importante para que as portas do INES não se fechem. Senão, como fica o ensino bilíngüe? Precisamos continuar!

Entrevistador – Você se considera surdo ou deficiente auditivo?

Informante P – Eu nasci surdo, sou surdo de verdade. Simples, fui me desenvolvendo.

Percebemos que alguns que estavam por ali não tinham o conhecimento exato do que iria ocorrer, ou por outro motivo, não quiseram revelar. Se acolhermos os conselhos e orientações que Evans – Pritchard faz acerca da atuação do antropólogo no trabalho de campo, em especial no que se refere ao informante (termo que o autor considera como “uma palavra infeliz”), diríamos que J poderia ter omitido uma informação por entrar numa das classificações do autor. Vejamos algumas destas:

Há certos assuntos que não podem ser discutidos em público; há informações que não podem ser fornecidas na hora [...], a menos que se queira ser intrometido; e há textos que devem ser registrados, o que só pode ser feito em isolamento. É necessário, portanto, poder contar com informantes confidenciais que se dispõem a trabalhar em condições regulares; às vezes diárias; e é evidente que devem ser pessoas íntegras, honestas, inteligentes, instruídas e genuinamente interessadas em nossos esforços de entender o modo de vida do seu povo. Eles tornam-se nossos amigos. (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 306)

Provavelmente, J poderia realmente não ter noção do que iria acontecer, ou poderia estar naquele momento me enquadrando no que diz a citação, ou seja, considerando-me uma pessoa intrometida, que o estava vendo pela primeira vez, utilizando uma câmera, e que embora conhecesse a sua língua, não era um deles. Talvez, se não houvesse um registro feito por câmera, haveria uma melhor liberdade de expressão, podendo só mais tarde registrar o conteúdo da comunicação no “isolamento”. Já um dos líderes, P, encaixava-se na descrição do informante confidencial, por ser mais regular e nos conhecer a mais tempo. Além disto, entendia nossa proposta de pesquisa, e havia um vínculo de amizade criado através de outros encontros. Assim, não teve nenhum problema em colocar-se a respeito da importância do evento. Pelo contrário, sem nenhuma inibição deixou claro seu posicionamento no grupo, de líder, e sua categoria de classificação dentro da comunidade, ou seja, surdo e não deficiente auditivo. Com esta experiência, pudemos concordar e tomar para nós os conselhos de Evans-Pritchard da importância da melhor escolha para um informante.

O discurso de P era marcado por termos como: luta, identidade, e por fim, se auto-identifica como “surdo de verdade”, o argumento utilizado para esta “pureza” foi o fato de ter

nascido surdo. Utilizando a lógica diríamos que para ser surdo de verdade é necessário nascer surdo, logo os outros seriam classificados de deficientes auditivos. Enfim, se posicionando politicamente frente à comunidade surda e ouvinte.

Estavam presentes no Ministério Público oito surdos. Percebemos que dois destes eram oralizados e não dominavam a língua de sinais. Vez por outra, vinham até nós para pedir que traduzíssemos o que estava sendo dito pelo líder ao Promotor. Era a nossa vez de abandonar nossa posição de pesquisador para nos tornar “nativo”³¹. Dentre os ouvintes que apóiam os movimentos surdos no Estado, naquele dia, percebemos que havia um psicólogo, duas alunas de pedagogia da UFS, duas mães de surdos e uma intérprete convidada pela liderança.

Nesta mobilização, o que nos chamou mais a atenção foi o fato da participação dos surdos oralizados. Embora surdos como P, se identifiquem como “surdos verdadeiros”, ou seja, não são deficientes auditivos, pareceu-nos que, na comunidade surda de Aracaju, não há um preconceito aos que por possuírem uma perda leve³² auditiva optam por oralizar-se. O engajamento dos surdos oralizados foi bem recebido para o fortalecimento do grupo naquele momento. Inclusive a líder L que foi a mentora do movimento no Estado, junto com B, também é oralizada. Comparando esta peculiaridade do grupo de Aracaju com os de outros Estados brasileiros, veremos que o comportamento destes se distingue dos da maioria. Esta afirmativa tem por base o que encontramos nas literaturas pesquisadas, a exemplo de Gesser (2009, p. 52):

É recorrente ouvir, nos discursos mais extremistas, entretanto, que o surdo oralizado não é “surdo de verdade”: “Surdo que é surdo deficiente e só usa a língua de sinais”. Parece que, além de uma questão muito forte (e naturalmente compreensível, dado que este é um momento de transição), há também imbricações tanto de um discurso de contrareação (também disseminador de preconceitos, ou seja, um tipo de preconceito às avessas) como o de uma visão essencialista em prol de um purismo lingüístico e cultural surdo. A rejeição da oralização a todo custo por surdos mais politizados e militantes é mais uma discussão político-ideológica e

³¹ “Fico pensando se os antropólogos têm consciência de que, ao longo do seu trabalho de campo, podem ser – e às vezes são – transformados pelo povo que estão estudando, que de uma forma sutil e inconsciente eles “viram nativos”, como se costumava dizer. (EVANS-PRITCHARD, 2005, p. 304)

³² Com referência a distinção de grau de perda auditiva diz Gesser (2009, p. 72): O grau de surdez pode variar de leve a profundo. A surdez leve pode, entretanto, ir se agravando com o tempo e virar surdez profunda. São limiares de cálculos os resultados em decibéis: “normal: até 25 dB, leve: de 26 a 40 dB, moderada: de 41 a 55 dB, moderada severa: de 56 a 70 dB, severa: de 71 a 90 dB, profunda: maior que 91 dB”.

definitivamente pertinente e importante para a viabilização da LIBRAS.[...] Se respeitamos a língua de sinais e o direito do surdo a ser educado em sinais, devemos também respeitar o direito daqueles surdos que optam por também falar (oralizar) a língua portuguesa. O perigo está quando certas decisões são impostas, e as imposições e opressões, sabemos, vêm de todos os quadrantes. (Grifo nosso)

No capítulo sob o título “*O surdo precisa ser oralizado para se integrar na sociedade ouvinte*”, a autora traz em alguns trechos, frases de surdos, como esta que recebeu o nosso grifo. E que é justificada por Gesser como um discurso que parte de sujeitos surdos politizados e militantes, sendo por isto, reconhecida sua importância neste momento em que esta categoria busca uma divulgação e respeito a sua língua.

Numa de nossas entrevistas com a surda R, verificamos que a escolha em participar da comunidade surda não tinha muito a ver com o grau de perda auditiva, uma vez que esta foi oralizada na infância e se comunica com os ouvintes relativamente bem, mas pelo fato de após conhecer o que denominam de “cultura surda”, se identificar e assumir a identidade de pertença ao grupo optando por utilizar só uma via de comunicação – a língua de sinais. Diz R do sentimento compartilhado após se introduzir na comunidade surda:

A identidade surda é o jeito do surdo ser, sentir. Exemplo, um sujeito surdo tem sentimentos próprios do surdo, tem contato com outros iguais a eles e se comunica em LIBRAS. Vou dar outro exemplo: tem um surdo que é oralizado, aí olha o outro surdo se comunicando em LIBRAS e acha estranho, porque tem sentimento diferente. Aí, ele resolve testar, entra no grupo, troca, conversa com os outros surdos, vai se desenvolvendo em LIBRAS, penetra no fundo do sentimento, e aí, só neste momento, descobre: encontrei minha identidade própria de surdo. As vezes alguns conseguem, outros não, depende!

Retomando o evento no Ministério Público, é pertinente destacar alguns pontos da fala da líder L que entregou ao Promotor um documento que tinha como conteúdo a reivindicação a nível nacional dos surdos brasileiros por escolas bilíngues. Depois de explicar o teor do documento, uma carta denúncia elaborada pela FENEIS, na qual delatava alguns posicionados de representantes do MEC ao afirmarem que o surdo não tinha cultura e identidade própria, e propunham a inclusão desses sujeitos em escola regular. Isto causou indignação à comunidade surda brasileira, partindo da FENEIS a iniciativa de mobilização de toda esta comunidade, a fim de que nesta data (26/09/11) fosse entregue, em cada estado, esta carta denúncia ao Ministério Público.

Após a entrega da carta, L colocou algumas necessidades dos surdos sergipanos, como: uma prova de vestibular que fosse em Libras, haja vista, os surdos não dominarem a escrita da língua portuguesa, e intérpretes nos setores públicos. Porém a principal reivindicação era a criação de uma escola bilíngüe pública, uma vez que, os surdos em sua maioria não tinham condições de arcar com uma taxa mensal numa escola particular. Assim, se manifestou L:

Boa tarde! Prazer em conhecê-lo. Eu sou líder do movimento surdo em Sergipe. Meu nome é L. Sou professora da UFS. Aqui em Sergipe, eu tenho percebido que faltam algumas coisas para nós. A maioria dos surdos daqui estão na inclusão, não há escolas específicas para nosso grupo. A escola que existe é particular e muitos de nós não têm condições de pagar esta escola. A nossa luta é por uma escola bilingue. No Rio há uma escola só para surdos que funciona desde 1857, e aqui em Sergipe ainda não tem uma escola assim, só na inclusão. Por que a inclusão? O MEC é a favor da inclusão, mas é impossível a inclusão em nosso caso. E por isto está fechando as escolas específicas para nossa comunidade em vários estados brasileiros. Nós surdos, estamos fazendo um movimento a nível nacional. Viajamos em maio para Brasília, participamos desta luta para que as escolas bilíngües fiquem com as portas abertas. Porque, nós temos uma língua diferente, uma cultura e identidades próprias. Somos visuais, é impossível estudarmos junto com os ouvintes. Em junho fomos até a Assembléia Legislativa daqui do Estado e também entregamos um documento solicitando escola bilíngüe para surdos. [...] O MEC acha que os surdos não têm cultura, é impossível! A secretária Martinha disse que o surdos não tem cultura. Mas os surdos têm uma língua diferenciada é preciso que se respeite a cultura surda. A outra secretária Claudia quer acabar com as escolas para surdos e colocá-los na inclusão.

Na expressão de L, havia muita indignação por uma declaração que a secretária do MEC fez sobre a não existência de uma cultura surda. E faz mais uma vez a ligação entre língua e cultura. Percebe-se mais uma vez que a mobilização tem um alcance nacional. O que revela a unidade da comunidade surda como um todo em prol de objetivos de melhorias sociais.

Após a explanação de L, chegou o outro líder do movimento, o B, e pedindo desculpas pelo atraso, perguntou a L se era necessário que reforçasse o que já havia sido dito, ao que o mesmo respondeu que não. Então, B encerrou agradecendo ao Promotor a oportunidade e saímos.

Após encerramento do encontro, dirigimo-nos para a porta e ficamos observando os surdos que por mais ou menos 30 minutos ficaram em frente ao Ministério público. Os surdos oralizados se aproximaram de nós e perguntaram: “só vai ter isto hoje? Não programaram uma passeata?”. Percebemos uma grande insatisfação por entender que poderiam fazer uma

mobilização que chamasse a atenção da população como um todo. Foi-nos solicitado que transmitíssemos esta insatisfação à liderança do evento, uma vez que não sabiam se comunicar em LIBRAS. Transmitimos o recado e nos responderam que o motivo principal foi o fato de não terem tempo o suficiente para organizar um evento maior. Assim, passamos a informação para os dois surdos que se despediram.

Continuamos por ali por um tempo e observamos que os líderes do movimento, L e B estavam programando outro evento, agora no sentido de angariar fundos para abrir uma nova associação de surdos em Aracaju, visto que a anterior foi desativada por falta de experiência da liderança e conhecimento dos procedimentos legais para mantê-la. Alegavam na conversa que os surdos precisam deste espaço para se fortalecer.

Refletindo sobre as últimas palavras da liderança surda, ou seja, fortalecimento, abrimos espaço para trazermos mais uma vez o autor Mourão (2011), por entendermos que, a associação que buscam organizar tornar-se-á lugar, pois neste local serão tratados assuntos pertinentes ao grupo, se socializarão com festas, tornando a conexão grupal fundamental e propiciadora ao sentimento de pertencimento. Também, será reconhecido diante da sociedade majoritária como lugar próprio dos surdos conviverem e se socializarem enquanto comunidade dos surdos sergipanos. Desta forma criarão neste espaço um vínculo afetivo, modificando o seu status de espaço para lugar. Assim define o autor acerca do que vem a ser Identidade de Lugar:

Identidade de lugar é uma subestrutura da identidade pessoal construída a partir da interação do indivíduo com seu entorno físico e social. Construção da identidade de lugar está relacionada à percepção de um conjunto de cognições e ao estabelecimento de vínculos emocionais e de pertencimento relacionados aos entornos significativos para o sujeito. (MOURÃO, 2011, p. 208)

Elali e Medeiros (2011, p. 56) dizem que o “sentimento de comunidade surge a partir do momento em que a pessoa se percebe como pertencente a um grupo e a um lugar específico, entendendo que há uma relação única entre ambos”. Sendo assim, podemos refletir que, pelo fato do sujeito surdo nascer inserido numa família de ouvinte, e, conseqüentemente não se sentir parte deste lugar, é de fundamental importância que exista um lugar que proporcione o fortalecimento de laços em comum com seus pares. Por isto, os líderes de Aracaju estão se empenhando para criarem o lugar para abrigar sua associação, a qual já

denominam de ASS – Associação dos Surdos Sergipanos, que certamente trará esse sentimento de força comunitária.

Na observação de campo podemos perceber que o grupo de surdos de Aracaju vem gradativamente tomando a iniciativa de uma articulação para unir seus pares através dos vários movimentos empreendidos. Os quais em sua maioria têm como finalidade a propagação da língua de sinais, uma educação de qualidade (bilíngüe) e a difusão do que denominam de cultura surda. Como também, tem respondido ao apelo a nível nacional aos se mobilizarem por defesa de outras instituições (INES), demonstrando assim que não estão à parte dos movimentos que tenham relação com a comunidade surda brasileira como um todo. Como a exemplo da passeata que houve em Brasília em prol de uma escola bilíngüe, e do movimento que ocorreu no Ministério Público. Ambos em nível nacional, e citados anteriormente. Embora não tenha sido possível acompanhar os surdos até Brasília, podemos visualizar esta manifestação e sua repercussão na mídia televisiva. Já a segunda manifestação foi-nos possível ver de perto e comentá-la no corpo desta pesquisa.

Se comparado a outros estados brasileiros que já possuem há algum tempo suas federações e associações, diríamos que o movimento surdo em Aracaju vem se engajando aos movimentos surdos dos outros estados, e reproduzindo um discurso que gradativamente vem se disseminando por todo o Brasil. E isto ocorre através da participação dos líderes daqui da capital em encontros que acontecem nacionalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciei este trabalho focando primeiramente nas fontes históricas com o intuito de averiguar qual o tratamento que o surdo recebeu através dos tempos, para então identificar as características descritivas desse indivíduo em sociedade e de que maneira a difusão de um “retrato histórico” poderia ter influenciado no comportamento dos surdos na sociedade de ouvintes.

O que pudemos observar foi que houve um tratamento estereotipado que ficou claro nos registros históricos, recheado de rótulos negativos ao sujeito que não ouvia. E isto terminou por desenvolver neste grupo laços de irmandade em prol da reversão desta imagem negativa, e recuperação de seu *status* social frente ao ouvinte. Esta iniciativa, que teve início na década de 80 por pesquisadores ouvintes, foi aos poucos sendo substituída pelo discurso dos próprios surdos.

Na literatura produzida por pesquisadores surdos, rompe-se com uma visão clínica da surdez, e surgem alguns argumentos que poderiam organizar esta minoria com critérios como: um passado “comum”, uma língua específica, um olhar diferenciado de mundo. Culminando numa produção de uma suposta universalidade, propriedade propiciadora do argumento de uma cultura comum e marcas identitárias que os diferenciava dos ouvintes.

A fim de averiguar esta nova visão que se apresentava do surdo nas fontes literárias, procedemos a um exame antropológico que pudesse nos orientar na comparação entre os argumentos utilizados pelos surdos, por serem estes termos próprios da pesquisa antropológica – cultura e identidade. Diante da amplitude de definições que envolvem os dois termos, nos apropriamos de um destes formulado por Agier (2001), quer seja, culturas identitárias. A escolha se deu por percebermos que o termo traz em si um caráter interrogativo, que propicia primeiro no indivíduo uma auto-análise: quem sou eu diante da coletividade. E ao fazê-lo declararia aos seus iguais exporia a toda coletividade de iguais um mesmo sentimento de coletividade. Este sentimento uma vez coletivo ganharia força enquanto grupo social distinto, principalmente pela utilização de uma língua que proporciona aos pares uma linguagem própria, e através desta poderiam se igualar em conhecimento de mundo, competindo igualitariamente com o ouvinte nas diversas áreas: social, econômica, intelectual, política, etc.

Podemos entender a comunidade surda como possuidora de “culturas” e identidades. Possuem traços culturais distintos dos ouvintes, a exemplo da língua, produzem categorias

classificadoras como a de nomear seus indivíduos, de gênero (utilizado apenas para homens e animais), costume estes identificados em diversas culturas no mundo e ricos em simbologia. Mas, ao mesmo tempo, compartilham de traços comuns do universo cultural em que se encontram inseridos, como: hábitos (Ex. comem em horários estipulados pela sociedade envolvente); não se distinguem com indumentárias que os diferencie esteticamente da maioria; aderem à culinária e religião do grupo a que pertencem. Porém, entendemos que pelo fato de possuírem uma via de comunicação viso-gestual e não oral-auditiva, poderia haver por parte do surdo que nasce em meio ouvinte, e que não possui um padrão linguístico estabelecido entre as partes, um prejuízo na transmissão cultural, que é via língua. Principalmente quando se trata de práticas complexas de uma sociedade. Portanto seria mais apropriada a utilização dos dois termos, cultura e identidade no plural, pois a lei, os valores, as crenças, as práticas e instituições variam de formação social para formação social.

No afã de conhecermos mais de perto nosso objeto de estudo, nos lançamos à campo munidos de câmera para registrar como era a prática dos surdos sergipanos, suas mobilizações enquanto minoria lingüística, e suas práticas sociais de interação- locais e lugares. Foi então que detectamos na prática que o discurso literário vinha se reproduzindo na capital de Sergipe. E seu principal veículo de reprodução eram os surdos que transitavam por outros Estados, participando de passeatas, seminários, simpósios, e outros. E munidos de informações de movimentos à nível nacional, procuravam se organizar tanto na divulgação quanto cumplicidade de defesa das causas surdas.

Esta liderança tinha alguns traços em comum como: variável na faixa etária entre 15 e 30 anos, cursando desde o ensino médio até em nível de mestrado. No último caso, foi apenas identificado um com o grau de mestre. Partilhavam de uma mesma classe social, o que certamente favoreceu um ingresso a educação de qualidade, conseqüentemente, um acesso mais amplo às informações através da participação. Dominavam a língua de sinais e eram respeitados pela comunidade surda aracajuana.

Devido ao fato de ainda não possuírem uma associação, um lugar determinado para reuniões, registramos a presença e utilização desta minoria em três circuitos diferentes. Espaços que proporcionavam a interação, o lazer e a troca entre os pares. Nos depoimentos desses sujeitos enunciou-se a ambigüidade identitária no uso da nomenclatura “surdo”, como forma de força identitária, movimentos reivindicatórios; e de deficiente auditivo, apenas quando este os favorecia financeiramente.

Acompanhamos algumas manifestações públicas, seminários, e outros, que nos auxiliaram a compreender a importância da sensibilização, do conhecimento e divulgação da

língua de sinais para a comunidade ouvinte. A língua foi o destaque em todos os posicionamentos discursivos deste grupo. A natureza simbólica desta modalidade lingüística se mostra no fato que, a língua que ocorre através dos signos da língua de sinais, vai para além de sua função de comunicação entre as partes, uma outra esfera de status lingüístico. Ou seja, de posicionamento de valor dentro da sociedade que os engloba.

Esta modalidade lingüística tem a propriedade de diferenciá-los da sociedade envolvente, e dada a sua relevância para esta minoria lingüística, as reivindicações que pudemos observar giravam sempre em torno de defesa ao uso deste veículo de transmissão cultural, tanto na área educacional, por uma escola bilíngüe que ofertasse um ensino de qualidade, quanto para um *status* igualitário que os colocasse no mesmo pé de igualdade social com os ouvintes. Respeito, dignidade, oportunidades, enfim, adjetivos que todos procuram alcançar enquanto cidadãos.

Entendemos que esta pesquisa não se esgota aqui, mas que muitas outras áreas de abrangência deste grupo poderiam ser melhor trabalhadas como: as festas que realizam nas casas uns dos outros; as tensões internas e externas, tanto no âmbito familiar quanto no social; a questão religiosa, ou seja, como este sujeito é acolhido pelos grupos religiosos locais e como reagem nos ritos, dentre outras. Porém, diante do curto tempo, como também da importância e abrangência de cada item citado, caberia uma demanda maior de tempo e pesquisa. Assim, abrimos uma possibilidade de uma melhor investigação.

Certamente sairemos mais enriquecidos desta experiência de campo. Finalizamos recorrendo ao pensamento de Magnani (2009) sobre o que ocorre numa pesquisa entre os envolvidos (pesquisador/informante), e assim afirmamos que: compartilhei horizontes, realizei trocas e adquiri novo entendimento. Sempre na esperança que de alguma forma esta pesquisa venha enriquecer e contribuir com a comunidade acadêmica e aos surdos que possam um dia ter acesso ao material.

REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. **Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização**. Mana. Vol. 7, n. 2. Rio de Janeiro, out. 2001.
- ARANTES, Antonio A. “A Guerra dos Lugares”. In: FORTUNA, Carlos (Org.) **Cidade, Cultura e Globalização**. Ensaios de Sociologia. Oeiras, Celta Editora, 2007.
- BARTH, Fredrik. **Teoria da Etnicidade: grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2005.
- BENEDICT, Ruth. **Padrões de Cultura**. Lisboa: Edição “Livros do Brasil”, 2000.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistências cultural**. São Paulo: Ed. Brasiliense S.A. 1986.
- BOTELHO, Paula, **Linguagem e Letramento dos Surdos: ideologias e práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BURKE, Peter. **O que é história Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CASTRO, Eduardo Batalha Viveiros. **O nativo relativo**. Mana, Vol. 8 (1): pg. 113 -148, ND.2002.
- CAVALCANTE, Sylvia. **Espaço e Lugar**. In: Temas Básicos em Psicologia Ambiental. CAVALCANTE, Sylvia, ELALI, Gleice. A. (Orgs). Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CAPOVILLA, F. C. & RAFAELW. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo, SP: EDUSP, 2001.
- CARDOSO, de Oliveira Roberto. **Caminhos da identidade: ensaio sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Editora Unesp. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 6ª Ed. Vol. II. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COHEN, Abner. **O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- COLLEYN, Jean Paul. **Elementos de Antropologia Social e Cultural**. Edições 70 Lda. Lisboa. 2005.
- COSTA, Antonio Firmino. **Identidades Culturais urbanas em Época de Globalização**. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 48, 2002.

COSTA, Dores Anita Freire. Artigo: **Fracasso Escolar: diferenças ou indiferenças.** Comentários@psicopedagogia.com.br. Terça, 17 de julho de 2007. Acesso em: 14/02/2011, às 20:15h.

CUNHA, Manuela Carneiro. **Religião, comércio e etnicidade: uma interpretação preliminar do catolicismo brasileiro em Lagos no século XIX.** In: Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália;** Tradução Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DURHAM, Eunice R. “**A pesquisa Antropológica com Populações Urbanas**”. In: A Dinâmica da Cultura. São Paulo, Cosac & Naify, 2004.

EALI, Gleice Azambuja, MEDEIROS, Samia T. Feijó. **Apego ao lugar.** In: Temas Básicos em Psicologia Ambiental. CAVALCANTE, Sylvia, ELALI, Gleice. A. (Orgs). Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FELIPE, Tanya A. **LIBRAS em contexto: Curso Básico: Livro do estudante.** 8ª Edição. Rio de Janeiro: WalPrint gráfica e Editora. 2007.

FERNANDEZ, Eulalia (Org). **Surdez e Bilinguismo.** Porto Alegre: Mediação, 2005.

FERREIRA Brito, L. **Por uma Gramática das Línguas de Sinais.** Tempo Brasileiro. UFRJ. Rio de Janeiro, 1995.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso.** (*L'Ordre du discours*, Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970, Éditions Gallimard, Paris, 1971.) Tradução de Edmundo Cordeiro. Disponível em: <http://vsites.unb.br/Fe/tef/filoesco/Foucault/biblio.html>. Acesso em: 31/03/2011, às 23h14min.

FURTADO, Rita Simone Silveira. **Surdez e a relação pais-filhos na primeira infância.** Ed. ULBRA, 2008.

FALCÃO, Luiz Alberico Barbosa. **Aprendendo a LIBRAS e reconhecendo as diferenças: um olhar reflexível sobre a inclusão: estabelecendo novos diálogos.** Recife: 2ª Ed. Ed. Do Autor, 2007.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é esta?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

_____, **Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

_____, **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis, RJ. Vozes, 1997.

GUISAN, Pierre. **Língua: a ambigüidade do conceito**. In: SALGADO, Ana Claudia Peters. Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre língua em/de contato: homenagem ao professor Jurgen Heye. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultura na Pós-modernidade**. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____, **Quem Precisa de Identidade**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 8ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HANKS, William F. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008

HANNERZ, Ulf. **Fluxos, fronteiras, híbridos: palavra chave da antropologia transnacional**. Mana, v. 3. Nº 1. Rio de Janeiro, abril, 1997. 27 páginas. (PDF).

HONORA, Márcia. **Livro Ilustrado da Língua Brasileira de Sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KELMAN, Celeste Azulay. **Multiculturalismo e surdez: uma questão de respeito às culturas minoritárias**. In: FERNANDEZ, Eulalia (Org). Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

KOURY, Pinheiro Mauro Guilherme. **Sistemas de Nomenclatura, Pertença, Medos e Controle Social. O uso dos apelidos entre um grupo de Jovens da Cidade de João Pessoa, Paraíba**. 2004. Ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/campos/article/download/1636/1378. Acesso em 18/03/11, às 00:02.

LEITE, Rogério Proença. **Política dos Usos: a construção dos lugares no espaço público**. In: Contra-Usos da Cidade: lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea. 2ª Ed. Campinas, Editora Unicampi/Editora UFS, 2007.

LOPES, Maura Corcini. **Inclusão Escolar: currículo, diferença e identidade**. In: Maura Corcini Lopes e Claudia Dal'Igna. In/Exclusão: nas tramas da escola. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.

MAGNANI, José Guilherme. **De perto e de Dentro: nota pra uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Fevereiro, Vol. 17, Nº 49. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Brasil, 2002. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/107/10704902.pdf>. Acesso em: 03/07/10 às 17:28h.

_____. **Etnografia como Prática e Experiência**. Horizontes Antropológicos/UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Ano 15, nº 32. Porto Alegre: PPGAS, 2009.

_____. **Vai ter Música? : para uma antropologia das festas juninas de surdos na cidade de São Paulo**. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/magnani1-2007.html>. Acesso em: Dia 16/06/09. às 17:14 h.

____ **Etnografia como prática e experiências.** Horizontes Antropológicos: Porto Alegre, Ano 15, Nº 32, p. 129-156. Jul/Dez, 2009.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental.** São Paulo: Editor Victor Civita, 1976.

MARCONI, Marina de Andrade. **Antropologia: uma introdução.** 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MASSEY, Dorian. **Um sentido Global do Lugar.** In: ARANTES, A. (Org.). O espaço da Diferença. Campinas: Papirus, 2000.

MERCIER, Paul. **História da Antropologia.** Editora Moraes LTDA. São Paulo.

MOTA, Kátia Maria Santos e SANTOS, Lúcia Brito dos. **Línguas e culturas Africanas: valores, crenças e atitudes circulantes na sala de aula.** In: MOTA, Kátia e SCHEYERL, Denise. Espaços Linguísticos: Resistências e Expansões. Salvador EDUFBA: Instituto de Letras, Departamento de Letras Germânicas, 2006.

MOURÃO, Ada Raquel Teixeira. **Identidade de lugar.** In: Temas Básicos em Psicologia Ambiental. CAVALCANTE, Gleice A. Elali (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PARK, Ezra Robert. **A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano.** In: VELHO, Otávio Guilherme. O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1979.

PERLIN, Gladis T. T. **Identidades Surdas.** In: Skliar, Carlos de. (Org.) A surdez: um olhar sobre a diferença. 4ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

PORTAL UFS. Portal de notícias da Universidade Federal de Sergipe/Inclusão. **Oficinas visam integrar aluno portadores de deficiência.** Entrevista, 24/09/2009. Disponível em: <http://www.ufs.br/?pg=noticia&id=2079>.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Artes Médicas. Porto Alegre, 1997.

____ **O contexto escolar do aluno surdo e o papel das línguas.** Na Revista Espaço, 1998.

____ **A língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos.** Art Med, 2004.

____ **O “BI” em Bilinguismo na Educação dos Surdos.** In: FERNANDES, Eulalia (Org.). Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Mediação, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

RINALDI, Giuseppe (Compilador). **Educação Especial, deficiência auditiva.** Brasília: MEC/UNESCO, 1997.

Revista Ciranda da Inclusão. Ano II, Nº 15. Março/2011. P. 4-6. **Deficiência auditiva: entendendo a diferença entre aluno com deficiência auditiva e um aluno com surdez.**

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura Poder e Educação de Surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. **Ensino de língua portuguesa para surdos : caminhos para a prática pedagógica** _ Brasília : MEC, SEESP, 2004. 2 v. : il. ._(Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos).

SCHWARCZ, L. **Questão racial e etnicidade**. Editora Sumaré. São Paulo, 1999.

SCHNEIDER, Dorith. **Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio**. IN: VELHO, Gilberto. Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção dos sentidos na escrita do aluno surdo**. 2ª Ed. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

SKLIAR, Carlos (Org). **A Surdez: um olhar sobre a diferença**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **Educação e Surdos no Brasil**. Campinas/SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDUSEF, 1999.

SOUZA, Maria Regina; GÓIS, Maria Cecília. **O Ensino para Surdos na Escola Inclusiva: considerações sobre o excludente contexto da inclusão**. In: SKILIAR, Carlos (Org). Atualidades da Educação Bilíngüe para Surdos. Volume I. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SOUZA, Rita de Cassia Santos. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005.

SOUZA, Verônica dos Reis Mariano. **A inclusão do aluno deficiente na Universidade Federal de Sergipe**. In: Marcon, F. Subrinho, Josué M. dos Passos (Orgs.) Ações Afirmativas e políticas inclusivas n ensino superior: a experiência da Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão: Editora UFS, 2010.

STROBEL Karin. **As Imagens do Outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2008.

STRAUSS, Levi. **O pensamento Selvagem**. Campinas, SP: Papirus, 1989.

TELES, Margarida Maria. **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2010.

THOMAZ, Omar Ribeiro. **Tigre de Papel: Gilberto Fryre, Portugal e os países de língua portuguesa**. BASTOS, Cristina ET II (Coord). Transitos Coloniais. Lisboa:IS, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. **Desvio e Divergência: uma crítica a patologia social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores., 1974.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (Orgs). **Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio. **O uso do presente na fonética/ Fonologia do português para explicar o passado**. In: SALGADO, Ana Cláudia Peters. Sociologia no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre língua em/de contato:homenagem ao Professor Jurgen Heye. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

WILLIAM, A. **Princípios de Antropologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

WIRTH, Louis. **O Urbanismo como Modo de Vida**. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1979.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Relação de entrevistados considerando faixa etária, profissão/escolaridade, condição social, altura, peso.

Nome	Idade	Sexo	Profissão	Condição Social	Altura	Peso
A	28	Masculino	Instrutor de Libras	Classe Média	1.85	70
BN	20	Masculino	Estudante (3ª ano do Ensino Médio/Técnico)	Alta	1.75	65
B	19	Masculino	Estudante (2º ano do Ensino Médio/Técnico)	Baixa	1.70	59
G	20	Masculino	Instrutor de Libras. Atualmente cursa Informática no Ensino Superior	Alta	1.70	64
L	30	Feminino	Mestre/Professora	Média	1.72	67
LS	29	Feminino	Pedagoga	Alta	1.60	60
M	16	Feminino	Estudante (6ª ano do E.Fundamental)	Baixa	1.56	48
R	17	Feminino	Estudante (6ª ano do E.Fundamental)	Baixa	1.45	46
P	27	Masculino	Instrutor de Libras (Atualmente cursa a graduação em Letras/Libras)	Classe Média	1.80	85

ANEXOS

ANEXO A – Carta da FENEIS.



Feneis

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
 Filiada a WORLD FEDERATION OF THE DEAF
 Unidade Pública Municipal Lei Nº 2797 de 30/04/99.
 Utilidade Pública Estadual Lei Nº 2293/07/94 - RJ.
 Utilidade Pública Federal - DOU de 13/07/99, seção 1, pág. 5.
 CNPJ Nº 29.262.052/0001-18
 Registro do Conselho Nacional de Assistência Social / M. B. E. S. Nº 28990014272/94
 SEDE PRÓPRIA: Rua Santa Sofia, nº 139 - Tijuca - CEP 20540-090 - Rio de Janeiro - Brasil
 Tels.: PABX (21) 2567-4800 / 2567-4880 / - Fax: (21) 2284-7462/ TDD: 2568-7176

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2011

Ofício nº 192/2011

Prezado(a) Senhor(a), *Exp. Professora Daisy*

A FENEIS é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos com finalidade sócio-cultural, assistencial e educacional que tem por objetivo a defesa e a luta dos direitos da Comunidade Surda Brasileira. É filiada a Federação Mundial dos Surdos e suas atividades foram reconhecidas como de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal.

Desde sua fundação, o seu maior propósito tem sido divulgar a Libras (Língua Brasileira de Sinais), onde ao longo dos anos, a Federação esteve envolvida em várias atividades como: encontros, seminários, cursos e outros trabalhos que sempre visaram esclarecer para a sociedade em geral, a importância de respeitarem a forma de comunicação da Comunidade Surda, a sua cultura e porque não dizer a sua história de evolução, enquanto minoria lingüística, que há séculos vem lutando pelo seu espaço e o reconhecimento de direitos que lhe são inerentes.

Importantes vitórias foram alcançadas com a oficialização e a regulamentação da Libras. Mas não podemos cessar nossa luta. Precisamos continuar lutando por uma educação de qualidade, pelo direito de acessibilidade a qualquer tipo de informação e a conquista de novas oportunidades no mercado de trabalho para os Surdos.

Mediante um legado de conquistas, conforme supra mencionadas, recebemos uma notícia que desfavoreceu e desesperou toda a comunidade surda brasileira, a saber: O fechamento do Colégio de Aplicação do INES (Instituto Nacional de Educação dos Surdos). Essa informação fora obtida através de notificação dada pela Sra. Martinha Clarete, que responde pela pasta da Educação Especial, juntamente com a Secretária Claudia Dutra (SECADI), em visita ao INES, deixando a direção desse órgão preocupada com os alunos que possuem sua matrícula nesse estabelecimento.

Para esclarecer, este Instituto possui mais de cento e cinquenta anos formando os indivíduos surdos das mais extensas gerações, capacitando essa população e gerando oportunidades para que possam ingressar, nos mais diversos âmbitos da sociedade. Contudo, a SECADI reforça que tal instituição, bem como outras escolas de surdos espalhadas pelo Brasil, segrega essa comunidade, tendo em vista, estabelecer uma sala de aula apenas com indivíduos surdos, indo contra a idéia de educação inclusiva bem presente no país.

O desconforto por parte da Comunidade Surda iniciou no momento da Conferência Nacional da Educação, onde a referida Sra. Martinha, levantando essa questão, desarticulou toda essa comunidade que estava presente nessa conferência, invalidando suas propostas e ações alçadas desde as conferências municipais, deslegitimando todo esse processo.

Mediante esses apontamentos, essa comunidade atingida idealizou uma manifestação pública, com a participação dos surdos e ouvintes de todos os estados, a fim de demonstrar sua insatisfação perante as determinações educacionais oriundas do Ministério da Educação.

Durante essa manifestação em 19 e 20 de maio, foram realizadas diversas ações que referendavam esse Ato Público, tais como reuniões e audiências em paralelo com líderes diretos do parlamento e governo.



Feneis

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

Filiada a WORLD FEDERATION OF THE DEAF

Unidade Pública Municipal Lei Nº 2797 de 30/04/99.

Utilidade Pública Estadual Lei Nº 2293/07/94 - RJ.

Utilidade Pública Federal - DOU de 13/07/99, seção 1, pág. 5.

CNPJ Nº 29.262.052/0001-18

Registro do Conselho Nacional de Assistência Social / M. B. E. S. Nº 28990014272/94

SEDE PRÓPRIA: Rua Santa Sofia, nº 139 - Tijuca - CEP 20540-090 - Rio de Janeiro - Brasil

Tels.: PABX (21) 2567-4800 / 2567-4880 / - Fax: (21) 2284-7462/ TDD: 2568-7176

A primeira ação ocorrida foi uma audiência com o Ministro Fernando Haddad, onde além de expor a necessidade educacional da Comunidade Surda brasileira, entregamos um documento que continha propostas de emendas para inserção no próximo Plano Nacional de Educação - PNE decenal, sendo essas imprescindíveis para o atendimento pleno ao cidadão surdo.

Esse documento fora recebido pelo ministro e encaminhado, também, para deputados federais e senadores para fins de acompanhamento e entendimento das necessidades dos surdos no campo educacional, a fim de embasá-los no que for preciso perante a relevante decisão no ato da aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE.

Durante a análise das propostas encaminhadas pelas entidades, inclusive as propostas da FENEIS, vem ocorrendo no país inúmeras iniciativas de esclarecimentos junto as autoridades dos motivos e necessidades apensadas em cada item.

Com isso, objetivando unificar ainda mais as ações por parte da Comunidade Surda, e apresentar mais propostas que estão sendo elaboradas a partir da análise das emendas já apresentadas pelos deputados federais ao Projeto de Lei do PNE, fora pensada a realização de um Seminário que será programado no mesmo dia, horário e temáticas em todos os Estados do Brasil.

Para tanto, seguem abaixo os dados referentes ao encontro almejado.

Seminário Estadual em Defesa das Escolas Bilingues para Surdos no PNE

Data: 09 de setembro de 2011

Horário: 08h às 12h

Local: Auditório Hilton José Ribeiro - SENAC, Bloco A, 2º andar. Av. Ivo do Prado, 564 Aracaju/SE

Público-alvo: Deputados Federais e Estaduais, Senadores, Vereadores, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, Ministério Público Estadual e Federal, Surdos, familiares, profissionais da área, sociedade civil, etc.

Desta forma, solicitamos sua colaboração no sentido de agendar este Seminário dentro das atividades desta instituição cedendo espaço para a Comunidade Surda deste Estado para a consecução do fomento da discussão acerca do PNE, referente as demandas apresentadas pelos militantes na causa que desejam ter contempladas nesse plano suas demandas obtidas empiricamente no processo educacional da pessoa surda.

Agradecemos a atenção nesse assunto, e enquanto entidade representativa e dirigida por surdos, esperamos contar com vosso apoio para efetivarmos a democracia do país, tendo em vista a imensidão de apelos em prol desse tema que emerge diariamente em todos os Estados.

Sem mais para o momento, despedimo-nos com votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Patrícia Luiza Ferreira Rezende
Diretora de Políticas Educacionais
Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos